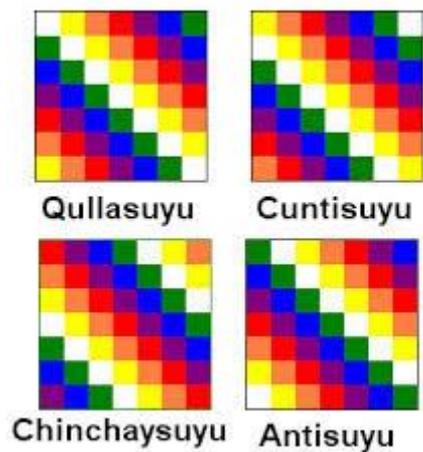


O AGRO ANDINO E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

OUTRA APROXIMAÇÃO PARA SEU ENTENDIMENTO



SAUL OLARTE CALSINA



C. UBERTO OLARTE DAZA



EMILIA CALSINA CRUZ

**O AGRO ANDINO E O DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL
OUTRA APROXIMAÇÃO PARA SEU ENTENDIMENTO**



SAUL OLARTE CALSINA

C. UBERTO OLARTE DAZA

EMILIA CALSINA CRUZ

Saúl Olarte Calsina

O Agro Andino e o Desenvolvimento Sustentável: Outra aproximação para seu entendimento

Primera Edición en español (2018)

DR. © IM&AC

DR © IM&AC

Instituto de Investigación del Desarrollo

Línea de investigación: Desarrollo Rural

Puno, Qollasuyo, Perú C.P. 21001.

Desenho de formato para edição e portada: Saúl Olarte Calsina

E mail: saulocx@yahoo.com.pe

Imagem de portada. Guaman Poma de Ayala, Wifala e Tahuantinsuyo

*Dedico este livro a meus pais Uberto e Emilia
Delma minha irmã e meu sobrinho Juan Matias
E a Sandra meu Yanantin*

SUMARIO

Introdução.....	8
CAPITULO 1	
Agro e agricultura: uma diferença relacional.....	9
Debates sobre o Agro andino.....	9
Heterogeneidade multidimensional.....	11
Inter-relação comunidade-família.....	14
Comunidades campesinas.....	14
Comunidade-família.....	16
A heterogeneidade e o comunal-familiar na evolução e modernização.....	19
O agro andino e o desenvolvimento: algumas observações	21
Sob os debates.....	23
CAPITULO 2	
Contextualização histórico – presente do agro andino.....	25
A agricultura do <i>karusuyu</i> , antes, durante e após de 1532.....	25
Antes: Um agro africano – asiático.....	25
Agricultura: cultivo do solo, não “relação” com a terra.....	26
Economia: exploração mercantil do agro.....	28
Trabalhos agrícolas: relação de atividades.....	29
Exploração de “recursos naturais”	30
Mercado, férias e maior urbanização.....	31
Monetarização: acentuação da mercantilização da agricultura.....	32
Entorno comercial.....	33
Estrutura social: relações sociais de dominação, oportunismo e exploração.....	34
Alimentação.....	35
Renovação do setor agrário e crises agrarias.....	35
Durante e após de 1532: Em adiante.....	36
Um mal agro?	41
Relação com o agro andino.....	43
Do agro no Tahuantinsuyo ao agro andino: contextualização histórico-atual.....	44

Desde a obra de Guaman Poma de Ayala.....	44
Origem.....	45
Organização do conviver.....	46
Organização, funcionalidade das relações totalitárias.....	50
Sem governo: entre a desorganização e desordem.....	54
Corrupção e a realidade do agro.....	58
O não bom governo: não saber “trabalhar” a chácara.....	63
Bom governo com um bom agro.....	64
Sob o Tahuantinsuyo.....	70
O calendário.....	73
Reflexões não conclusivas do calendário.....	84
O bom governo: o bom agro?.....	84
El agro desde Santa Cruz Pachacuti Salcamyagua.....	85
Agro andino: desde sua origem até a atualidade.....	87
O porquê o <i>k'arusuyu</i> não era compatível.....	87
Etapa 1: A origem do agro andino, convivência recíproca de transformação continua num espaço não uniforme.....	88
Até os Incas.....	89
O Tahuantinsuyo.....	90
Outra economia: O Trueque.....	93
Diversidade, heterogeneidade e complexidade.....	93
Etapa 2: uma intrusão acidental: ouro, prata, mais ouro, mais prata.....	94
Continuação e novos confrontos multidimensionais, insustentabilidade, mineração e exploração irracional.....	97
Queda da mineração e aceleração do agro comercial.....	100
Etapa 3: Território não governado e interesses privados.....	102
Aceleração: apropriação/códice (encomendas e repartições).....	103
Um “ar” de comunalidade e reciprocidade: Camélidos.....	107
População, produção e mercado interno.....	108
O Tahuantinsuyo: outra realidade “urbana – rural”.....	110
Etapa 4: No não governo: o agro andino segue seu rumo.....	110
Política agrária?.....	111
Terra, mercado e poder no agro na primeira centúria “republicana”.....	111

Comunidade, propriedade e a outra republica.....	111
Entre a guerra do pacifico e a crise de 1929.....	113
Entre 1820 – 1930: Guano, Salitre, Mineração e Petróleo, Corrupção, e o outro agro.....	114
1821 – 1930: agro-exportação e agro andino.....	115
A relação com as finanças publicas.....	116
Agricultura/Agro peruana ou andina?	117
Reforma agraria: durante e após.....	119
Desde os inicios de 1990 até a atualidade.....	120
Considerações finais.....	121
Referencias.....	122

INTRODUÇÃO

O objetivo deste livro é acrescentar o estudo do mundo andino sob outras perspectivas, neste caso em relação com o desenvolvimento sustentável. Aprofundando informações fundamentais que explicam a realidade neste caso, do agro andino. Isso irá permitir ao leitor esclarecer e entender as transformações e mudanças deste agro e porque se diferencia da agricultura. Num início pareceria insuficiente a diferenciação, mas, ambos termos carregam entendimento distinto, compreender o agro implica diferencia-o da agricultura desde uma visão convencional e vice-versa. Essa diferenciação tem a ver com o foco produtivista da agricultura utilizada como termo e o agro como o conjunto de relações do espaço rural, inter-relacionadas com a terra, sem focar-se no *productivismo* exclusivamente.

Por tanto, é necessário adentrar o estudo do agro andino desde o olhar do desenvolvimento, outras ramas da ciência, num campo interdisciplinar e transdisciplinar, para compreende-o na sua real magnitude.

O estudo do agro andino implica relacionar todo o referido ao mundo rural andino, incluindo a relação com a terra, que não é limitada ao mítico, sentimental, lembrança, senão que verdade, real, existente, colocando-se como uma outra visão de desenvolvimento, de realidade que não desde a ciência convencional resulta limitada de entender e explicar, mas que deu seus aportes sem dúvida.

O conteúdo do livro está dividido em dois capítulos. Na parte inicial se aborda os debates do agro andino e caracterização. No segundo capítulo se faz uma contextualização histórico-presente, (re) construindo e analisando a agricultura do *k'arusuyu* e logo aprofundando o agro do Tahuantinsuyo e sua transição a um agro andino, análise feito desde Guaman Poma de Ayala e Santa Cruz Pachacuti e os diversos processos até nossos dias.

Finalmente o livro busca aprofundar a do agro andino desde o estudo e pratica dum outro desenvolvimento brindando respostas além de dar aporte às bases epistemológicas da ciência andina.

CAPITULO 1

1. Agro e agricultura: uma diferença relacional

A diferença substancial de ambos termos tem a ver com a holisticidade e multidimensionalidade do quem aborda os ambos, considerando o espaço. Neste caso o agro engloba tudo o que acontece com as relações com a terra, sem centralizá-la como atividade produtiva (todas as dinâmicas surgidas nessa relação), em quanto a agricultura é direcionada à atividade produtiva, se a centraliza à produção, deixando de lado em essência o todo o restante. Por exemplo o *agro* no Tahuantinsuyo, refere-se às atividades que incluem as diversas inter-relações surgidas com seu espaço, no qual se inclui a atividade produtiva, sem separá-la do restante (as dinâmicas surgidas na colheita, que além da produção como relação econômica, são presente ao mesmo tempo, relações sociais, holísticas: festa ou *huatia*, *challa*, etc.). A agricultura por sua parte refere-se ou é utilizada no sentido de uma atividade de produção limitada a uma concepção utilitarista e ao quanto produzir, são duas visões de abordagem distintas. A agricultura tem um foco no espaço europeu e do conhecimento ocidental. Em quanto o agro tem um foco no espaço andino e do conhecimento e saber do espaço andino. Recomendamos ao leitor que se não entender faça uma viagem pelos diversos espaços rurais do mundo para contrastar o apresentado neste documento, um caráter de convivência é necessário. Então agro tem um sentido andino holístico e/ou de convivência, e agricultura num sentido ocidental ou convencional ou estritamente técnico ou de produção, o que se manifestara no decorrer do texto. Assim a diferença fundamental é: agricultura utiliza-se como atividade produtiva e agro como tudo o que envolve o espaço rural onde a relação com a terra desde um foco de convivência manifesta-se.

2. Debates sobre o Agro andino

Desde a origem das agriculturas, estas se constituíram como objeto ecológico e econômico complexo, composto por várias categorias que exploram diferentes tipos de solos e diversas espécies de plantas e animais, assim todas as agriculturas observáveis variam conforme o lugar, transformando-se o tempo todo (MAZOYER *et al.*, 2011, p. 43-44). Essa transformação se dá por intermédio de diversas relações, predominando uma relação de poder: domínio do homem, determinante na evolução e transformação nas

algumas das diversas agriculturas no mundo. As que surgiram com outra lógica (agro), se localizam nas diversas regiões do Tahuantinsuyo: agros andinos (denominação necessária, considerando a multidimensionalidade heterogênea do espaço e continuação do existir do Tahuantinsuyo, sendo errado referir-se a ela de forma unitária ou singular). O termo andino carrega a existência de relações com outras realidades sem alterar significativamente sua origem.

A complexidade que caracteriza a este agro¹ (principalmente no Perú), gerou diversas reuniões para analisar o tema, após o primeiro seminário sobre sistemas agrários no Perú, surgiu em 1990, o segundo, agrupando grande diversidade de participantes de diversas regiões do Perú, incluso da Bolívia, Chile, Equador, Colômbia e Venezuela, indicação que o andino transita não pelos países formados nos aparentes processos de independência, senão nos territórios estabelecidos antes da intrusão europeia, no Tahuantinsuyo. O objetivo do evento, foi aproximar um diálogo entre ciências sociais e ciências agrárias, para refletir sobre a *unidade e sistema de produção da agricultura andina*. Posteriormente houve reuniões e pesquisas mais isoladas desde diversos campos do conhecimento, desenvolvida por várias organizações, sendo o *Seminario Permanente de Investigacion Agraria (SEPIA²): organización em pesquisa e debate da questão rural, agraria e ambiental, desde uma perspectiva multidisciplinar e plural*, entre outras, que deram ênfase ao agro no Perú; existindo também outras organizações, porém dentro dum foco mais disciplinar.

Esse encontro, marcou desde uma perspectiva macro, a complexidade do agro andino, aportando atividades, discussões, confrontações, identidades, etc. que faziam referência notória dum agro diferenciado do resto. Neste processo, seu debate e estudo no Perú se foi institucionalizando não de forma homogênea nem clara, mantendo certa complexidade na definição, e em certa forma sendo capturado novamente pela disciplinariedade acadêmica, em outros casos passando a encaixa-a como agro da *Sierra* (desde 500 até mais de 6700 metros de altitude, regiões montanhosas do Perú) mas, ainda sem clareza nas delimitações, um exemplo é um documento do 2015: *“agricultura peruana: nuevas miradas desde el censo agropecuario”*, nela, se limita a um estudo mais quantitativo, e se encaixa o agro andino como peruano mantendo a delimitação

¹ Categoria ou campo de estudo: agricultura andina ou peruana até este momento não ficava clara, pois no documento intitulava-se agricultura andina, mas na descrição inicial se falava de agricultura no Perú, um fato aparentemente irrelevante, mas que será o primeiro anuncio da sua complexidade.

² Funciona desde 1996 com financiamento de diversas fontes cooperantes.

condicionada às 3 regiões geográficas (Costa, Sierra, Selva). As visões de agro andino, quanto agro na Sierra do Perú, são referentes de como uma realidade é vista de distinta forma e não entendida nem contextualizada na sua verdadeira dimensão. Dentro destes debates identificamos elementos que caracterizam o agro andino.

2.1 Heterogeneidade multidimensional

A heterogeneidade nas suas diversas dimensões é uma característica própria do mundo andino³, refletido tanto na família quanto na comunidade, nesses espaços, a multiatividade é recorrente: ao mesmo tempo agricultores, pecuaristas, artesãos, comerciantes e ofertantes de força de trabalho, com recursos relacionados entre si, e atividades mais complementarias que competitivas (AGREDA, 1990, p. 221-222, 224). Essa realidade requiere por exemplo, considerar o cultural para qualquer programa de extensão agrícola ou desenvolvimento rural (MAC DONALD, 1977; SPICER, 1952 *apud* VALDIVIESO, 1990), pois a partir dela, a terra não tem função puramente comercial (prioridade de venda ao vizinho, produção *al partir*⁴, a esposa é sócia, etc.).

A heterogeneidade da **realidade agraria andina** é referente principal na toma de decisões do povoador andino, resultando limitantes os intentos de tipificar ao campesinado a partir da produção (tende a ser homogênea), sendo a tipologia um instrumento para intervenção técnica só (AGUIRRE, 1990, p. 247, 250, 253), por exemplo, um *alpaquero* fundamenta suas decisões em função de multicritérios internos e externos de forma refletiva (HUACARPUMA, 1990). A heterogeneidade (cultural) junto à diversidade (cultivos e animais), exige requerimentos nessa direção, assim por exemplo, o monocultivo não é aconselhável (ESPINOZA, 1990, p. 282, 286) pois uma característica (caso do Perú) é o policultivo, dentro dum contexto de concentração “*desigual*” da terra (ROUX, 1990). Em Cañete (Vale da Costa Central do Perú), zona altamente parcelada e de temporalidade de cultivos, o “parcelero” (duma cooperativa) exige que seu gerente esteja presente no campo, para que seja considerado trabalho (ALCANTARÁ e DIEZ, 1990, p. 300, 303), casos assim por exemplo, revelam a

³ No Perú se determinaram 11 zonas agroecológicas (ver figura 1), pretendendo a partir delas configurar zonas homogêneas (ênfatisando a produção), qualificadas algumas como de escasso valor agropecuário, justificada, na ausência de chuvas e topografia acidentada, denominando-a erradamente agricultura de subsistência (lugares de produção de: papa, haba, arveja, trigo, cevada) e os de escasso valor pecuário, como pastoreio estacional (Gil e Caballero, 1990, p. 196, 209, 216).

⁴ Por exemplo. Um oferece seu terreno e o outro as sementes, e se encarrega de cultivar, limpar e regar. Na colheita, cada um faz a colheita de sua parte.

limitação no processo de execução da reforma agrária no Perú e das políticas em geral, que não consideram a complexidade heterogênea da realidade agrária andina.

Figura 1



Fonte: Gil e Caballero (1990)

Essa heterogeneidade, surge de elementos andinos próprios, se confrontam com a modernidade, capitalismo e progresso (por exemplo, na produção do leite, os técnicos não necessariamente são portadores de “conhecimento” só, senão de valores e prejuízos, se o técnico quer impor seu saber, rapidamente se quebra o vínculo, e frustra uma capacitação), muito a pesar da recomposição dos elementos andinos nos últimos 50 anos (WHYTE-SEPIA, 1986 *apud* SCURRAH et al., 1990, p. 311; SCURRAH *et al.*, 1990, p. 312, 314, 315), assim por exemplo, desde os 40s até os 80s, o *trueque*, “al partir”, são parte da paisagem⁵ (FRANCO, 1990, p. 323, 325).

O heterogêneo-diverso reflete realidades dinâmicas visíveis e complexas, difíceis de tipificar sem cair numa subjetividade, pois estão em constante movimento. Essa realidade reafirma a necessidade de aceitar o caráter multidimensional inter-relacionado que requiere uma abordagem interdisciplinar, que seja uma eventual síntese teórica, que

⁵ Outros fatores acentuaram sua participação nas dinâmicas da realidade andina: comercio, população, disponibilidade da solo, produtividade, monetarização, etc.

poderia ir em dupla direção (a mais teórica: dialogo entre disciplinas, e a mais prática; aplicar resultados e confronta-os) (ERESUE e HERVE, 1990).

Assim, resulta difícil abordar ela desde uma perspectiva disciplinar, a interligação entre múltiplos fatores o limita. Suas inter-relações e interações, comunal ou não, requerem uma abordagem sistêmica (múltiplos fatores a considerar), com o objetivo de “tipificar” adequadamente às famílias das comunidades (REINOSO, 1990), no entanto ao ser difícil, referir-se ao agro andino como unidades de produção em abstrato (pois as unidades de produção não têm única especialidade), categorização ou tipificação faz cair numa relatividade, pois para cada unidade de produção existe um sistema de produção (MORALES, 1990), por tanto entende-o como sistema ou unidade de produção resulta limitada, sendo necessário também entender a racionalidade campesina (QUIJANDRIA, 1990), e a racionalidade do sistema em que se desenvolve (PLAZA, 1990).

Por tanto, considerar que o agro andino se entende a partir duma visão sistêmica (todo), implica aceitar sua complexidade mediante sua multidimensionalidade inter-relacional (multiplicidade (ILBERY, 1986 *apud* VALDIVIESO, 1990)), requerendo pesquisa interdisciplinar, ainda pouco desenvolvida. No entanto, utilizar como método a abordagem sistêmica, resulta limitada e inadequada, porque é mecânica (reações só) e considera sua audiência homogênea (RHODES e BOOTH, 1982 *apud* VALDIVIESO, 1990), este questionamento se dá, porque se considera “a gente da área rural como objetos a ser estudados e não consultados, clientela a ser manipulada para implementar ideias e iniciativas da gente de fora, sendo manipuladas de acordo aos benfeitores, os que determinam que é melhor ou não para as famílias rurais” (HATCHS, 1974, p. 6 *apud* VALDIVIESO, 1990, p. 234), sendo que: “todos nós temos muito que aprender do campesino, se rejeitamos faze-o não poderemos ensinar nada” (FREIRE, 1985, p. 25 *apud* VALDIVIESO, 1990, p. 234).

Assim as ações e políticas (programas de pesquisa e extensão, tecnologia, recomendações dos agentes de extensão, políticas agrarias) para o agro no caso do Perú, pareciam não refletir a realidade altamente heterogênea de comunidades rurais diferenciadas, errando ao considerar que inovações por exemplo, se possam difundir por igual entre os agricultores⁶ (VALDIVIESO, 1990, p. 235, 241) isso incluiu às diversas

⁶ Os agricultores com recursos limitados praticam intercâmbios sociais compensatórios como ajudar na chácara, assim a organização social do trabalho está baseada na cooperação e reciprocidade. O interesse na família e a comunidade é evidente, a cooperação/solidariedade permite ações coletivas. A relação entre os membros da comunidade se regula por princípios de solidariedade, reciprocidade e redistribuição.

formas de organização rural y rural-urbana, que também evidenciam essa heterogeneidade.

2.2 Inter-relação comunidade-família

a) Comunidades campesinas

A comunidade deriva do *Ayllu*⁷ (terra como base, e sem propriedade privada), funcionando junto a: o *trueque*, produtividade na agricultura com tecnologias adequadas para o meio, satisfazendo-se sem prejudicar os ciclos produtivos (considerando a temporalidade de chuvas), sendo necessário organizar-se um complexo sistema de irrigação, gerando verticalidade nas suas ladeiras, dando passo à construção de *andenes*. Isso foi alterado pelo intruso, quem trouxe uma economia mercantilista baseada na exportação e importação de produtos, apropriando-se de terra após finalizar sua busca de minerais, processo que requeria controle da diversidade de *Ayllus* (o virrei Toledo juntou em encomendas, repartições, reduções e comunidades) (CALAGUA e CALAGUA, 1990). Essa desorganização gerada pelo intruso respondia a um entendimento nenhum do espaço. A organização do Tahuantinsuyo e todas as nações e/ou povos dentro dela tinham uma estrutura organizacional com estratégias, objetivos, existia um planejamento estratégico em todos os aspectos, aspecto limitado para o intruso que tinha ideia nenhuma de como organizar o Tahuantinsuyo, entendível por quanto seu objetivo era o ouro e prata.

Assim, as comunidades campesinas (por exemplo em Potosi - Bolívia) num contexto de economia ética, re-funcionalizam às lógicas mercantis em favor de seus vínculos próprios de redistribuição e reciprocidade. Com o dinheiro como equivalente geral, é prescindido dentro do grupo étnico amplo, a favor dos sistemas de intercambio originários, somente utilizado onde a autossuficiência do grupo tem ficado em questão (HARRIS, 1987; IZKO, 1986 *apud* SOTO, 1990). Por tanto, possivelmente os próprios campesinos têm desenvolvido uma lógica ou racionalidade cultural, permitindo-lhes caminhar entre dois mundos: *andino e ocidental* (SOTO, 1990). Um indicador de que no espaço andino o pensamento da continuação do Tahuantinsuyo é um fato, quanto inclusão do pensamento ocidental.

⁷ No governo incaico, a unidade económica formada por reunião de famílias laços consanguíneos ou religioso, nessa época, encontrava-se organizado: social-economicamente, e ambientalmente.

Neste contexto, existe diferenciação campesina ao interior das comunidades, mas, não implica necessariamente desintegração comunitária, porque a comunidade não é somatória de famílias, senão um espaço amplo de reprodução social/econômico de identidade e pertença comum, que garante acesso a muitos recursos que de forma individual não seria possível, só num marco de cooperação mútua (SOTO, 1990, p. 428). Se requiere por tanto, ter visão de integralidade e totalidade, frente a uma prática difundida de parcelar ou fazer cortes na realidade campesina, isso permite não confundir o modelo construído teoricamente e a realidade concreta. Assim, o desenvolvimento: planos/projetos, são insuficientes para a realidade, preocupando o foco no “produtivo”, quando as famílias campesinas não são “produtoras de alimentos” só, conformando na realidade uma unidade social, econômica, e cultural de autogoverno. Esse contexto campesino, altamente heterogêneo, dificulta a caracterização de unidades produtivas, neste sentido Izko (1986, p. 87) *apud* Soto (1990) indica:

La estructura socioeconómica de la comunidad crece desde la unidad productiva, pero se proyecta sobre los demás círculos, de lo comunitario, bajo la forma de relaciones de trabajo, y circulación de los productos, incluyendo a veces formas de control comunal sobre recursos y reproducción étnica del acceso a los mismos. A través del mercado se inserta problemáticamente en la sociedad mayor que la acosa o la protege, la disuelve o ignora, y la reproduce de diversas formas.

Os níveis do comunitário podem dar em alguns casos, desde o controle e uso dos recursos até a transferência de recursos (norte de Potosí e altiplano central de Oruro por exemplo). O comunitário é perceptível nas relações de trabalho, pela persistência das instituições de trabalho coletivo e de reciprocidade, sendo que, em outros espaços se dá com menos controle pelo comunitário e dependente de decisões mais individuais (CARTER e MAMANI, 1982 *apud* SOTO, 1990). “Os graus de deterioro comunal estão vinculados necessariamente à força com que penetra a lógica do mercado capitalista e a resistência ou re-funcionalização que possa oferecer a lógica comunitária. Estamos num processo de persistência ou mudança, de dissolução e recriação parcial das estruturas pre-existentes” (IZKO, 1986; ROMERO, 1988 *apud* SOTO, 1990).

b) Comunidade-Família

Esta multidimensionalidade inter-relacionada e complexa se reflete no comunal-familiar. O Perú, especialmente a *Sierra* (o⁸ **andino** é mais visível) se caracteriza por uma diferenciação (desde épocas anteriores ao governo Inca) tanto ecológica quanto de organização comunal, com atividades heterogêneas externas e internas (comércio, artesanato, migração temporal de mão de obra), razão para denominar como unidade de produção tanto à família (ou família ampliada) quanto à comunidade⁹, ambas guardando relação com acesso aos recursos, ressaltando que a própria comunidade coloca parâmetros de diferenciação (*Wakcha, Runa e Qhapaq*) (TAPIA, 1990, p. 87). A família estendida ou comunera é a família e comunidade (cada uma é diferente) como forma inter-relacionada de produção e reprodução econômica e social, acompanhada da diversidade geográfica. Neste contexto o *Ayni* e a *Minka* são mais que rasgos culturais, sendo sua complexidade tecnológica (maximizar todos os produtos) indicador do fracasso dos programas de apoio (GONZALES DE OLARTE, 1990, p. 95; PLAZA, 1990, p. 99).

A comunidade procura a reprodução, a institucionalidade comunal não se limita a recursos produtivos (além de recursos comunais e tenência da terra) senão à organização social, na qual as obras comunais e *faenas* se refletem na assembleia comunal, alimentando com isto a resistência à completa proletarização do campesino, por tanto, ao considerar atos tangíveis das famílias comunais, também deve-se considerar a forma de representar suas condições de vida, mas, deve-se considerar que uma família não está condicionada nem limitada à comunidade, por isso não pode ser reduzida a uma unidade de produção (BEY, 1990 p. 101, 105; 115), por exemplo.

⁸ Não fazemos referência numa pessoa, senão um abstrato. Em castelhano o = lo, não ele.

⁹ A comunidade campesina (CC), segue sendo a forma de organização mais difundida no Perú, transitaram do período “colonial” (expansão latifundista), ao apogeu da oligarquia terrateniente e usurpação de terras (1821-1920), seguido pelo desenvolvimento capitalista das fazendas e proletarização, momento quando as comunidades campesinas alcançaram reconhecimento legal (1920-1969), dos 70 à atualidade, se dá um desfase do poder central com a realidade local e regional (Dale *et al.*, 1990). A comunidade campesina é uma extensão do *Ayllu* (só mudou o nome), esta é uma entidade coletiva dos Andes, foi fortalecida pelos Incas, mas, com a intrusão espanhola teve dois caminhos: em lugares de maior dominação foi reagrupada em populações nos vales, e lugares onde o intruso foi débil se desenvolveram com autonomia (J. Matos del Mar, 1976 *apud* Dale *et al.*, 1990). Em 1821 as comunidades estavam dominadas pela oligarquia local de terratenientes, comerciantes e militares. Em 1920, Leguia reconhece à CC na constituição, mas restaura a *mita* colonial, obrigando a trabalhar para gamonais e fazendeiros. Entre 1945 – 1965, o capitalismo se desenvolve e a fazenda entra em crise. 1960, surge o movimento guerrilheiro, os campesinos oferecem ajuda, mas não coletivamente. Em 1970 se dá estatuto legal às comunidades campesinas. Mas a criação de CAP (cooperativas agrárias de produção) e SAIS (sociedades anônimas de interesse social) deixa de lado as exigências das comunidades campesinas por terras arrebatadas. Neste contexto a péssima administração das SAIS, foi um detonante; paralelamente as comunidades campesinas de regiões mais isoladas se mantêm intactas, surgindo neste contexto uma diversidade de comportamento produtivo (Dale *et al.*, 1990).

No caso das comunidades agropecuárias alto-andinas, elas tem desenhado estratégias organizativas destinadas ao manejo de recursos naturais e da produção agropecuária, para enfrentar condições ecológicas-econômicas, mediante o manejo comunal de recursos naturais, que assegurem o acesso equitativo a uma parte da totalidade de unidades produtivas da comunidade, otimizando o acesso à mão de obra para tarefas produtivas, a través de arranjos de intercambio interfamiliares e, maximizando conhecimentos e destrezas tecnológicas, mediante a distribuição de decisões entre grupos de diferentes gêneros e diversas idades (FERNANDEZ, 1990). Neste contexto, a unidade de análise não pode recair na unidade de produção agropecuária (UPA) porque o campesinato tem pluriatividades (dentro delas comunais), resultando difícil saber na realidade, onde termina e inicia uma UPA, dificultando o uso de uma determinada tipologia (MARIA *et al.*, 1990, p. 127). Tratar de enquadrá-la como unidade ou sistema resulta limitado.

Desde uma visão mais sociocultural, a composição familiar varia segundo suas diferentes atividades, não sendo estável na diversidade agro sistêmica nem nas etapas do calendário agrícola, com atividades agropastoris, artesanal ou pequena indústria doméstica relacionadas a uma *cosmovisão holística agrocentrica*, reflexo da dialética entre homem e natureza (CONDOR, 1990, p. 130), nesse âmbito, a cosmovisão holística vai emergindo como uma explicação da realidade andina, por tanto, a organização comunal e relações parentais seguem como um rol importante na vida e na produção familiar, a pesar da migração forçada e integração ao mercado, que está desestruturando o comunal (diminui o poder de controle da água por exemplo) com o gado como efeito diferenciador (ARANA, 1990, p. 134, 139).

Numa comunidade em Pacajes (La Paz-Bolivia) por exemplo, muitas áreas do sindicato agrário têm relação com princípios tradicionais de organização coletiva das comunidades originarias Aymaras, sendo seu âmbito produtivo: *familiar*, e o ideológico-cultural: *comunal* (SANDOVAL, 1990). Em Potosi-Bolivia por exemplo, em diferentes organizações campesinas, as estruturas de representação originarias: comunal-familiar, se tem superposto às estruturas sindicais numa espécie de simbioses, sendo que, o sindicato se constitui num órgão de governo comunal (SOTO, 1990, p. 430).

Num caso no norte do Perú, a diversidade produtiva se caracteriza pela presença da “*força*” (sinônimo de *Ayni* no Sul andino) e a *yunta* (regra para a preparação do solo), reflexo da organização Inca, porém limitada, pois sua revolução (andenes, chaquitacla, ampliação da superfície de irrigação, novas sementes, etc.) foi truncada pela intrusão

européia, no entanto, a pesar do não governo nos períodos de migração do intruso, e na “república” (grifo do autor), a lógica campesina mantém como natural a “*faena*”, organizando-se por iniciativa própria, cada vez que limpam canais (para combater a erosão). Assim, por um lado se indica a necessidade de relativizar o significado de comunidade campesina, porque frequentemente tem sido fomentada por “indigenistas” dos anos 20 (por questões ideológicas), e por outro, se justifica a busca da comunidade pelo seu próprio projeto de desenvolvimento por diversas questões: trabalho assalariado que não usa moeda exclusivamente, a *minga* (*minka*) é uma forma de “*faena*” (representa trabalho), existência das rondas campesinas (surgem em 1984 para proteger animais, colheitas e roubos), entre outros (ETESSE, 1990, p. 176, 179-181, 183).

A dinâmica interna das comunidades é complexa, comunidades com melhores condições técnicas para a introdução da inovação, tinham condições sociais e organizativas menos propícias devido a sua maior proximidade às cidades, estradas, etc.: débil organização comunal (SCURRAH *et al.*, 1990, p. 317). A família tampouco é uniforme, é múltipla, suas dinâmicas estão condicionadas à agricultura e pecuária do piso ecológico (o solo tampouco é homogêneo), essa complexidade limita os intentos de tipificar dentro duma unidade de produção, porque sua finalidade não é a atividade econômica (um meio só), senão a reprodução biológica e social (DALE *et al.*, 1990, p. 442), por exemplo, a *Chakitaklla* (ferramenta do agro) é um definidor da unidade¹⁰ familiar. Por tanto, deve-se evitar o reducionismo, pois limitaria a unidade de produção doméstica ao econômico e a comunidade ao político e cultural, isto revela a existência duma relação dialética entre o comunal e o familiar (O. PLAZA, M. FRANCKE, 1981 *apud* DALE *et al.* 1990), nela, se contempla uma relação de complementariedade, *faenas comunais* por exemplo, que nos últimos anos foram diminuindo como prática, produto das políticas governamentais, processos de migração, abandono e continuação negação do não governo no espaço andino. Por outro lado, o fortalecimento das rondas campesinas, auto-organização do rural que representa uma ameaça para os governos.

A comunidade campesina tampouco deve ser reduzida ao econômico, pois: “a traves de gerações se tem transmitido um idioma, valores, organização social do trabalho coletivo, e ajuda recíproca, tecnologias, folclore e religião, estes elementos tem contribuído a fortalecer as bases de identidade e de pertinência sociocultural, de unidades sociais com um território determinado” (DALE *et al.* 1990, p. 448).

¹⁰ No sentido organizacional, não de união.

Pelo exposto, a comunidade quanto a família, estão interligadas intra e inter elas, em colaboração, havendo uma relação com o sistema capitalista de distinta intensidade, a través da formação de empresas comunais¹¹ ou participando nelas (agroindústria, mineiros e comércio), que tampouco seguem (na sua totalidade) um modelo capitalista (variam em intensidade segundo o tamanho da comunidade quanto da família). Por tanto, mesmo com as marcas históricas complexas, a identidade cultural é uma característica determinante (não a única) entre elas.

Essa relação comunidade-família, transita de forma mais próxima no setor *alpaquero* por exemplo, na qual, se ressalta o uso coletivo dos solos, seja parentesco ou grupos organizados sem relação familiar, tomando critérios de estratégias de autodefesa e cooperação mútua, refletido, nas decisões organizativas que começam com a “*challasca*”, reconta e marcado de gado familiar: “*agostoscca*”, critério de organização das pastagens: início das primeiras chuvas, limpeza de manantes, arranjos, etc., organização de lhamas, alpacas e ovelhas (nesse contexto também pode-se apresentar menor capacidade produtiva por excesso de gado e ausência de organização do ecossistema), e com zonas homogêneas dos pastos baseados de acordo à disponibilidade de água e melhor qualidade (HUACARPUMA, 1990, p. 266, 270).

c) A heterogeneidade e o comunal-familiar na evolução e modernização

Dentro duma leitura evolucionista (com a modernidade como estado superior), as comunidades andinas (a nível socioeconômico, produtivo, de organização social e político), mantem o comunal-familiar (continuando) com intensidade distinta, nos diversos sistemas de produção, nos quais o conflito é uma característica principal, pelos múltiplos fatores intervinientes. O maior confronto, se visualiza em distintas formas de desenvolvimento, na qual, o agro empresarial (difundido) se contrapõe à organização comunal, resultando, num fortalecimento da comunidade ao lado dum desenvolvimento capitalista (fomenta a divisão (*parcelación*)) em condições históricas particulares que o permitem. Este conflito coloca a função da organização comunal, como entidade reguladora e homogeneizadora do desenvolvimento (enfrentar-se ao desenvolvimento que polariza e divide em favor duns poucos) (SANCHEZ, 1990, p. 342).

¹¹ Num contexto de modernização tem confrontos culturais fortes (L. Valer, 1988)

Assim, se o objetivo da modernidade era homogeneizar, não resultou, a complexidade da realidade agrária, acentuou-se. A comunidade é para-chuvas de alguns camponeses que mantêm seus sistemas próprios, variando em intensidade e tendência (na Sierra do Perú por exemplo), porque tem servido às vezes como ente administrativo de justiça e planificação (Ibidem, p. 351). Existem muitas explicações desta situação, numa, a diversificação (na modernidade), limitada pela intensificação e qualidade do solo, contrário ao sistema originário, o qual, a diferença do sistema intensivo, resulta difícil de avaliar (produtividade e participação na chácara) (SAMUDIO, 1990, p. 355, 367). Num contexto temporal, a luta do campesinato (60s) contra a economia terratenente, seguida duma incorporação de modelos de organização associativos (70s) com a reforma agrária, conduziram a uma consolidação dos modelos de produção dominante, evidenciando-se transformações fundamentais:

- a) Incorporação ao mercado capitalista
- b) Mutações nas relações de produção, e
- c) Inegável diferenciação entre camponeses.

A solidariedade e reciprocidade refletem ainda mais um conflito. Não surgem classes típicas capitalistas, os camponeses acomodados não são capitalistas e os que vendem sua força de trabalho não são proletários, a figura de trabalho assalariado se mistura com as relações.

Se consolida a *heterogeneidade do campesinado andino*, aumentando os critérios de análise, surgindo a necessidade de tipificá-lo (BACA, 1990, p. 375, 376), resultando difícil estabelecer uma regra de comportamento econômico do campesinado, porque sua economia é combinação de autoconsumo e comercialização, com cultivos simultâneos difícil de ser explicados pela racionalidade capitalista, refletindo uma realidade complexa (Ibidem, p. 377) o qual Caballero (1983, p. 302) *apud* Baca (1990, p. 378, 379) tenta explicar, indicando:

- a) Aversão ao risco do camponês que busca segurar suas necessidades básicas, e
- b) Não se assigna os recursos no sentido de maximizar um ingresso neto, assim, não haveria racionalidade capitalista porque existe dupla racionalidade.

A realidade complexa referida, reflete simultaneidade nas relações familiares e relações de trabalho (BACA, 1990), requerendo novas características de relações laborais (KERVYN, 1987 *apud* BACA, 1990) que se refletem em relações de reciprocidade manifestadas no *ayni*, focadas em atividades agrícolas (semeadura, aporque, colheita), no entanto se preferiria o *ayni*, para reduzir riscos de trabalho mal feitos (KERVYN, 1988 *apud* BACA, 1990, p. 381, 382), garantindo ele, mais qualidade que quantidade de trabalho, não obstante as relações de reciprocidade parecem conservar sua essência simétrica com algumas diferencias.

Neste âmbito, as relações de trabalho assalariado clássicas, estão ausentes no seno da realidade agrária do sul andino, dum lado o salário tem composição mista: dinheiro, produtos e alimentos; e por outro a relação empregado-trabalhador vai além da relação estritamente salarial incorporando vínculos de amizade, vizinhança e espiritualidade como o “compradrazgo”, tudo isso amostra a multiplicidade de fatores que determinam a relação de oferta e demanda de trabalho, que explicariam os diferentes níveis de salários, dentro duma província ou incluso povoado. Assim, ainda com o aumento da monetização do ingresso com introdução de novos cultivos (por exemplo Cusco, Sicuani, Valle sagrado), os *ingressos* são influenciados pelo *olhar* de cultivos da *sara*¹² e papa, decisivo para determinar se haverá ingressos ou não, porém, no caso da migração, o salário não é uma variável da decisão, porque não se dá necessariamente em condições de estabilidade (BACA, 1990, p. 384, 385, 387), estas realidades geram múltiplas novas categorias não definidas (Ibidem, p. 393). Os ingressos também estão associados ao “pequeno” comercio e *trueque*, desconhecendo-se se foram reinvestidos na agricultura. As variações no trabalho agrário, se associam a beber *chicha* e comer, sendo que a eficiência com boa comida e abundante bebida pode ser maior. No caso do Sul Andino, a concentração de terras não consolidou uma diferenciação, este, pode ter limitado a expansão do capitalismo, que só olha a rentabilidade desde suas ferramentas (baixa rentabilidade), mas também por sua própria incapacidade de expandir relações assalariadas (BACA, 1990).

d) O agro andino e o desenvolvimento: algumas observações

A multidimensionalidade complexa da heterogeneidade da realidade do agro andino, manifestada na interligação comunal-familiar, revela uma realidade com suas

¹² É o nome do milho, indicado em Guaman Poma de Ayala e também ainda é visível no falar de distintos espaços andinos.

próprias dinâmicas, requerendo decisões surgidas a partir dela. Todos os pensamentos, teorias, políticas, etc. fora dela, fracassaram e resultaram inservíveis, por ser alheios a sua realidade, pelo contrário em mais de 500 anos seguiu seu caminho, podendo entende-se como resistência (latente), obrigando a (re) pensar a realidade andina desde o lugar em conexão direta e não subordinada: seu agro, tirando a concepção da maioria de pesquisadores (dependendo de sua origem vivencial e formação acadêmica) que a relaciona com uma agricultura de subsistência como Valdiviezo (1990, p. 232). Concepção condicionada ao pensar do *karusuyu* (de ocidente), na qual o agro é uma etapa a superar. Assim, não compreender ou aceitar (interna como externa) essa outra realidade de outras dinâmicas (complexas para o *karusuyu*), visualizou limitações (principalmente dos que exerciam uma aparente administração), levando a considerar sua diversidade por exemplo no século XX, como um problema (GIL e CABALLERO, 1990, p. 2).

Neste contexto, o olhar duma realidade complexa, não estática, exige que o agricultor/campesino dentro do comunal-familiar seja ator principal de qualquer mudança (BACA, 1990) de seu próprio desenvolvimento (ESPINOZA, 1990), pois geralmente as políticas estatais sempre prejudicaram às comunidades campesinas, contribuindo a desestruturar as bases sociais e produtivas (DALE *et al.*, 1990). Deve-se evitar também, a tipificação forçada (não trouxe bons resultados), pois, uma boa tipologia serve para ações de desenvolvimento na medida que sejam identificadas suas características (SOTO, 1990) reais (a produtividade de leite e queijo por exemplo, deve ser impulsada pelas comunidades campesinas, baseando-se elementos próprios delas (SCURRAH *et al.*, 1990)).

Por tanto, qualquer programa de extensão agrícola e desenvolvimento rural (geralmente mal desenhados não adequados às diversas realidades) que procure uma mudança nos agricultores, requiere propostas congruentes com sua cultura (MAC DONALD, 1977; SPICER, 1952 *apud* VALDIVIESO, 1990), esse processo requiere que a interpretação do processo de aprendizagem seja considerando ao campesino não objeto, senão sujeito, capaz de ter controle de seu próprio destino (ROGERS e SHOEMAKER, 1971¹³ *apud* VALDIVIEZO, 1990). Por tanto deve-se entender que é a comunidade ou comunidade-unidade base do desenvolvimento andino (GONZALES DE OLARTE e TAPIA, 1990), numa dialética constante entre níveis de realidade (DEJO e GERMAIN,

¹³ TOGERS, E.; SHOEMAKER, F. Communication of innovations: A Cross Cultural Approach. New York, The Free Press. 1971.

1990), assim, qualquer procura de desenvolvimento deve partir dum próprio desenvolvimento (ETESSE, 1990) baseado na sua realidade, que carrega o primigênio desde antes da intrusão.

O agro andino assim, é desconhecido e incompreendido desde a intrusão, continuando suas próprias dinâmicas reais, por tanto, a visão de desenvolvimento, políticas (se houveram), ou decisões no período de assentamento do intruso de o¹⁴ *karusuyu*, até a denominada república foram erradas, pois a visão predominante e construída foi dum agro de subsistência, que não refletia nem reflete a realidade.

e) Sob os debates

Nos debates sobre o agro andino, não se fala sob a atividade de cultivar, o andino interliga ao agro toda a realidade andina, o contextualiza dentro dessa heterogeneidade reconhecendo a multidimensionalidade inter-relacionada, e a inter-relação comunidade-família, desde suas próprias particularidades, seu próprio pensamento, sua própria “outra” racionalidade. Essa complexidade e limitação para entendê-la, passa por não considerar as relações totalitárias com outros mundos, mantendo-se na zona de relações entre humanos. Ainda, não se entende que: “a *chacra* não é só um espaço geográfico senão um lugar onde se concentra a vida cotidiana da família e suas relações internas y externas, testemunho do grau de desenvolvimento de tecnologias locais, sitio na qual se estabelece a relação com a *Pachamama*, centro de aprendizado das crianças e conservatório de cultivos” (C. CONDOR¹⁵ *apud* COMPILADORES, 1990, p. 188).

Por exemplo, a diversidade de cultivos e sistemas de propriedade no Perú, requiere propostas desde uma perspectiva que considere a complexidade, não só em termos económicos e sociais senão culturais e ideológicos, etc., à realidade da estrutura comunal e relações de poder político – social (ROUX, 1990). Além disso cabe considerar que a relativização e/ou subjetivação na leitura e interpretação da realidade agraria andina, tem fracassado porque se a aborda desde perspectivas ocidentais (principalmente economia neoclássica, moda do momento) ou contextualizada desde outras realidades, evidenciando o distanciamento do real andino, orientados pela tradição clássica do pensamento o estilo grego, sem participar das complexidades e dinâmicas locais,

¹⁴ Artigo neutro.

¹⁵ CONDOR, C. Lo social y lo cultural: variación de la composición familiar en las comunidades campesinas de Tongos Yanacancha y Huarista. 1990.

acionando elementos discursivos que recorrentemente gravitam em torno do capital, derivando na qualificação de sobrevivência e autoconsumo, sem entender a realidade histórico-presente, para fomentar a necessidade do capital como fundamental para a renda, colocando-se o agro andino em posição distinta para o capital. Também se recorre ao discurso do tradicional, das suas tecnologias percebidas como muito mais sustentáveis (ainda também resistentes de aceitar). Foi a própria limitação e incapacidade do capitalismo que gerou este cenário (fazendo sua parte também, o pensamento comunista/socialista).

CAPITULO 2

3. Contextualização histórico – presente do agro andino

O agro andino como categoria de análise e reflexo da realidade é um contínuo que teve e tem sua própria transformação dentro de seu próprio contexto (não isolado do entorno). Por tanto, é necessário analisar a agricultura do *karusuyu* (europeu) para relacionar o nível de ligação como o agro andino. Foi o agro que foi levado para o espaço do *karusuyu* ou veio algo da agricultura do *karusuyu*. Neste ponto se fortalece a hipótese de que o agro andino, além da desorganização fomentada pelo intruso, não teve maior influência ou mudança significativa no Tahuantinsuyo, ao contrário, o agro foi levado ao contexto da agricultura do *karusuyu*.

3.1 A agricultura do *karusuyu*, antes, durante e após de 1532

Neste ponto, se contextualiza, desde uma visão meso e macro, a evolução da realidade do agro da Espanha, articulada à realidade europeia da época, dentro do contexto da chegada acidental de Colón ao Abya Yala, e posterior intrusão ao Tahuantinsuyo, e encontro com seu governante: Atahualpa (1532). Este aspecto será um dos eixos argumentativos, que esclarecera a delimitação do nível de influência das relações e inter-relações com o agro do Tahuantinsuyo.

3.1.1 Antes: Um agro africano – asiático

Existiu um agro europeu, e dentro deste um que possa ser definido como espanhol? O agro espanhol ao encontro com o Abya Yala, está associado a agros externos a ele, principalmente o romano (formava parte do império romano) e muçulmano (pela invasão), esta última a mais significativa e influente. O período denominado: *Espanha muçulmana*, se caracteriza pela conquista e penetração muçulmana (710 e 756) até a queda do califado de Córdoba (1008 e 1031), momento do início da desintegração da Espanha muçulmana, finalizando com a reconquista entre 1232 e 1492 pelos cristãos (ARIÉ, 1983). Riu (1989) a define como períodos: de predomínio islâmico (711-1035), equilíbrio cristão-islâmico (1035-1212) e predomínio cristão (1213-1500)¹⁶.

¹⁶ Os períodos podem discordar em alguns anos, mas o objetivo é apresentar uma meso/macro contextualização da influência agrária na Espanha pelos muçulmanos.

A invasão muçulmana (recebida com entusiasmo pela população originária, dado o descontento com os visigodos) iniciou-se sem consulta do califa de *omeya* de Damasco (RIU, 1989, p. 22), denominando-se ao território invadido Al-Andaluz¹⁷¹⁸: Espanha seca ou úmida. Musa B. Nusayr ao repartir entre suas tropas: cativos, bens moveis, e terras lhanas – parte das montanhosas foram entregues pelos cristãos -, reservando para o estado um *quinto* (ARIÉ, 1983, p. 232) dá a figura duma colonização, para produzir. Nesse contexto, grande parte dos cultivos antes de 1532, não eram da Espanha, senão uma consequência do agro romano-muçulmano, que por sua vez continham influência de técnicas e cultivos de outras culturas do meio oriente, e inclusive da Ásia, sendo herdada pelos cristãos no processo de reconquista, aspectos que Herrera (1818, p. IX) ratifica, indicando que o agro da Espanha como das demais províncias europeias, se confundem completamente com o povo dominador nos quatro primeiros séculos da era vulgar (primeira era cristã). Assim, não há um agro espanhol como categoria de análise, senão um agro europeu de base africana-asiática.

3.1.1.1 Agricultura: cultivo do solo, não “relação” com a terra

A agricultura desenvolvida foi de irrigação (redes de canais fluviais) de base romana (GLICK, 1991; ARIÉ, 1983), com aperfeiçoamento dos regadios pelos muçulmanos (RIU, 1991, p. 74), abastecida de águas de canais, *ganatos*, albercas (RIU, 1989) e acequias (dum manante) e poços (utilizando força animal, mecanismos de elevação de água originalmente de inspiração persa), com sistemas hidráulicos na Espanha oriental, de origem romana ou islâmica, e da horta valenciana, de origem islâmica, ambos ligados a uma organização de distribuição da água, sendo o caráter público da água¹⁹ herança da legislação romana (GLICK, 1991, p. 91-94). A gestão da água (região plana de Valencia por exemplo) cobrou grande interesse nesse período, vem duma legislação tradicional que delimita os direitos dos beneficiários: o Tribunal de Águas ou Corte dos Acequieros²⁰, que, soluciona problemas de distribuição da água a partir de representantes próprios (7 camponeses expertos) elegidos por eles, longa herança instituída. Outra característica é a inspeção de irrigações (*wikalat al-saqiya*) mantida intacta por Jaime I em 1238 (ARIÉ, 1983, p. 223-226; RIU, 1989, p. 22).

¹⁷ Karl Wittfogel o descreve como sociedade hidráulica, governada despoticamente por funcionários e gravada com método de administração agro-administrativos (GLICK, 1991, p. 88).

¹⁸ Território denominado pelos muçulmanos (RIU, 1989).

¹⁹ No caso do sistema valenciano-sírio.

²⁰ Funcionalmente na atualidade. Se reúnem todas as quintas feiras na Catedral de Valencia.

Os muçulmanos trouxeram novos cultivos (arroz de origem hindu, e outros) frutas e leguminosas, ingressando pela península de forma casual e formal (Abd al-Rahman I, foi responsável de algumas espécies, mais pela nostalgia que política do estado) passando por um período de aclimação, e representando componente poderoso do crescimento econômico Al-Andaluz. Se aclimataram cultivos exóticos²¹ e escreveram os tratados²² de agronomia andaluzes (sec. XI-XII) (copiado²³ pelos cristãos no sec. XVI). Havia cultivo de linho e cria de gusanos (por mulheres), cavalos e búfalo²⁴ para cria, mula e asno²⁵ para carga, e boi²⁶; abundando na península ibérica o gado bovino, e a transumância²⁷.

Consumia-se carne de suíno, coelhos de monte; cria domestica de frangos e filhotes (mais estendida que das ocas²⁸), e apicultura. Havia olmo, salgueiro, álamo, cipres, pinares e alfarrobeira para os animais. Novos cultivos, junto à extensão e identificação do regadio levou a um sistema agrícola complexo que implicava o uso eficaz dos solos, no entanto, a alteração no espaço gerou a necessidade de aumentar a produção (passando de uma colheita por ano a três ou mais, via rotação) pelo aumento da população urbana (ARIÉ, 1983, p. 225-227; 228-230; GLICK, 1991, p. 98-101; RIU, 1989, p. 42-43). Assim, a invasão por si mesma levou a uma alteração do espaço, intensificando a agricultura, condicionando-a à demanda urbana e comercialização fora das fronteiras (exportação).

Após os ataques muçulmanos do sec. XI se reorganizou a distribuição populacional implantando-se o regime produtivo de cereais e vinhedos (vindos do sec. VIII), estendendo-se a áreas colonizadas por montanhese (predominância da economia pecuária), grãos e moinhos de água. Após a reconquista, os cristãos mantiveram o regadio (a agricultura hidráulica foi muito pouco difundida). A Espanha cristã fomentou os cereais, vinhedos, hortas de regadio, prados e bosques (pastoreio ou recolheção), os bosques se converteram em terras cerealistas e parcialmente vinhedos (uma economia de intercâmbio comercial se produz: cereal e vid -no lhano- com produtos animais e florestais (montanha)). Nesse momento ocorre um desequilíbrio, de propriedades

²¹ Arroz, cana de açúcar, algodão (que foi para exportação).

²² Cuidados das terras onde se plantava algodão.

²³ Em hortas levantinas, onde os *moriscos* (expulsaram a cana de açúcar ficando só em *Malaga e Almeria*) que praticavam métodos agrícolas ancestrais, eram núcleos importantes.

²⁴ Da Índia, levado por árabes sírios.

²⁵ Existia antes do *emirato omeya*.

²⁶ Para labor de campo em grandes explorações rurais.

²⁷ Antes dos *arábigo-bereberes*, podendo origina-se pelos bereberes originários de Marrocos estabelecidos nas montanhas do centro da península ibérica.

²⁸ Ganso.

pequenas (produto da aceleração do intercâmbio) surgem poderosos senhores especialmente monastérios (no final do sec. XIII se quebra o equilíbrio), pois as terras senhoriais se dedicam a cultivos comerciais, a expensas do consumo local (GARCIA: GARCIA, F.²⁹ *apud* GLICK, 1991, p. 121 - 129).

No processo de reconquista, a Espanha cristã se bem herdou uma agricultura muçulmana-romana, se dedicou à evangelização, comércio e expansão do território após recuperar Granada, último bastião muçulmano. Assim, em 1085 os cristãos começam a repartição de terras agrícolas: repartimentos. Os modelos rurais de tenência de solo dependente de cada lugar se mantiveram até a expulsão (1248) dos muçulmanos (que os habitavam), sendo substituídos por cristãos, mantendo os sistemas de regadio muçulmano, e com grande esforço, os cristãos, *aprender* costumes da população originária (GLICK, 1991, p. 130-131).

No sec. XV, Espanha caracterizava-se por ser um país agrário que comercializava parte de seus produtos durante a época moderna. O sistema de cultivo era o *barbecho*, relacionado à alimentação do gado que abonava o solo, e se complementava com a existência de pastos comunitários e direitos comunitários, de pastos sobre solos de propriedade individual sobre os restolhos. O cereal era o produto principal aumentado ao longo do sec. XV à superfície e produção. O trigo avança em certas partes e o vinho se expandiu em toda a Espanha (MOLAS, 1989, p. 25).

3.1.1.2 **Economia: exploração mercantil do agro**

Segundo Riu (1989, p. 74-75; 167-168; 170) no predomínio islâmico (711-1035) a economia Al-Andaluz dependia da diversidade da paisagem, e a qualidade de solos dos aperfeiçoamentos técnicos introduzidos pelos árabes na agricultura, aproveitando conhecimentos adquiridos em Oriente com persas e bizantinos, e descobertas do mundo romano ocidental. Destacaram na exploração, grandes latifúndios cultivados por colonos via contratos de *aparceria* e *mediería* (secano e irrigação) com sementes, ou na colheita. Também houve no cultivo, colonos livres, “associados” ao dono dos solos. A oleicultura e viticultura alcançaram amplo desenvolvimento pelo aperfeiçoamento dos regadios.

O comércio com Europa e Oriente mediterrâneo de forma marginal estava nas mãos de comerciantes, judeus e cristãos, havia comércio de escravos e as rotas terrestres

²⁹ Garcia de Cortazar, *San Millan de la Cogolla*, p. 113, 134, 285, ídem *Epoca medieval*, p. 381; Garcia Fernandez, “*campos abiertos e campos cerrados*”, p. 1991.

seguiam sendo da época romana. Em 928 Abd al-Rahman iniciou o cunho de dinares de ouro e *dirhmes* de prata. Existia um intercambio ou comercio via alocação de valor em função ao peso de ouro ou prata. No caso da Espanha oriental (Catalunha), o feudalismo aumentava, prejudicando a pequena produção familiar (esta tinha do lado uma espécie de propriedade coletiva ou comunal). Predominaram os cereais em campos estreitos e alongados, abertos e escalonados, nas encostas dos montes e colinas, mediante terraços artificiais sustentado por pedras. A propriedade comunal é defendida por comunidades/aldeãs livres.

No período de equilíbrio islâmico-cristão (1035-1212), a economia se condicionou a um sistema fiscal e impositivo que levava ao abandono do campo. Nos reinos cristãos se estendeu o sistema de grandes senhorios latifundiários³⁰, originado por concessões regidas a magnates laicos ou igrejas e mosteiros, com doações de solos, campos, hortas ou vinhas, dos pequenos proprietários rurais a igrejas e mosteiros³¹, contribuindo à formação e crescimento de grandes senhorios eclesiásticos em detrimento do minifúndio³². De outro lado, concessões de imunidade dos monarcas foram necessários para conseguir o deslocamento da população a solos recuperadas ao Islam (RIU, 1989, p. 198, 288). Predominaram grandes domínios reais, senhorios seculares ou magnates (também eclesiásticos), parte do domínio senhorial era explorado diretamente pelo “senhor” e os grandes campos pelos servos. Os contratos agrários foram comuns à administração ou jurisdição do senhorio (desempenhada por mordomos ou delegados), por cultivar, prestações e gravamens eram muito variadas (RIU, 1989, p. 289, 290).

3.1.1.3 Trabalhos agrícolas: relação de atividades

Atividades agrícolas de hispano-muçulmanos aparecem no “Calendario³³ de Córdoba de 961”, eles segundo L. Bolens (p. 155): chegaram a superar seus próprios modelos antigos, mostrando espírito crítico, produto da experimentação e observação pratica, sua técnica de pastoreio correspondia à tradição da agricultura mediterrânea. Formaram hortas familiares, processos de inovação (enxertos) (RIU, 1989, p. 42-43). As

³⁰ O latifúndio originou-se pelas doações, vendas, legados, apropriações ou pela simples união de famílias vizinhas.

³¹ Para salvar suas almas e ser participes das graças obtidas com suas orações.

³² Afetado pela redução ao colonato quando haviam prestamos ou dívidas impagáveis com um senhor vizinho, apropriação de vizinhos poderosos, ou por matrimonio.

³³ Astrônomo, agrícola e meteorológico, contém dois calendários compostos na mesma época, pelo secretário “Arib Ibn Sa’d” e *Mozarabe recém-undo*.

técnicas de cultivo na Espanha muçulmana, melhoraram com a afluência dos sistemas de riego e métodos agrícolas em uso (RIU, 1989, p. 289). O *ancinho e arador* eram tirados por uma yunta de bois, se praticava a rotação bienal de cultivos, na arboricultura e viticultura, o abono adquire importância. O trabalho obstinado do campesino andaluz, tal como descreve *Ibn Luyun*, é uma manifestação mais do amor ao “terruño” cantado pelos poetas dos sécs. XI e XII (ARIÉ, 1983, p. 230-231). Neste cenário a figura de divisão por metade (*al partir*³⁴), vinha dos muçulmanos, que se mantinha no séc. XIII com os cultivadores *moros* (costumavam repartir com proprietários cristãos) (RIU, 1989, p. 472).

3.1.1.4 Exploração de “recursos naturais”

A exploração de metais na Espanha (ouro, prata, ferro, chumbo e zinco) começou na época romana, continuando no tempo dos visigodos, seguindo os muçulmanos com as instalações existentes, empregando mão de obra especializada encontrada no país e retomando-se no séc. XII (ARIÉ, 1983, p. 231; GLICK, 1991, p. 174). Os solos de secano eram intensivamente aproveitados, proporcionando a colheita de cereais (trigo, cevada e mijo) e leguminosas (habas, judias e garbanzos) que eram a base alimentar, guardados logo em silos escavados no subsolo e moídos em moinhos hidráulicos (RIU, 1989).

Os cristãos trocaram ovelha de carne pela de lã, adquiriram pastos (motivando a conquista de territórios islâmicos), consolidaram a transumância (séc. XII), aumentaram os campos de cereais, cercando os “senhores” laicos e eclesiásticos as pastagens (que eram abertos aos aldeãos), e excluindo-os do setor pecuário, e quando o pecuário “senhorial” se fez transumante³⁵ os aldeãos perderam abono. A expansão pecuária (complemento e símbolo de riqueza) surgida a partir da transumância (XI e XII) aumentou no séc. XIII (gado pecuário e de lã), e junto à agricultura, adquire importância econômica, formando uma sociedade pastoril de lhanura, que no tempo, castelhanos-leoneses iriam a levar ao Abya Yala.

Ante a expansão agrícola, os pastores se agrupam em *La Mesta*³⁶ (surge no séc. XIII) com Alfonso X, quem a protegeu em 1273 (organização para garantir a transumância). *La Mesta* (com os reis católicos teve uma legislação extraordinária favorável, e vinculação especial com o poder político, se proibiu aos campesinos que

³⁴ Colheita ou semente.

³⁵ A transumância se estabeleceu em 1284 com a organização: *La Mesta* (proprietários de ovelhas) organismo regulador da economia pecuária.

³⁶ (Castelhana) durando até 1836 (MOLAS, 1989, p. 26)

impeçam o livre ingresso), alterou o sistema agrícola que supunha equilíbrio entre pecuária estabulada, cultivo de cereal, e produção de vinho: o passo de cultivos comerciais à pecuária (GLICK, 1991, p. 137-139; MOLAS, 1989, p. 26; RIU, 1989, p. 474). Em alguns lugares (no séc. XIII) aumentou o latifúndio e transumância, pela falta de base demográfica para repovoar zonas conquistadas ao Islam (RIU, 1989). Esta forma de pecuária alterou a concentração de terra em mãos de grandes proprietários e mosteiros. Proprietários pastores se organizaram para a cria, melhorando a qualidade de lã no séc. XIV (mediante cruzamento de ovelhas hurras com cordeiro merino “importado” do Norte da África) (RIU, 1989, p. 475).

Um fato do período muçulmano, sentido no período cristão (após o ano 1000), foi a deflorestação, produto da urbanização³⁷ acelerada no Al-Andaluz, mineração, construção de barcos, intensificação da agricultura (norias³⁸ hidráulicas) e “exportação” (aumentando a produção de vasijas e utensílios em aldeias). Nos reinos cristãos se talaram os bosques para cultivar, mas, com o aumento da pressão, aconteceu o mesmo que no período muçulmano, se tornou objeto de comercialização, aumentando seu valor (criando os senhores, defensas ou reservas) (GLICK, 1991, p. 140-142). Na Espanha cristã, surgem cidades em torno duma igreja, cercada e deixando espaço para o gado e pequenas zonas de cultivo (RIU, 1989, p. 291). A intensificação da urbanização produto do aumento da população, levou a uma destruição acelerada dos bosques, que praticamente desapareceram, conservando-se só, desde uma perspectiva utilitarista.

3.1.1.5 Mercado, férias e maior urbanização

No processo de urbanização o mercado foi determinante, passando de um mercado rural (focado no excedente agrícola) a urbano (artesanal), expandindo-se (local, comarcal e regionalmente) no séc. XI e XII em todos os reinos cristãos peninsulares, porque já existiam vilas e cidades (autorizadas oficialmente), tendo no séc. XII (os mercados urbanos) venda de carne (de cordeiro e queijo de ovelha, em *zocos*³⁹), ovino de lã (o suíno era dieta campesina) e grãos. As *férias*⁴⁰, com autorização real ou senhorial se celebram uma vez por ano (vários dias). Quando os cristãos conquistaram as cidades islâmicas, os mercados permaneceram no seu lugar, produto dum complexo conjunto de processos

³⁷ Sob a base da estrutura romana.

³⁸ Máquina hidráulica para extrair água.

³⁹ Mercadinhos tradicionais dos países árabes, ao ar livre.

⁴⁰ Mercado celebrado ao ar livre em determinadas datas.

relacionados ao sistema monetário internacional, com o desenvolvimento da agricultura e abertura da Europa (ARIÉ, 1983, p. 228-230; GLICK, 1991, p. 154-156; MOLAS, 1989, p. 26; RIU, 1989, p. 294). No final do séc. XV, as cidades tinham domínio sobre o entorno rural (MOLAS, 1989, p. 38).

3.1.1.6 Monetização: acentuação da mercantilização da agricultura

A aceleração do comércio, urbanização, exploração de recursos, e transformação de mercados, levaram à agricultura a uma transformação. As moedas de ouro e prata, são o ritmo da interdependência das economias supranacionais do mundo medieval (ocidental, bizantino, islâmico e oriental). A Espanha cristã seguiu o sistema monetário Andaluz (monetizada ao final do séc. VIII, pelo rápido desenvolvimento agrícola (Abd al-Rahman I introduz o padrão prata, passando ao ouro de origem sudanês no séc. X, acunhado por Abd al-Rahman III). A influência econômica Andaluz monetizou a Espanha cristã (os preços tinham valor, maior ao monetário). No séc. X o solo tinha baixo valor monetário, pelo que foi necessário pagar em bens (tela, gado, vinho, etc., eficazes substitutos do dinheiro) (GLICK, 1991, p. 161-164).

No séc. X e XI falta ouro e há baixo poder aquisitivo, pelo giro brusco da economia cristã, devido a:

- a) Transtornos políticos em Al-Andaluz; e
- b) Incremento da produtividade agrícola e nova colonização de terras, mas, logo as economias cristãs receberam “grandes” quantidades de ouro, produto de pagamento de tributo (segundo LACARRA⁴¹), passando com o tempo a ser parte do orçamento.

Assim, à monetização do comércio seguiu o do governo, caindo aos poucos numa dependência generalizada devido à institucionalização das moedas e do tributo. No entanto, a grande quantidade de ouro se investiu em esforço bélico, pagamento a soldados e construção e compra de fortificações (GLICK, 1991, p. 165).

Neste “boom” econômico os príncipes cristãos utilizaram o dinheiro, para consolidar seus domínios, mediante aquisição de direitos hereditários de seus rivais a suas possessões patrimoniais (evidencia dum período conflituoso), além de doar grandes

⁴¹ Obtidos também do intercambio de produtos agrícolas, pecuários ou artesãos (RIU, 1991, p. 294).

quantidades a instituições eclesiásticas. Os tributos financiavam obras de arquitetura românica espanhola, estimulando a economia do artesanato local que era parte da organização islâmica. A aceleração da circulação do dinheiro (moedas de ouro e prata) (RIU, 1989, p. 295) causou inflação nos preços de bens imóveis e salários (GLICK, 1991, p. 165). A gente que prosperava com a agricultura, convertia esses recursos monetários em propriedades urbanas e empresas comerciais (LACARRA⁴² *apud* GLICK, 1991, p. 166).

No séc. XII se incrementa a comercialização de produtos agrícolas (especialmente lã). Para 1175 Alfonso III acunha a primeira moeda (imitando aos árabes), continuando a tendência a uma economia de mercado no séc. XIII (estimulada pela conquista de novos territórios, indústrias urbanas, comutação de cargas feudais, pagamentos em dinheiro e exploração de exportações de lã (esta, prejudicial para o equilíbrio da economia agrária) (GLICK, 1991, p. 167) manifesta dificuldades monetárias desde a segunda metade do séc. XIII (RIU, 1989, p. 472). Nos sécs. X e XI ainda se pagava em ouro (ARIÉ, 1983), já no séc. XIII as rendas eram em espécies e metálico, devido ao aumento de luxo e custo de vida (RIU, 1991, p. 472). A partir de 1474, todo o sistema econômico se fundamentou no crédito, o interesse estava proibido, mas logo, eliminou-se (de todos os países da Europa). Ao ouro e prata adicionou-se o cobre (MOLAS, 1989, p. 31).

3.1.1.7 Entorno comercial

A acentuação do comércio via “importação” e “exportação” se fortificava sobre a base do poder aquisitivo (até o séc. XI) dos cristãos, acentuando-se com a aparição de pesos e medidas⁴³ entre economias andaluzes e cristãs⁴⁴. Havia dependência econômica da Espanha cristã até o séc. XI, do Al-Andaluz colonial, porque num contexto internacional era fundamentalmente produtora de matérias primas, e, na medida que adquiria produtos elaborados, o fez a través da rede Andaluz, quando a rede foi quebrada e destruída pela própria conquista, sua função foi substituída de modo completamente natural por outros mercados e produção local (GLICK, 1991, p. 175). Na Espanha oriental do predomínio islâmico, o preço de produtos se pagava em dinheiro ou espécies (RIU, 1989, p. 171).

⁴² LACARRA, J.L. 19--.

⁴³ Alfonso X em 1261, por decreto, estabeleceu a normalização de pesos e medidas, predominando a terminologia árabe.

⁴⁴ Cada mercado tem suas próprias pesas e medidas (RIU, 1991, p. 294)

Houve desenvolvimento da indústria têxtil (séc. XII e XIII) com baixa qualidade (sendo necessário “importar”⁴⁵) (GLICK, 1991, p. 172). O comércio de longa distância se expande no séc. XIII (RIU, 1989, p. 476), concentrando-se a partir de 1474 nos litorais, sendo o principal mercado os países baixos (desde o séc. XIII “exportação” de produtos naturais: lã, vinho, ferro). No séc. XV o comércio se condicionava a relações culturais e políticas (MOLAS, 1989, p. 28).

3.1.1.8 Estrutura social: relações sociais de dominação, oportunismo e exploração

Na Espanha islâmica não se consolidou a evolução social islâmica (tribo), permanecendo a consanguinidade como força social, na Espanha cristã: o parentesco⁴⁶ e a família nuclear troncal foi apoiada pela igreja. Já os sistemas de parentesco dos povos originários absorveram a influência da família hispano-romana e da germânica, que a diferença de romanos e árabes era bilateral (GLICK, 1991, p. 185, 186). Neste entorno, as relações feudais no início estavam fortemente representadas pelo parentesco, evoluindo ao longo do séc. XII as relações de dependência entre pessoas não emparentadas, substituindo o parentesco (GLICK, 1991, p. 187).

A Espanha cristã foi definida pelos historiadores como outras da Europa feudal, com classe *aristocrática* (controla os meios de produção), classe *meia emergente* (pretende arrebatá-lo o controle à elite nobiliária) e massa *sometida* (camponeses e servos). Em contraponto a distinção de classe para os islamistas não tinha muito significado (carecia de corporativismo como do mundo ocidental). Neste contexto ao reconquistar o Al-Andaluz tiveram que substituir instituições formadas tribalmente (GLICK, 1991, p. 190). Nos sécs. X e XII acelerou-se a senhoriação (perdendo liberdade os pequenos proprietários), os mosteiros se converteram em senhorios durante os sécs. X e XI, mediante diversos truques de apropriação (GLICK, 1991, p. 197).

A perda progressiva de liberdade da classe camponesa foi comum na Europa ocidental. Cabe ressaltar que, a Espanha medieval caracterizava-se por grande diversidade étnica; no Al-Andaluz a maioria muçulmana era composta por: árabes (elite dominante), bereberes (grande potência militar), e neomusulmanos, e as duas minorias: cristãos (mozarabes) e judeus. Com a conquista da Espanha cristã desde finais do séc. IX, se determinou o enclave de grandes muçulmanos e judeus (GLICK, 1991, p. 217). Nos

⁴⁵ França, Itália, Flamencos, Ingleses.

⁴⁶ Das típicas estruturas bilaterais e *cognaticia* - parentesco por consanguinidade natural da sociedade germânica -, até uma sociedade *agnaticia* e patrilinear.

reinos cristãos ocidentais a *mesnada* (grupo de guerreiros ao serviço dum senhor) tendia a possuir a qualidade de grupo de parentesco (entre estrutura de parentesco e feudal), os vassallos do rei recebiam “terra⁴⁷” e privilégios (além de salário por seus serviços). Houve introdução (sécs. XI e XII) de normas feudais francesas, outro exemplo da mudança de estilo originado pela consolidação estrutural responsável do desajuste entre o modelo social e a estrutura real da sociedade que, se tinha feito mais estratificada e complexa (GLICK, 1991, p. 282). Neste contexto, a partir do final do séc. XV em toda Europa ocidental, o cultivador do solo (campesinato) foi sometido (toda a idade moderna) a pagar diversas rentas concorrentes (dízimo à igreja e imposto às autoridades reais ou municipais, podendo ser sometidos a pagamentos senhoriais) (MOLAS, 1989, p. 39).

3.1.1.9 Alimentação

Diversos pratos e organização do comer veio de Bagdá (atribuída a *Ziryab*), sendo as frituras característica da cozinha hispano-muçulmana. No período Al-andaluz a base alimentar eram cereais (trigo, cevada e mijo) e leguminosas (favas, judias e grão de bico), consumindo também grandes quantidades de peixe, porém a alimentação estava em função da categoria social⁴⁸. As frituras eram importantes nessa cozinha (ARIÉ, 1983, p. 237; 283-284, RIU, 1989). Em 1088 se mostrava o desenvolvimento dessa gastronomia.

3.1.1.10 Renovação do setor agrário e crises agrarias

Em relação ao período de predomínio cristão (1213 – 1500), podemos ilustrar o contexto do agro, conforme o trecho de abaixo:

Na maior parte do séc. XIII a agricultura seguiu-se desenvolvendo nos distintos reinos, articulando-se senhorios jurisdicionais que incrementavam seus direitos, prejudicando liberdades campesinas. Se aravam novas terras, melhoraram os abonos, generalizaram cultivos mistos de cereal e vinhedo ou oliva, aplicaram novos enxertos para melhorar a qualidade do fruto, intensificaram riegos (construindo novas acequias e canalizando a direção da água), proliferaram arrendamento de solos via contratos (pagos e concertados: a parceria), introduziam-se novos cultivos (cana de açúcar), plantaram-se amoreiras (facilitar a cria de bicho da seda), coletava-se açafraão, valorização do pastel e outras tinturas com progressos industriais, etc. (RIU, 1989, p. 472, tradução nossa).

⁴⁷ Entendase como solo.

⁴⁸ Carne era luxo, comia-se em festas religiosas ou familiares só.

Desde o séc. XIV foram frequentes as colheitas ruins e consequentes crises agrárias. Entre 1343-1346: antes da peste negra (1348) Alfonso XI proibiu temporalmente a exportação de vinho e carne, 1376 e 1377, houve proibições pela carência de alimentos acentuada pela insegurança climática e falta de mão de obra. A crise agrária continuaria em 1425 em todos os reinos hispânicos (rendimentos agrícolas baixos em: propriedades em mãos de nobres, igrejas, monastérios, e sobre tudo, ordens militares e pequena propriedade em mãos de proprietários livres) (RIU, 1989, p. 473).

3.1.2 Durante e após de 1532: Em adiante

Em 1486, Colón pede ao rei de Portugal (Juan II) financiamento para seu projeto de chegar à Índia (sem base científica) com interesse comercial (novas rotas das especiarias), sendo aprovado pelos reis de Castilla (com financiamento de italianos de Lisboa e Sevilla), realizando-se a viagem em 1492 (com marinheiros e expertos corsários) (MOLAS, 1989, p. 69; RIU, 1989, p. 564). Nesse ano, casualmente chegam ao Abya Yala empurrados pelo vento, lugar distinto de seu objetivo, manifestando-se desde esse instante um comportamento e conduta irracional para a racionalidade do Abya Yala e do Tahuantinsuyo.

No séc. XV a Espanha caracterizava-se por ser um país que comercializava seus produtos vindos da agricultura. O sistema de cultivo era o barbecho (relacionado à alimentação do gado que abonava o solo, e se complementava com a existência de pastos comunitários, e direitos comunitários de pastos sobre solos de propriedade individual sobre os restolhos).

O “cereal” era o produto principal, aumentando ao longo do séc. XV tanto em superfície e como em produção. O trigo avançou em certas partes e o vinho se expandiu em toda a Espanha (MOLAS, 1989, p. 25) - desaparecendo a partir de 1500, da maioria dos territórios da Europa ocidental. Configura-se assim o mundo rural-medieval: a adição do camponês ao solo e trabalho obrigatório nos domínios do senhor, definindo uma condição *servil* (MOLAS, 1989, p. 39), isto dentro dum contexto de limpeza religiosa (expulsar muçulmanos e judeus), com a conquista de Granada dos muçulmanos (em 1492) (MOLAS, 1989, p. 57). A ação dos reis católicos se estendeu pelo mediterrâneo dando lugar a uma política italiana e europeia (MOLAS, 1989, p. 63), e, com caráter conflituoso, de expansão territorial na Europa, se levou aos reinos, a matrimônios entre

eles, para expandir ou proteger a expansão (após a conquista da Granada se invadiu o Norte da África: costas de Argélia e Tunez) (MOLAS, 1989, p. 67).

Ao “ingressar” no território do Abya Yala, destruindo o espaço e subtraindo minerais, surgiram alguns problemas:

- a) relação entre iniciativa privada e autoridade do soberano;
- b) imigração desde a península;
- c) exploração da população originária;
- d) chegam novos cultivos;
- e) implantação de instituições castelhanas, etc. (MOLAS, 1989, p. 67).

Dentro das motivações de navegação atlântica, estava o desejo de evangelização. A própria irracionalidade do intruso manifestava-se não considerando o “governar” do lugar (MOLAS, 1989, p. 69). Os conselheiros flamencos de Carlos V diziam que o Abya Yala para os reis era “primordialmente de ouro e perlas”. No período de Fernando o católico, não foram unidas a nenhuma das coroas peninsulares; aplicando-se *repartimentos e encomendas* (destruição denunciada por Bartolome de las Casas). Entre 1529-1523, Espanha vivia em crises revolucionárias, terminando, na grande guerra de camponeses na Alemanha, em 1525 (MOLAS, 1989, p. 70-71).

Com Cobos (Secretário de Estado de Carlos I) se desenvolve uma política mediterrânea e de fazenda. No decênio de Carlos V se cria a secretaria das “Índias” e fazenda (evidenciando sua limitada consciência do espaço), para ele, o Abya Yala fornecia o complemento indispensável à fazenda imperial, pois na fase de intrusão, se dava a exploração de minas no Tahuantinsuyo (Perú). A pesar dos grandes ingressos, era evidente a penúria da fazenda imperial, incapaz de seguir com atos bélicos. A monarquia de Carlos V dependia dos comerciantes-banqueiros, que asseguravam prestamos e transferências (comum nos estados do renascimento), os gastos eram maiores e possibilidades de pago também (pelas riquezas minerais do Abya Yala), e a pesar do metal subtraído, os interesses dos prestamos⁴⁹ eram exigidos (MOLAS, 1989, p. 84).

No período de Carlos V até 1550, a expansão no Abya Yala foi efetuada pelos *k'arusuyus* chegados, a coroa tinha tido pouca interferência. Após esse período houve uma institucionalização do processo de ocupação. Assim, a chegada destes não teve nada a ver com o agro, foram eventos casuais e motivados pelo *códice*, não formou parte duma

⁴⁹ Os maiores financeiros da Europa (no momento) estavam na órbita da Casa da Áustria (Molas, 1989, p. 85)

política, estratégia ou plano, o agro era o que menos interessava. Na época dos *k'arusuyus*, os soldados mercenários, etc. foram substituídos por “administradores”, aparentando recuperação da coroa dos poderes que tinham exercido os caudilhos da “intrusão” e suas famílias, assignando dois virreinos, do México e do Perú (MOLAS, 1989, p. 87). Em 1542 sob apoio de Bartolome de las Casas se promulgou uma legislação que abolia as encomendas, o que produziu a vinda de uma nova leva de *k'arusuyus* instalados no Perú, no contexto da sucessão de Pizarro. No entanto, essas reformas tiveram efeito limitado, a própria coroa modificou seus planejamentos (MOLAS, 1989, p. 88). O *não* governo se generalizou.

- a) **produção agrícola e o entorno:** a agricultura teve numerosos freios, em especial limitações técnicas e dependência do entorno físico e climático (a partir de 1540 aparentemente teve lugar um esfriamento do clima, que se traduz em chuvas torrenciais, granizos e geadas, que junto às sequias, faziam perder as colheitas). Cabe a pergunta, se havia emergência de alimentos, porque não tiveram uma visão de buscar sistemas agrários que lhes garantam o alimento? Tal vez porque, era uma sociedade onde os nobres dirigiam e recebiam impostos do campesino, e que não sofriam de fome, não tinham interesse, pois para a nobreza o agro não era relevante, menos para os cristãos, salvo que seja intensiva e comercial). Havia dependência do esterco animal (relacionado com os cultivos e pastos), os solos sem cultivo passaram a ter importância para o pousio ou descanso temporal, o sistema agrário tinha a rotação de cultivo por folhas (obrigatório) e direito comunitário à derrota de *miseses*⁵⁰. Era mais difundido o uso de mulas mais que bois. A produção agrária cresceu⁵¹ (sec. XVI) pela demanda do consumo interno e pouco do Abya Yala (preços agrícolas aumentaram), havendo novos arados de bosques ou solos de pastagens (vem o problema da deflorestação, limitando a madeira) reduzindo-se a alimentação do gado. O aumento da população (1570 a 1590) limitou a produção. O campesino ficou vulnerável às hipotecas (permitiram a expansão dos cultivos), mas, os rentistas das cidades (beneficiados da expansão dos cultivos, sobretudo dos comercializáveis) se beneficiaram

⁵⁰ Aproveitamento pecuário, após a colheita certos terrenos de propriedade privada passaram a titularidade pública da pecuária local de forma que qualquer pecuarista poderia utilizar, como pastagens.

⁵¹ Maior produção (não pelo aumento da unidade de superfície) por maiores solos para arar.

também da contração. O sec. XV finalizou com uma crise generalizada do mundo rural. O trigo (em solos de melhor qualidade, e a cevada e centeio em menor qualidade, para gado e as vezes para consumo humano), vinhas e oliva, eram as comercializadas, o resto da produção (em conjunto) era minoritário (na agricultura hispana: o regadio era custoso) ingressando ao inventário: *melocotones, tomates, guisantes e habas*; a cana de açúcar era mais especulativa, decaindo no sec. XVI (pela competição das plantações das ilhas do atlântico e do Abya Yala). A *moreira* era outro cultivo comum (para seda). No século XVI, culminou *La Mesta* (MOLAS, 1989, p. 126-130). As rotas fundamentais de intercambio se remontavam à época romana, influenciando o Abya Yala na diminuição do tráfego mediterrâneo. Este, logo se transformaria num “monopólio” (comercio com o Abya Yala, a partir de portos andaluzes) por razões políticas, dum território agrícola que poderia cobrir a demanda dos “invasores” (MOLAS, 1989, p. 138-139), pois, segundo Pierri Chaunu⁵² houve: flutuações de comercio entre Espanha e o Abya Yala (1504-1550), novos espaços invadidos, os comerciantes se beneficiaram da “exportação” de produtos manufaturados e agrários (aceite, vinho, farinha), coincidindo a expansão, com uma recessão econômica europeia. De 1550 a 1562, há queda e crises de fretes no comercio com o Abya Yala, de 1562 em adiante, nova e duradoura expansão, até 1620. De 1585 a 1597, melhores anos do comercio. O comercio obedecia a relações de dominação, enviava-se produtos manufaturados e voltavam minerais, com alguns produtos naturais⁵³. Uma universidade de comerciantes se constituiu em Sevilla (1543). Admite-se que, a prata do Abya Yala destinou-se aos centros comerciais europeus mais acelerados (beneficiados), desfavorável para a balança mercantil peninsular, ficando também na península (MOLAS, 1989, p. 139-140). No Abya Yala acunhou-se a o “real de a ocho”, moeda de aceitação internacional na idade moderna, sua solidez derivava da abundância de metais preciosos⁵⁴ subtraídos do Abya Yala (saqueio, exploração, prazeres auríferos; e a partir de 1540 a exploração sistemática de minas no Perú e México⁵⁵, usando logo o

⁵² Estudo os registros da Casa da contração de Sevilla.

⁵³ Colorantes, couro e açúcar.

⁵⁴ Na literatura a indicação de preciosidade do metal revela o olhar que tem ou tinham os europeus.

⁵⁵ Earl J. Hamilton estabeleceu a chegada de 42,000 quilos primeiro ouro e logo prata. 42.000 quilos de ouro entre 1551 – 1560, caindo em adiante. Prata a partir de 1560 um milhão de quilos decenais, a partir

mercúrio), recursos que iam a Europa, disfarçados, como se fossem produto de:

- relações de “intercambio”,
- pago de “importações”, ou
- repatriação de capitais pelos intrusos que voltavam a seu lugar de origem, e;
- imposto real,

Quando basicamente foi *subtração e pilhagem*. A chegada de ouro e prata impactou subitamente a economia europeia, aumentando continuamente os preços (especialmente em Espanha), denominada revolução dos preços do séc. XVI. Para Hamilton, o aumento dos preços e ao mesmo tempo salários (superior aos preços), impediam a acumulação de ganhos. Segundo a linguagem, a denominação de investimento é distinta hoje que nessa época, pois, refletiria certo grau de racionalidade econômica no uso de recursos, quando se tinha só como recuperar o capital e além disso ter ganhos, mas com mínima racionalidade econômica, se questiona a moral. No séc. XVI se gasta em compra de senhorios, construção de palácios e igrejas, luxos, prestamos, a particulares, festas, municípios ou na coroa (MOLAS, 1989, p. 140, 141, 145). A cidade era a residência dos que dominavam a vida rural, como senhores ou proprietários (MOLAS, 1989, p. 149);

- b) condição social do campesino:** no séc. XVI Noel Salomon destaca a importância da equivalência: campesino rico-labrador (labrador-honrado, rico-vilão), campesino de realengo, ou de senhorio, que dispunha de solos abundantes, animais de tiro e reservas de alimentos, mas, a debilidade do campesinato se destaca por: diminuição da propriedade comunal e processo de endividamento (MOLAS, 1989, p. 153, 155). Nesse século, a rede urbana tinha conflitos por alimentos e a propriedade agrária era elemento da nobreza. No antigo regime, havia pobreza rural e urbana, produto das colheitas ruins, preços crescentes, impostos, doenças, velhice. A Espanha tinha 10 ou 15% de pobres “estruturais”, mais mulheres e viúvas. Nesse período, as obras sob

de 1580 superou os dois milhões e no último decênio chegou a 2.7milones, em total se recebeu 153.000 kg e 7.4 milhões de prata.

agricultura espanhola foram: *Obra de agricultura* de Alonso Herrera (1513) e *Diálogos* de Juan Valverde de Arrieta (1578) (escrita na crise da agricultura castelhana) (MOLAS, 1989, p. 156, 178, 218).

3.1.2.1 Um mal agro?

A evolução agrária na Espanha (quanto na Europa), tem uma relação de dependência (cultivos, animais, métodos, técnicas e práticas) com a de Ásia e África (e logo com o Abya Yala). Conflitos dentro do território, migração externa e interna, domínio dos romanos, invasões dos muçulmanos, caracterizaram a transformação e formação dum sistema agrário basicamente comercial, caracterizado pela: individualidade do camponês, intensificação do solo, monocultivo, propriedade privada, marginalização com relação à pecuária, expansão do território, feudalismo, senhoriagem, recurso, objeto, transumância, latifúndio, crédito, impostos e tributos, cerealista. Cenário consolidado a partir da adoção da moeda, comércio, da propriedade privada, urbanização, evangelização, monarquias⁵⁶ etc., sistema que se consolidou em toda Europa ocidental, principalmente pelo *códice*, tal como indica Slicher (1958). Assim, a agricultura teve nas formas de governo, seu principal verdugo, transformando-a num recurso para extrair o máximo de ganho.

Se bem romanos e muçulmanos influenciaram com cultivos e técnicas; com os cristãos se consolidou a estrutura comercial, pre-industrial do agro, mas, foi o meio de intercâmbio consolidado (metal moeda) o que tornou o agro, alvo de grande interesse. Tanto que, quando Colón e outros cronistas ao relatarem o que vieram no Abya Yala, geraram grande interesse que levou à desafortunada migração ilegal de famílias atraídas pela febre do metal, levando consigo alimentos, entre elas possivelmente algumas sementes; nesse intercâmbio, se levaram outras sementes para Europa (tipos e variedades de Sara⁵⁷ e Papa por exemplo). Esse contexto permite questionar a quebra do Tahuantinsuyo na sua visão de desenvolvimento, e especificamente seu agro, pois além do interesse nos metais, houve limitações para adaptarem-se (não sabiam comer coisas do lugar), não houve plano ou visão de mudar uma estrutura agrária (o que menos interessava), o mal governo começava-se a sentir.

⁵⁶ No Oeste e no Sul, as monarquias eram heranças. Na Polónia, Hungria, Dinamarca e Suécia as coroas ao igual que o Império Romano, eram eletivas (Clark, G., 1954).

⁵⁷ Guamam Poma de Ayala, indica ao milho em Runa Simi: Sara.

Esta afirmação, se fundamenta no desconhecimento e não entendimento do *k'arusuyu*, desse outro mundo, o Tahuantinsuyo (holística) e em geral do Abya Yala, tanto assim, que no intento de “administra-o”, o secretário Cobos o denominou como Secretaria das “Índias” (quando não era a Índia). Atualmente, mantém-se em Sevilla o: “arquivo geral das Índias”, reafirmando seu absoluto desconhecimento e mal governo, fortalecido na afirmação de Guaman Poma: “o Tahuatinsuyo após chegar o *k'arusuyu* não tinha bom governo”. O governo no Tahuantinsuyo não se encaixava numa monarquia (o caso da Espanha e quase toda Europa). As monarquias europeias não tinham uma institucionalidade política, econômica, agrária, etc. existia um contexto de domínio do “mais forte”, nela, o campesino (inferiorizado) tinha o “dever” de pagar um tributo, fomentando a transformação a uma agricultura estritamente comercial (com algumas exceções), marginalizado e explorado, que não passava com romanos e muçulmanos (pelo menos não de forma tão evidente).

A afirmação de Guaman Poma não era uma percepção, e sim reflexo do mal governo, considerando-se que este, dever-se-ia refletir num bom conviver. Nesse contexto na Espanha quanto na Europa, havia problemas de desigualdade, exploração, preços de alimentos controlados pelos mercados, danos às colheitas, pobreza, pestes, etc., praticamente institucionalizados, mas isso não importava, os metais (ouro e prata) eram a prioridade. Nesse instante o subdesenvolvimento do séc. XX, se refletia nesses lugares. Tal foi o desinteresse num agro, que “políticas agrárias” sob as estruturas agrárias na Espanha, estão contextualizadas a partir do reinado de Carlos III em 1759-1788 (GARCIA; SANZ, 1996), antes, os sistemas agrários não tinham maior interesse senão para obter tributos. Foi isso que trouxeram para o Tahuantinsuyo, mal governo: desinteresse num agro que não fosse comercial.

Sob esse contexto, o agro do Tahuantinsuyo (não era uma sociedade agrária desde a perspectiva ocidental, tinha o agro como parte do conviver) continuou num contexto de conflito, mantendo o primigênio e continuando a partir dele (como resposta racional a uma irracionalidade), transformou-se em andino, herdando suas próprias particularidades, ciência, pensamento, filosofia, saberes, ontologia, etc., que não se reduzia a somente produzir, pois envolvia um todo (multidimensionalidades inter-relacionadas), com sua própria estrutura.

A 1531 Espanha (e durante o período de subtração no Abya Yala) e Europa deveriam ter um bom agro, mas, só acentuaram a exploração e comercialização da agricultura, institucionalizando-se como “recurso” a dominar e etapa a superar. Na

Espanha predominava principalmente a lã, os árabes trouxeram a técnica e acentuaram o comércio, os lhanos receberam migrantes das montanhas, os cristãos eram para cultivo e islâmicos para comércio da madeira. A comunidade foi alterada pelo tipo da pecuária, a água era direito público nos muçulmanos, não com o sistema feudal dos cristãos. A agricultura na Espanha teve influência dos povos árabes, consolidando-se a comercialização interna e externa, formando-se uma agricultura de lhanura. Nela, o controle e direção da igreja está presente, consolidando-se o solo como objeto comercial. Um fato que revela a acentuação das desigualdades que não se deram com os muçulmanos na dimensão dos cristãos, foi a velocidade de intercâmbio no comércio andaluz, manifestando-se com maior intensidade na etapa cristã; acelerando sua economia e tornando-as dependente do ouro. Aceleração que aumentou a dependência do tributo, transformando-se logo em pensar primeiro no esforço bélico e pagar soldados, fruto dos conflitos e desejos de expansão territorial. Mas, “investir” na própria atividade agrária, não, salvo seja a grande escala e gere lucro. Tudo passava pelo *códice* como indica Slicher.

3.1.2.2 Relação com o agro andino

Após o *k'arusuyu* entrar no território, não houve interesse nenhum em continuar o agro andino, foi a própria estrutura deste agro (com novas plantas introduzidas por meio de famílias, migrantes, e sistemas de produção logo difundidos) que absorveu e se adaptou à nova realidade, respondendo às mudanças acontecidas. Assim a única coisa que chegou ao Tahuantinsuyo, foi o mal governo (com ela o castelhano) confrontando-se a visão holística com uma visão linear, gerou-se uma desorganização. Um agro comercial poderia quebrar um agro convивencial institucionalizado holisticamente? Houve influência de algum tipo, próprio das dinâmicas migratórias e intrusivas no mundo? O agro do Tahuantinsuyo e a agricultura da Europa: duas realidades totalmente distintas, uma como modo de conviver desde uma estrutura macro-micro (comunitária-familiar), e a outra como meio de sobreviver desde uma estrutura micro (familiar-individual) explorada. Com o tempo alternativas ao próprio agro comercial foram o agro orgânico, ecológico ou biológico: transição ao agro do Tahuantinsuyo e dos povos originários.

3.2 Do agro no Tahuantinsuyo ao agro andino: contextualização histórico-atual

Na atualidade, a tendência padronizadora e minimizadora duma agricultura de foco eurocentrista, tem levado aos agros no mundo (desde a revolução industrial) a entrar num processo de abandono. No entanto, pode-se dizer que outras formas de agro persistem, alguns no espaço andino. Sua característica complexa vem desde antes do período Inca, até hoje; a composição de mais de 150 nações/povos do Tahuantinsuyo (VALENZUELA, 2006), exemplifica a diversidade de pensamentos, métodos, epistemologias, ciências, que existiam dentro de cada uma, pois antes da formação do Tahuantinsuyo, cada nação tinha agro próprio, talvez com similitudes entre elas, mas também com diferenças. Neste contexto, esta parte apresenta evidências históricas e empíricas, para responder a relação histórico-atual do agro andino. Na primeira parte abordamos o agro andino, desde uma perspectiva histórica, tomando como referentes da época, as imagens de Santa Cruz Pachacuti e Guaman Poma de Ayala, com suporte de outras crônicas escritas na época. Na segunda parte, abordamos a realidade desde os debates histórico-presentes mais contemporâneos.

3.2.1 Desde a obra de Guaman Poma de Ayala

A crônica de Guaman Poma reflete o pensamento no Tahuantinsuyo sem negar as inter-relações com os *k'arusuyus*, considerando as circunstâncias da época, no qual o documento (nunca chegou a seu destino) foi publicado. Sua obra adquire grande importância, porque além da escrita (relatando a vida no Tahuantinsuyo, antes e após do *k'arusuyu*) a imagem foi um recurso comunicativo, mais significativo. Nela, um outro mundo está presente, num Tahuantinsuyo que continuou sendo real num contexto de mudanças, conflitos, resistências e dinâmicas que, requeriam de um bom governo, um reconfigurado a partir do governo antes do *k'arusuyu*, com um agro de convivência. Guaman Poma, indica que sua obra é a vivência (convivência) de praticamente 30 anos (1615, p. 701⁵⁸). A relação com o agro se configura com a família, comunidade e sociedade, e o todo existente, um conviver: relacionamento com todo, não recurso nem meio para sobreviver ou viver, senão conviver para viver, partindo do real das relações

⁵⁸ Consideraremos a numeração original de Guaman Poma. Neste caso o original é 701 e o indicado posteriormente é 715.

holísticas. Nesse processo, deixaremos que as próprias imagens⁵⁹ comuniquem e se complementem com a escrita.

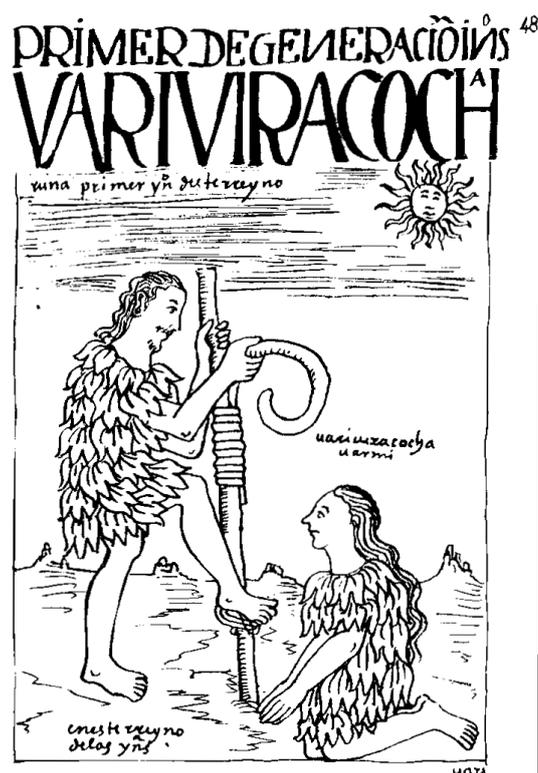
3.2.1.1 Origem

No primeiro mundo, a vida se manifesta mediante diversas relações (comunidade, família, casal, em *Ayllu*) entre diversos seres: homem, mulher, filhos, Inti (Sol), Quilla (Lua), animais, céu, *Apus*, solo, etc. todos como parte da *Pacha*. Nela, a *Chakitaklla*, é o nexó relacional da existência, conviver junto ao agro, assim, a origem da vida é com o agro (Fig. 2) é parte de tudo. Estas relações surgem nos inícios dos tempos no Tahuantinsuyo, nos primeiros *runakuna*. Neste território, o casal reforça seus vínculos com o agro: *Chaquitaqlla* como nexó relacional, numa cooperação recíproca homem-mulher, homem ara e mulher semeia, o *Inti*, os *Apus* acompanham (Fig. 3). Em ambos mundos, se convive *com* o agro, é parte da *Pacha*:

Os primeiros *runakuna* aravam a terra e tinham relação com *Wiracocha*: *maypincanqui maypincanqui yaya ...* os primeiros *runakuna*: *pacarimoc runa* [homens originários], *uari uiracocha runa*, entendiam de abrir a terra virgem, e fazer *andenes* nas montanhas. Começaram a peneirar a terra e escolher, pedras, tiravam da água e acequias. (GUAMAN POMA, p. 51, 55, tradução nossa).

⁵⁹ Na referência das imagens, utilizaremos as indicadas no documento original.

Figuras 2 e 3 - Origem da vida segundo Guaman Poma de Ayala



Fonte: Felipe Guaman Poma de Ayala (1615)

3.2.1.2 Organização do conviver

O *Tahuantinsuyo*, governado pelos Incas, organizou o conviver mediante o estabelecimento de dez *ruas* (períodos de idade), de homens⁶⁰ quanto mulheres⁶¹, com objetivo de evitar a ociosidade⁶² e preguiça (GUAMÁN POMA, 1615, p. 197-233), nelas,

⁶⁰ *Auca camayoc* (30 a 50): de guerra para muito: e trabalhar a terra, como motivo de escolha; *Purec Macho* (50 a 78), principalmente como *pachaca* (labor na terra); *Rocto Macho* (80 a 100 ou 150), preparas cordas, mantas, criar animais pequenos, etc., pessoas de respeito e temor (se não trabalhavam recebiam da sociedade para conviver). Os *doentes e deficientes físicos*, si podiam trabalhar o faziam (serviam para dialogar, tinham sementeiras, e recebiam ajuda da sociedade); *Sayapayac* (18 e 20), guardavam o gado; *Mactaqona* (12 ou 8), guardavam o gado, tinham laços para capturar pássaros; *Tocllacoc-Uamracuna* (9 ou 12), caçavam pássaros pequenos para charque, as plumas para outros usos).

⁶¹ *Auca camayocpa uarmin* (33), tecidos; *payacona* (50), tecidos de sacos; *puncyapa* (80), o que podem: "hilado", criar animais pequenos; *nausacuna* (deficientes físicos, as que podiam trabalhavam, recebiam cuidado da sociedade); *allin, zumac, cipascona* (33), *virgen* perpetua, para o sol, a lua ou Inca; *corostaque conus rouscatasque* (12 e 18) para se casar em 30 anos, aprender a tecer e "hilar", serviam de pastores de gado e sementeiras, chácaras, e fazer "chicha" para seu pai e mãe, traziam madeira e palha – "ichu"; *pauau pallac* (9 e 12), colhiam flores para tingimento de roupas e outras coisas, ervas de comida para tê-la no armazém – "collca"); *pucllacoc uarmi uamra* (5 ou 9), serviam a seus pais trazendo madeira e palha, começavam a "hilar" seda delicada, trazer ervas e ajudar a fazer chicha). As *ruas* não indicadas se referem a crianças em colo, tanto homens quanto mulheres.

⁶² Todos estavam ocupados, o castigo não tinha exclusividade, todos eram sometidos (GUAMÁN POMA, 1615, 314-316).

a relação com o agro estava estabelecida como parte da existência, ambos segundo a idade tinham que participar trazendo lenha, semeando, na colheita, tecendo, selecionando as sementes, etc., além da sua vida no Ayllu.

O conviver tinha implícito a relação com o agro em todo nível, manifestando-se no “*sembrar a comida*”: refletido no calendário incaico (*Raymi Caymi Quilla*⁶³ -janeiro-, *Paucar Uaray Hatunpucy*⁶⁴ -fevereiro-, *Pacha Pucuy*⁶⁵ -março-, *Inca Raymi Quilla*⁶⁶ -abril-, *Aymoray Quilla*⁶⁷ -maio-, *Cuzqui Quilla*⁶⁸ -Junho-, *Chacra Conacuy*⁶⁹ -Julho-, *Chacrayapuy quilla*⁷⁰ -Agosto-, *Coya Raymi*⁷¹ -Septiembre-, *Uma Raymi Quilla*⁷² -

⁶³ Sacrificios, e penitências, jejum, e processões ao templo do Sol e a Lua e de seus “deuses” *uacabilcas*, e outras *uacas* “ídolos”

⁶⁴ Ouro, prata e gado às *uacas*, primeiro ao Sol e a Lua, estrelas e templos, e *uacabilcas*, que estavam nas mais altas montanhas e nevados. Mês de muita chuva e *yuyos*, tudo verde, fruta fresca, e fome.

⁶⁵ Sacrifício de camélidos pretos, cerimônias com os *uallauiza* e *condeuiza* (“pontífices”) e *laycaconas* (“feiticeiros”), jejum. Há que comer; *lullopapa* e *michicasara* e muitos *yuyos* maduros (bem ao corpo), deixa de haver “fome”, gado gordo e pastagem suficiente (*pachapucuy*), muita chuva, bom para o barbecho

⁶⁶ Oferecem camélidos pintados às *uacas/huacas* e deuses comuns, cerimônias e festas, celebrara-se na praça pública e cantava-se o “cantar” dos camélidos (*puca llama*) e dos rios (como cantam). Há comida madura, à festa se convidam uns com outros (rico ao pobre e pobre ao rico).

⁶⁷ Oferecem outros gados pintados (todas as cores), surgem festas “menores”. Diz-se que encontrando uma “espiga” de *sara*, com dois frutos nascidos da mesma (ou *papa*), leva-se a casa ou ao depósito para guardar-se em “*cullunas chauays pirua*” (barris), muita festa e cantam: “*harauayo harauayo ylla sara camauay manatucocta surcoscayqui ylla mama acoya*”. Visitam-se comunidades e “*sapsi*” de *sara* e *papas* e toda a família e os gados comuns toda. Se visitam comunidades, *sapsi* de *sara*, *papas*, a comida toda e dos gados comuns: *charqui*, *lana misquillocoymata*, *pezaca*, *chaura*, *uicono*, *uanaco*, *qiuayo*, *chaluá*, *cuchucho*, *usuta*, *uasca*, *apa*, *maytocunacan*, *caua*, *lullocha*, cantam os *llama-miches*, dizendo: *llamaya llamayayn yalla llamaya*; mes de abundância de comida, descansam. Depósitos cheios, casas dos pobres, visita os *yuyos* que tem secado e o trabalhado para verificar a comida do ano todo” (GUAMÁM POMA, 1615, p. 245).

⁶⁸ Festa moderada do Inti Raymi, sacrifício ao Sol: *capacocha* (enterrava-se). Mês de abundância de comida, obrigação: de todos para todos sem distinção. Órfãos nunca sofriam de comida, tinham sementeiras, os *ayllus* de sua parcialidade plantavam-lhe.

⁶⁹ Visita a sementeiras e chácaras, repartiam chácaras aos pobres. As abandonadas ou do Inca eram plantadas para a comunidade e *sapsi*. Sacrificava-se camélidos de cor, junto a mil *cuyes* brancos, para que o Sol nem as águas danem comidas, sementeiras e chácaras. Inicia-se a plantar a comida nos Andes, entram nuvens na “Sierra”. Limpam as chácaras e levam adubo, acomodam o que é de um, desde seus antepassados e seus pais. Doenças, entra a pestilência nos gados, muitos morrem de “*carachi*”, senão são curados pelos pastores.

⁷⁰ Mês de trabalho, arar e quebrar terra simples para cultivar *sara*, sacrifícios com “*cuyes*, ”*mullo*”, e “*zanco*” e “*chicha*”, e “camélidos”. Baile e festa de lavoura em todo o Tahuantinsuyo. Bebem na “*minga*”, comem e cantam “*haylli* e *aymaran*”. Comem e bebem no lugar de “*pagar*” e começam a cultivar a *sara* até janeiro seguindo o relógio e roda do Sol e do temperamento da terra. Si é “*yunga tarde*” se é “*sierra temprano*”, neste mês falta “*yuyo*”, muita carne e pouca fruta.

⁷¹ Grande festa da senhora do sol (lua), representa isso para todos os planetas e estrelas do céu. Mês de limpeza de doenças, falando alto, limpando e fazendo cerimônias

⁷² Sacrificavam-se *uacas*, ídolos principais e “deuses”, para enviarem água do céu, outro cem camélidos brancos e outros pretos na praça pública, e não lhes davam que comer, para que ajudassem a chorar. Atavam também cães para que chorassem juntos com todos os homens e mulheres, pedindo água ao deus Runa Camac dizendo: “*ayauya uacaylli ayauya puypuylli lluto puchac uamrayque uacallasunquin*”. Isto faziaam de montanha em montanha.

Outubro-, *Ayay Marçay Quilla*⁷³ -Novembro-, *Capac Inti Raymi*⁷⁴ -Dezembro-), determinado pelo mês, hora, dia e lugar, seguindo o *andar* do Inti (desde o mais alto dos Apus) com o primeiro raio do dia que aponta à janela. O mês estabelecia-se segundo o minguante e crescente da Quilla, assim doze meses faziam um ano, sendo contabilizado pelo *quipo/quipu*, utilizado pelos filósofos e astrólogos para *cultivar e colher* as comidas. Para não errar a hora e o dia, sentavam-se a mirar uma quebrada e o sair e apontador do raio do Inti. O raio indicava a mudança cada seis meses, impossível de enganar (GUAMÁN POMA, 1615, p. 235-262).

As relações totalitárias/holísticas se manifestavam reconhecendo que a vida existe reconhecendo o existir de outros mundos: *Kay Pacha* (mundo daqui), *Hanaq Pacha* (mundo de arriba) com o *Inti* (Sol), a *Quilla*, as *Chascas*, o *Illapa*, e *Ukhu Pacha* (mundo de abaixo) com as *uacas/huacas*. Estas inter-relações eram dirigidas pelo governante (Fig. 4), o Inca com o *Inti* (mãos e rosto em direção dele, a quem considerava seu pai), a *Coya* (esposa) com a *Quilla*, e com as *Chascas* (estrelas) os *auquiconas e ñustaconas* (príncipes e princesas), também, pedras, lagunas e o *Illapa* (raio) estavam nas relações, reconhecimento de pertença do todo (gados, pastos e sementeiras) aos outros seres (e *uacas*), relações num contexto de respeito e cerimonia (entregava-se comida, coca, chicha, fruta, etc.). Todas as nações dos *suyos*⁷⁵ tinham esse relacionamento, com multiplicidade de animais e plantas, na presença de diversidade de alimentos (coca, chicha, etc.) e plantas. Todas as relações tinham que ser informadas ao Inca (GUAMÁN POMA, 1615, p. 264-275). As relações com o *Ukhu Pacha* iam além dum contexto “cerimonial” ou “funcionalidade” dos alimentos⁷⁶ (ex. sopro da *sara* moída: *uayrap-*

⁷³ Mês dos mortos. Levam os mortos de seus lugares até o “pucullo” e dão-lhe de comer e beber, vestem-lhes de roupas “ricas”, cantam e dançam com eles, pelas ruas e pela praça, logo metem-lhes no seus “pucullos”, dando comidas e seus camélidos. Neste mês de visitas, cobriam-se casas e levantavam-se paredes. Visitavam-se gados da comunidade e do *sapsi* e *runas* particulares

⁷⁴ Grande festa ao sol, grandes sacrifícios, ouro, prata, e muito “mullo” e gado, depois do sacrifício. Comiam e bebiam na costa do sol e dançavam. O bêbado que fazia ofensa era castigado, e quem matava estando bêbado, logo era executado. Boa justiça.

⁷⁵ No *chinchaysuyo* utilizando diversas cores de algodão, *tupa*, coca, fruta e chicha, coelhos, *uaccri zanco*, camélidos *pacos*, lã de cores, aji, variando segundo a nação. Nos *andesuyos*, o respeito ao *otorongo* (coca, serpente, milho e plumas), a árvore de coca (*cocamama*, beijam e logo comem); os da montanha, tigre, *otorongo* e *amaru*. Nos *collasuyos*, à laguna; se celebrava com camélidos brancos, cestos de coca, plumas, chicha de *cañihua*, *moraya* e *mullu*, comidas e peixe fresco e seco. Nos *condesuyos*, plumas, coca, *mullo*, *sanco*, *carne*, e *sangue cru* (obrigatório, lei, sob castigo de não cumprir). Os pescadores também tinham a obrigação de relacionar-se desta forma, com o mar do Sul.

⁷⁶ Uso de sabugo de *sara* e *papa* refletem relações permanentes com o *ukhu pacha*

zaran, repele a maldade na procura de justiça) e dialogo e entendimento com esses outros seres⁷⁷ (GUAMÁN POMA, 1615, p. 275-290).

Figura 4 - Relacoes com outros seres



Fonte: Felipe Guaman Poma de Ayala (1615).

A Festa⁷⁸ não era exclusiva de ninguém, “todos” participavam (cada *ayllu*⁷⁹ tinha a sua, e se bailava nos 4 suyos) e não deveria ser interrompida, havia festa de pastores (*llamamiches, llamaya*) e lavradores (*pachaca huarayo*), canções e músicas em *quichiua/quéchuwa/quichwa e aymara*, ao som do camélido, com quem bailava o Inca junto às *coyas* e *ñustas* (GUAMÁN POMA, 1615, p. 315). A comida para o Inca era

⁷⁷ Alguns falavam com o “demonio”; “almas” dos mortos padeciam fome, calor, sede, frio e fogo; a presença de animais ou sonhos governavam parte da vida; na colheita, se dois sabugos de *sara, papa* ou ocas que “nascem” juntas representavam problemas na vida. No mês de processões, jejuns e penitencias, só comiam *sara* branca com “*yuyos*” (*ciclla*). No enterro fazia-se uso da coca moída, dançava-se e chorava-se ao mesmo tempo, e comia-se e bebia-se Para expulsar doenças e pestilências, faziam “lutas” que representavam essa expulsão, isto tinha principal relação com a necessidade da agua.

⁷⁸ Momentos de descanso, de alegria, ao existir excessos, o Inca colocou “idolatrias” para castigar excessos

⁷⁹ Mulheres e homens, lavradores e pastores, risada ao homem.

⁸⁰ Variavam de tamanho, chegando a ser um conjunto de povoados (GUAMÁN POMA, 1615, p. 353).

especial⁸¹, ia além da leitura política ou social, mostrando a necessidade de relacionar-se com o alimento, sendo o consumo de coca um ato especial, se ensina a comer coca (GUAMÁN POMA, 1615, p. 332). O armazém de alimentos era política estratégica e determinante pelo Inca, se armazenava em *qollqas* (armazéns), os alimentos de *todos*^{82,83}, mantendo a diversidade⁸⁴ de cada região. Todo (comidas, qollqa, chácara, sementeiras e moya -sapsi incachacra-, -yupanacochacra-) é da comunidade. A comida determinava a alocação e função das pessoas (guerras: *sara* e *chicha*, planícies: *chuño* e *chicha*) (GUAMÁN POMA, 1615, p. 336).

3.2.1.3 Organização, funcionalidade das relações totalitárias

Chácaras e alimentos eram retribuição da relevância dum ofício. Para o Inca, o alimento era determinante das guerras e batalhas, sinônimo de “riqueza” era a “*Pacha*”, “*cancha*”, estancias, sementeiras, chácaras e gados, lhamas, etc. (GUAMÁN POMA, 1615, p. 341), distinta da concepção *k'arusuyu* (que diz a *Guayna/Huayna Capac* que *comia ouro*) (Fig. 5). Muitos dos cargos no governo eram *enviados* pela terra (GUAMÁN POMA, 1615, p. 349). O *suyuyoc* (administrador) era um cargo herdado, os filhos tinham que apreender a *governar a terra*: habilidade e diligencia. A repartição de chácaras não deveria agravar a ninguém⁸⁵ todos comem sem tocar as chácaras da comunidade e *sapsi e lucri*, senão eram executados (GUAMÁN POMA, 1615, p. 361). Contador e tesoureiro, utilizavam fibra e quinua para suas funções (GUAMÁN POMA, 1615, p. 363). Se visitava os “*tambos*”, “*acllaconas*”, armazéns e comunidades e *sapsi*, e seus deuses e *guacas* (GUAMÁN POMA, 1615, p. 370).

⁸¹ *Sara* escolhida (*capya utcosara*), *papas* (*mauay chaucha*), um camélido chamado *cuyro* branco, comia *chiche*, coelho branco e muita fruta, patos, e *chicha* muito macia, que amadurecia um mês chamado *yamor aca*

⁸² Do Inca, *aqlla*, do sol, da lua, autoridades, e de todas as gentes.

⁸³ Pessoas com capacidades físicas insuficientes estavam cuidadas pelo Inca, entregava-se lhes na praça publica cestos grandes de coca e camelidos *grandisimos*.

⁸⁴ *Chuño*, *moraya*, *caya*, *charque*, *lã*, *sara*, *camote*, *aji*, *algodão*, *magno*, *coca*, *rumo*, etc.

⁸⁵ Não se diferenciava a idade, uma criança poderia receber sementeiras, chácaras, pastos, acequias e água.

Figura 5 - Este ouro comes? Este ouro comemos

369



Fonte: Felipe Guaman Poma de Ayala (1615).

A expedição *k'arusuyu* teve um objetivo só: ouro e prata, o “estado” espanhol e a religião estiveram de acordo (GUAMÁN POMA, 1615, p. 372), ouro e prata e as riquezas do Perú (GUAMÁN POMA, 1615, p. 374). Esse fato levou aos soldados em 1525, a matarem-se pelo código (GUAMÁN POMA, 1615, p. 376). Tal era a diferencia de civilizações que, por exemplo, se na Europa o cavalo era um recurso a explorar, para atividades produtivas, no Tawantinsuyo, pelo que comia, foi considerado um ser de importância: “ao chegar o *k'arusuyu*, ao mando de francisco pizarro e diego de almagro, Atahualpa envia-lhes presentes a eles e aos cavalos, se achava que os cavalos eram pessoas porque comiam *sara*” (GUAMÁN POMA, 1615, p. 378).

A concepção do conviver vai confrontando-se, acentuando a diferença de visões: recurso-ser, a partir do alimento. O que para o *k'arusuyu* era um animal a disposição dele, submetido a suas necessidades, a quem podia dar qualquer tipo de alimentação, para o Inca e os *runakuna* o fato de comer *sara*, levou ao cavalo à condição dum *Ser* com importância e/ou representatividade. Esse fato, fortifica as relações totais, eram dois mundos totalmente diferentes, com pensamento distinto, argumento que adquire

relevância quando Guaman Poma indica: “de como o governo Inca assombrou-se que os *k'arusuyu* não dormissem, porque diziam que comiam ouro e prata: eles quanto seus cavalos” (GUAMÁN POMA, 1615, p. 381). Essa situação, coloca o campo das relações complementares em confrontação com as relações de dominação:

Atahuallpa diz que não tem que adorar a ninguém senão ao Inti, que nunca morre, nem suas guacas e deuses... e perguntando o Inca ao intruso fray vicente: *quem diz que se deve adorar a um Deus?*, ele respondeu que o livro do evangelho tinha dito, assim Atahuallpa diz: *dá-me o livro para que me diga a mim*, pegou o livro e diz: *não me diz nem me fala*, então tirou o livro. (GUAMAN POMA, 1615, p. 385, tradução nossa).

A lógica do *k'arusuyu* estava suportada num imaginário, confrontada com outra lógica, assim, quando o sacerdote indica que o livro *lhe diz*, o Inca automaticamente recorre a sua racionalidade, o livro então é um *Ser*, que tem a capacidade de comunicar (o sacerdote pretendia impor sua verdade, mas não foi assim), o *k'arusuyu* não entendeu a outra racionalidade, refletida também quando Atahuallpa deu presentes para o cavalo, por comer *sara* (alimento de grande relevância no Tahuantinsuyo). Situação equivalente se dá com o *se diz*, porque nela se expressa, uma linguagem de comunicação “real”. Nesse choque de dois mundos, um elemento de poder se reflete nos alimentos. A não compressão desse fato levou aos *k'arusuyu* a quebrar sua própria “racionalidade”. A partir daqui o assassinato de Atahuallpa e morte de Huascar (irmãos enfrentados pelo governo do Tahuantinsuyo), levaram ao início duma desordem organizacional no território (com imediatas reações para expulsar ao *k'arusuyu*, com Manco Inca Yupanqui), derivando em continuas confrontações, batalhas e guerras contra o intruso, e as matanças dele contra as populações. O ouro era para invasor seu fim, o primeiro e o último (o motivo da sua intrusão e da sua existência):

As *riquezas* dessa civilização eram: ouro, prata, joias, pedras preciosas, enviaram quanto puderam, assim, pelo códice, vieram sacerdotes, homens e mulheres comerciantes, tudo era Perú, ouro e prata e mais deste reino... duzentos e sessenta espanhóis e um negro congo, aumentaram mais espanhóis e comerciantes, resgatadores, e mercachifles e muitos morenos... ouro e prata faz perder com a *soberbia*, e se descobriram minas (GUAMAM POMA, p. 391, tradução nossa).

O agro para o *k'arusuyu* tinha o menor interesse, mesmo “consciente” da precariedade, sobrevivência, pobreza e desigualdades na Europa, que atingia principalmente aos pequenos agricultores, o mesmo comportamento dos que vieram após,

havia interesse só em comercializar. Foi uma doença pelos metais e o valor que para eles representava, poder consumir de forma desproporcionada acelerando o comércio, fatos que estavam dentro de outro contexto no Tahuantinsuyo: a riqueza era distinta para cada um. O *k'arusuyu* não se interessou em conhecer entender a outra civilização, sociedade, o outro; a códice o impediu. Isso é congruente com as pessoas que vieram, entre eles, soldados, mercenários (MOLAS, 1989, p. 87), costume na Europa, pois eles faziam parte dos exércitos, mesmo assim, aparentemente o objetivo era vir para roubar, enganar⁸⁶ e matar⁸⁷, e isso foi o que aconteceu. O agro nem sequer se faz menção.

Figura 6 - Matando por mais ouro



Fonte: Felipe Guaman Poma de Ayala (1615).

Tal foi o desinteresse pelo agro, que a aparente “colonização” “conquista” “dominação”, num contexto de processo acontecido no Tahuantinsuyo todo, foi um irreal,

⁸⁶ “[...] diz que um espanhol com a códice do ouro e prata, mandou-se levar em andas e por-se orelhas postizas e traje de inca, entravam a cada povo, pedindo ouro e prata, mas as pessoas fugiam, especialmente as mulheres [...]” (GUAMAN POMA, 1615, p. 397).

⁸⁷ “[...] encerraram a Capac Apo Guamanchua, pedindo ouro e prata, e logo prenderam fogo e o queimaram junto aos outros senhores [...]” (GUAMAN POMA, 1615, p. 397) (Fig. 6).

imaginário, discurso, pois a vida continuou, o Tahuantinsuyo seguiu seu caminho, as lutas de expulsão do *k'arusuyu* começaram, dois pensamentos se enfrentaram: um que garantia o *conviver*, e do *k'arusuyu* (Fig. 6), que procurava status. Manco Inca, alçou-se contra eles (pelo abusos e burlas), mas, tendo a oportunidade de matar aos *k'arusuyu* não o fez. Voltou a reconstruir as relações que caracterizavam ao estado:

Manco Inca, foi com seus capitães e pessoas ao povo de Tambo, edificou ali, casas e corredores, e ordeno muitas chacáras, e logo para Vilcabamba, -ficando seu filho bastardo, que representeou desconfiança-. Fez uma cidade e censo chacáras, sementeiras e gados ... ficaram como os herdeiros, Inca Sayre Tupac e logo Tupac Amaru Inca (GUAMAN POMA, 1615, p. 407, tradução nossa).

3.2.1.4 Sem governo: entre a desorganização e desordem

A desestruturação da organização social foi tal, que os *k'arusuyu* (após matar povoadores) se mataram entre eles⁸⁸, resultado dum *k'arusuyu* querer ser “senhor”⁸⁹, reflexo do sem governo, junto às rebeliões e guerras constantes entre Incas e nações que formavam o Tahuantinsuyo, contra os *k'arusuyu*. Nesse processo a denominação das pessoas muda:

Curacas, são mandoncillos caciques, se chamam *Don* e *Doña* por ser perdida a *terra* e o mundo, o mesmo dos espanhóis pulperos, mercachifles, sastres, zapateros, pasteleros, panaderos...chamam-se *Don* e *Doña*; judeus e moros *tem Don*, sacerdotes e padres, se fazem chamar de doutor e licenciado, etc. não tendo título nem direito, e sem saber ler: mundo ao revés (GUAMAN POMA, 1615, p. 409, tradução nossa).

Por um lado, a nostalgia pelo lugar torna-se evidente, por outro, a relação do runa com o agro não são objetivo dos *k'arusuyu*. A apropriação de solos, casas, sementeiras e pastagens é comum no *k'arusuyu* e seus representantes. Ordenanças como métodos de controle foram emitidas (todo vizinho encomendero, tinha que ir às cidades, se estava casado com uma mulher natural⁹⁰, leva-a para diminuir as revoltas). Num intento de aparentar governo francisco de toledo emite a ordenança: “os naturais trabalhassem nas suas fazendas, e que velhos, velhas, viúvas, solteiras e órfãos e rapazes da doutrina, tivessem fazenda ” esta, como outras (naturais comessem em público na praça, e na festa

⁸⁸ “[...] Se mataram para ficar no governo sozinhos, pelo códice, ouro, prata e senhorear, só por soberbia matou ao Rei do Perú” (GUAMAN POMA, 1615, p. 411) (Fig. 412). Em referência ao Tahuantinsuyo.

⁸⁹ GUAMAN POMA, 1615, p. 435.

⁹⁰ Fazia referência às mulheres do Tahuantinsuyo.

também como era acostumado por eles), foram do *Uariruiracocha runa*, e *Uari runa*, *Purun Runa* (os Incas tinham guardada esta lei). A apropriação dessa lei era para fins dominantes, na época de Toledo: “o solo, o gado e comidas não tinham valor” (GUAMÁN POMA, 1615, p. 448), surgindo nesse contexto a figura do natural tributário e o *senhorio*, mistura entre o Runa Simi (Quechua) e o castelhano (GUAMÁN POMA, 1615, p. 454).

O *k'arusuyu* requere a figura de propriedade para governar: *senhorio*, a terra como recurso, salários, sementeiras. No contraste, a visão incaica continua, num processo de confrontação pela presença do *k'arusuyu*, a *comunidade e sapsi* se mantém. Toledo morreu em Castilla, sem ver a cara de seu rei e senhor, e dos males que tinha feito neste reino⁹¹ (GUAMÁN POMA, 1615, p. 459).

O sem governo acentuou-se com o sexto representante enviado: “houve um grande tremor e terremoto, houve pestilência de sarampo, virgüelas e tabardete que causou muita morte, grande festa de comida, muitos pobres e órfãos e viúvas, ficaram muitos cegos, esse representante só mandou dar esmola (trazido pelo cristianismo), após disso se foi para Castilla” (GUAMÁN POMA, 1615, p. 465). Já o noveno, favoreceu aos *runakuna* (que morriam nas minas), castigando aos encomenderos e corregedores espanhóis (GUAMÁN POMA, 1615, p. 469). Assim todo o processo de modernização e transformação estava ocorrendo na cidade principalmente a capital do *k'arusuyu*, onde se fundou o Hospital Loayza (GUAMÁN POMA, 1615, p. 473). Após a tendência cristã, se fortifica a exploração nas minas e taxas, favorecimento a padres e sacerdotes de doutrinas, destruindo aos *runakuna* e botando-os de seus povoados: “os religiosos tiram suas fazendas e entram em suas casas e chácaras...nenhuma autoridade política-religiosa faz nada, tiram suas casas e chácaras pela força, de Castilla enviam para desfavorecer só” (GUAMÁN POMA, 1615, p. 485).

Toda a desorganização (longe do *conviver*) continua-se manifestando: os corregedores, representantes políticos, moram com pouco temor da justiça e de Deus, saem ricos deste reino, fazem dano e se aproveitam (GUAMÁN POMA, 1615, p. 487), se fazem compadres com os curacas principais⁹², além disso tem favor na corte e audiência (GUAMÁN POMA, 1615, p. 489), motivo pelo qual para obter um corregimento, o *corregidor* gasta tudo o que pode, endividando-se, porque sabe que roubara, destruindo assim toda a província (GUAMÁN POMA, 1615, p. 490), essa

⁹¹ Se faz referência ao Tahuantinsuyo, ainda que só tivessem chegado a alguns lugares. Literalmente não se invadiu todo. Se recomenda ao leitor, revisar literatura complementar.

⁹² Segundo Rostorowski o não seriam caciques senão curacas. Eles tinham a função de defender aos povos.

situação afetou a produção⁹³, e o viver nas vilas e o viver no campo, evidenciando o desinteresse dos representantes no agro.

A isto se soma o “*compradazgo*” e “*parentelismo*” como forma de dirigir. Articulado a seu único interesse: os metais, e a consolidação duma estrutura social-económica-política destrutiva que vinha de Europa: a senhoriagem, que colocava às pessoas com característica explorador-mercantil. A monetarização forçada, também entra em jogo, acentuando-se a péssima administração dos corregedores: “tirando chácaras, casas e solares, argumentando sucessão testamentar e aumentando a população sem-terra” (GUAMÁN POMA, 1615, p. 501).

Roubar (tirar sem dar uma compensação) solos, era política constante do corregedor, junto ao abuso de gênero (donzelas e casadas), com cumplicidade de autoridades (fiscais, sacristães, etc.) (GUAMÁN POMA, 1615, p. 504). Essa representação vinha de corregedores e curas (espanhóis) e curacas principais, desde seus antepassados: “sentavam-se na mesa a comer, conversar e beber, e jogar com rufiões, ladrões, mentirosos, borrachos, judeus e moros... com o objeto de obter algum favor” (GUAMÁN POMA, 1615, p. 506). Formando-se um grupo social corrupto, dentro dum sem governo do *k'arusuyu*: “se vendiam as chácaras e fazendas, que roubavam como se fossem deles” (GUAMÁN POMA, 1615, p. 507). Esses fatos foram formando posições sociais e uma estrutura social débil nas cidades, baseada no engano e abuso. Nesse sentido, a política-proposta de Guamam Poma tem relação com o agro (recorrendo a convivências, memórias, relatos e experiências), para ele um corregedor deve fazer justiça: “por desígnio de Deus, deve-se trabalhar as sementeiras e gados, acudir às comunidades e *sapsi*, limpar acequias, levar abono à chacara, trabalhar e semear todas as comidas, frutas, *sara* e papas, criar muito coelho e galinha, para ter muita lenha e palha para proveito e puder dar esmola” (GUAMÁN POMA, 1615, p. 512).

A organização funcional pela idade mudou, pelo caráter explorador, provocando desordem no trabalho (as mulheres, querem ser: cozinheira, chichera, panadeira, lavadeira das autoridades), afetado também pela divisão funcional do solo. O sistema de herança da propriedade chegou até a comunidade ou às autoridades. As ações do *corregidor*, geram a necessidade de ser tenente do *corregidor*: “aproveitar-se, e querer roubar, ter 20 ou 30 *mitayos runakuna* para que trabalhem, e comer sem esforço, não

⁹³ Se levam prata e carneiro demais. Castigam os que sabem ler e escrever ((GUAMÁN POMA, 1615, p. 493).

pagar e ser soberbo” (GUAMÁN POMA, 1615, p. 517). Pelo abuso do intruso, as populações começaram a migrar/mobilizar-se: “os Aymaraes de cristán da silva deviam 10 mil pesos por taxas, porque se ausentaram e se foram por maltrato dum frade mercenário” (GUAMÁN POMA, 1615, p. 517). Utilizavam ao runa para que lhe ajude a roubar sob pena de castigo (também era motivo de fuga). Nesta estrutura de administração débil, os cargos só traziam roubo e aproveitamento. Os que deveriam saber governar e dar justiça, faziam tudo diferente.

Por exemplo, os juízes de comissões: “vão furtando e roubando nas estancias e *llamamiches* dos gados, tiram tanto quanto podem de: prata, gado e charque, lã, sogas, costais, *chusi*, papa, sara, e incluso tomam mulheres e filhas e fazem carregar sem pagarlhes, se se defendem as golpeiam (isso terminou com disputas e a morte de espanhóis por parte do runa, excusa utilizada para matar 10 *runakuna*. Entre espanhóis ladrões se ajudam, procuram desaparecer ao runa levando aos filhos e filhas à cidade, para eles não se reproduzirem” (GUAMÁN POMA, 1615, p. 520). O escribano do corregidor, recebe grandes subornos dos curacas e também cobram tributos dos runas, mas, estes aconselham mal aos corregidores, só para pegar as fazendas deles e destruí-los, os deixam com pleitos e culpa, mas estes: “recebem grandes subornos, presentes, e muitos *mitayos*, coletas de comidas, sem pagar aos *runakuna*, tudo a costa dos *runakuna*” (GUAMÁN POMA, 1615, p. 523). Um único corregedor que trouxe aparente boa justiça, o *corregidor* e *juiz*, Gregório Lopez de Puga, licenciado, bravo juiz e cristão que não foi crioulo, nascido em Espanha, e estudado em Salamanca, foi morto por outro espanhol”. A ambição, a incapacidade organizacional e funcional carecia de senso.

Os *mineiros*: mordomos espanhóis, mestiços ou *runakuna*, roubavam sem temor, e tinham acordos com outras autoridades: corregidor, governador ou juiz. Exploram aos *runakuna* e não lhes pagam seu salário. Para sair desse inferno fogem das minas: quando os mineiros morrem nas minas, e os *runakuna* em praças ou obrajes, gados, engenhos, estancias ou sementeiras, vinhas, trapiches, não recebem pago nenhum, nem seus familiares ou herdeiros, tampouco se tivessem acidentes (GUAMÁN POMA, 1615, p. 528). Eram obrigados a fazer *mita*. Obrigava-se por força, a beber e comer alimentos (sara, carne, chicha, queijo, pão). Se pagava o trabalho em chicha ou vinho (Fig. 524) ou pão. Os mineiros vão acabando com o gado deste reino (GUAMÁN POMA, 1615, p. 532), e para seguir explorando aos runas, lhes proibiam dançarem: *taquies*, *cachaua* e *haylle*, *harauí* ou *pingollo*.

Figura 7 - Conviver com a Lhama, dominar o cavalo



Fonte: Felipe Guaman Poma de Ayala (1615).

A exploração nas minas, não foi exclusiva, se bem era forçada mediante a *mita*, iam por um período de tempo: “os mineiros, capitães, serventes, não pagavam aos *runakuna* o salário de viagem do caminho, nem ida nem volta ” (GUAMÁN POMA, 1615, p. 527), fato contraposto ao governo dos Incas, quando a mudança por trabalho, implicava a disposição de alimentos (ROSTOROWSKY, 2011). O invasor vê a Lhama como animal de carga, o runa segue cuidando dela (Fig. 7). O sem governo começou a disseminar a corrupção.

3.2.1.5 Corrupção e a realidade do agro

A corrupção e desorganização: péssima administração do território⁹⁴, se manifestava na estrutura administrativa toda, e também com o mordomo do espanhol: “senhor absoluto, si se perdem 10 carneiros, faz pagar 20, faz trabalhar escondendo as tarefas” (GUAMÁN POMA, 1615, p. 529), essas ações refletem a irracionalidade de sua racionalidade. Desde a intrusão, o sem governo era o real, a distribuição do solo não foi pensada na alimentação, senão no lucro e poder de posseção, como se fazia na Europa, sem critério: “extensões, e corrais e pastagens, se venderam a diversos preços, tirando do

⁹⁴ Recomenda-se ao leitor, para maior aprofundamento ler o livro de Guaman Poma de Ayala.

runa, legítimos proprietários, devem devolver-se, porque antes, havia sementeira comum ou pastagem dos povos (até Guayna Capac Inga)... e desde os cristãos... se entregou, arrendou e alugou aos espanhóis, mestiços, mulatos, negros, cholos, zambaigos, e ao runa que não fosse herdeiro se arrendem e paguem ao dono” (GUAMÁN POMA, 1615, p. 526). O solo agrário era indiferente, importava o ouro e prata. A estrutura do solo teve um antes do *k'arusuyu*: comunidade, e após: individualismo e possessão como forma de poder, o *k'arusuyu* não entendia a sociedade no Tahuantinsuyo, ouro e prata era sua linguagem.

No *tambo*⁹⁵, os espanhóis subtraem e exigem alimentos e outros bens:

Mitayos, sara, papa, carneiro, galinha, ovos, manteiga, tocino, *ají*, coles, alfaces, cebolas e alho, culantro, yerbabuena, candela de cebo, cocoba, chochoca, chuño, quinua, chiche y chicha fresada, chuci, e ola, cantaro para trazer agua e sogá para atar cabalos, pede um runa pongo, e outro com os cavalos na pastagem, carga de erva, de lenha, pede cozinheira, pagam con dinheiro ou peden trueque ou não pagam (GUAMÁN POMA, 1615, p. 528-542, tradução nossa).

Os *tamberos* espanhóis (não era deles) roubam e abusam das pessoas que passam pelo *tambo*: tiram sua comida e fazem dano porque não tem residência (GUAMÁN POMA, 1615, p. 529). Guaman Poma relata que viu isso, mas também viu um espanhol pobre que pedia.

Nesses *tambos* passam: “*dones e doñas*, títulos desde seus antepassados espanhóis, mas só como fim de tirar as fazendas dos *runakuna* e incomodar a eles...os padres/curas chamam-se licenciados, dizem isso para assemelhar ao grande *Apu*, roubando e aproveitando-se” (GUAMÁN POMA, 1615, p. 530). Espanhóis vagamundos, judeus ou moros abundam: “não querem baixar de seu cavalo, e se comportam como em Castilla (ali tem assaltantes e vagamundos), mas não tanto quanto aqui... distinta da época dos Incas, na qual tinham que levar um sinal” (GUAMÁN POMA, 1615, p. 532, 533). O crioulo é pior que o mestiço, mulato e negro, os mestiços são piores com seus familiares próximos. No “governo” do *k'arusuyu*, os encomenderos: “procuram que os *runakuna*, trabalhem nas cidades e que construam suas casas e cubram nas estancias e hortas e em obrajes, engenhos, estancias de sementeiras, ou de gados, sem paga-lhes” (GUAMÁN POMA, 1615, p. 555).

A través de Guaman Poma, a irracionalidade *k'arusuyu* se visibiliza ainda mais: o sem governo é um fato, ineficiência na alocação de recursos na administração, chegaram

⁹⁵ Lugar de descanso e outras funções dentro do Tahuantinsuyo.

seres que “comiam metais”: ouro e prata para levar a Espanha, a razão tinha de ver com a realidade europeia da época, o resultado: um choque de realidades, o *k'arusuyu* (europeia) e a *Tahuantinsuyana*. Nesse choque, a realidade agrária manifestava-se como oposta e ausente. Não viram um agro, seja como política, estratégia, objetivo, plano, visão, etc. e porquê? Não tinham interesse nos alimentos e menos no agro, salvo interesse comercial, sua intenção foi hedônica, ampliar mercados e tirar (apropriando-se/subtraindo) recursos como se fazia na África, o códice como indica Slicher (1958).

Veio o exemplo do subdesenvolvimento de termos atuais, o incorreto, no entanto, a pesar da alteração na estrutura organizacional, a quebra e destruição da estrutura do agro no Tahuantinsuyo foi limitada às periferias de zonas baixas principalmente, porque, a existência era outra, o paritário, pariverso, etc. era distinto do unitário, universo, etc. visões de existência totalmente distintas, que influenciaram simplesmente como um ato de cultivar, sem considerar que a luz das informações e dados proporcionados por Guaman Poma, o agro era parte do existir, um modo de convivência, de coexistência.

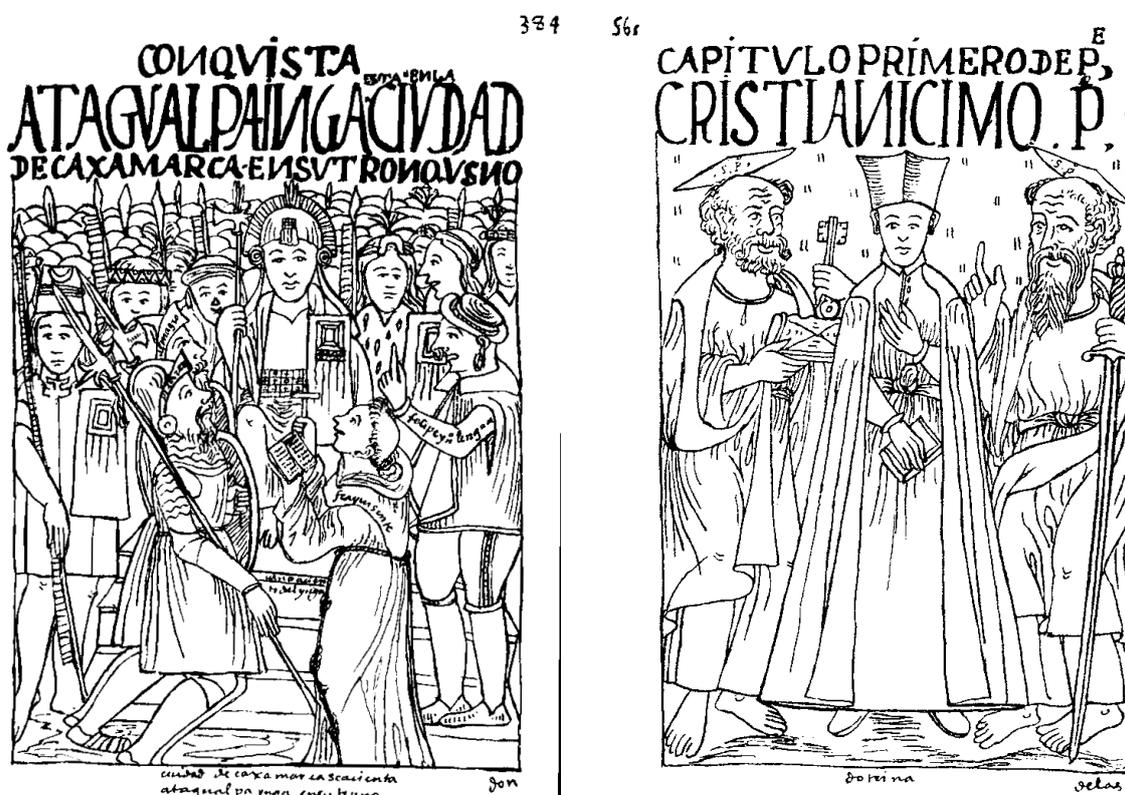
Nossa posição, cobra maior força com as doutrinas e comportamentos dos sacerdotes e padres – cristãos, que formavam parte da “administração”: “estes curas em nome de todos os santos, antes que nada se vão à códice, da prata e roupa e coisas do mundo, pecados de carne e apetite e danos que não se escrevem, assim se a santa inquisição castigasse, os primeiros seriam os espanhóis e os novos cristãos, *runakuna* e negros, como podem servir de exemplo? ” (GUAMÁN POMA, 1615, p. 562). As motivações das relações procuradas pela igreja eram hedônicas, distinta da sua própria doutrina: antes (Fig. 8) e após (Fig. 9) do encontro com Atahualpa.

Os religiosos tinham funções específicas, porém era o que menos faziam, exploravam aos runas sem pagar-lhes por seu trabalho (Fig. 10), além disso cobravam por seu labor (batismo, casamento, etc.), mesmo tendo salário da Espanha. Os curas: soberbos e absolutos⁹⁶, comem sem pagar: “trigo, sara, papas, carneiro, galinhas, frango, ovo, toucinho, manteiga, candela de sebo, ají, sal, tamos, caui chochoca, chuño, quinua, porotos, pallares, garbanzos, habas, peixe, camarão, alface, coles, alho, cebola, culantro, perejil, yerbabuena e outras menudencias, e comidas e frutas” tudo isso sem pagar (maioria de vezes), motivando: o absentismo e despovoamento pelo abuso no trabalho (GUAMÁN POMA, 1615, p. 565), neste contexto, a relação de trabalho mostrava contradições de ambos lados, no Incario a reciprocidade e complementariedade

⁹⁶ GUAMÁN POMA, 1615, p. 562.

representava a relação de “trabalho”, com o k’arusuyu, o salário ou exploração era vínculo relacional, que refletia relações desiguais que levavam a uma não convivência resultado do não governo, caracterizado por abuso, irracionalidade, sem condições laborais, nem pagamento pelo seu trabalho, situação que se reduz à exploração, modo trazida da realidade europeia da época. Não aplicavam suas doutrinas, tinham filhos por todo lugar, buscavam ser multifuncionais sem ser de sua responsabilidade (justiça, eclesiástico, corregidor, alcalde, etc.), praticavam comercio e permuta, fomentavam a mentira, etc. (GUAMÁN POMA, 1615, p. 565-581).

Figuras 8 – 9 - Religioso mudam seu comportamento com o ouro



Fonte: Felipe Guaman Poma de Ayala (1615).

E se pergunta Guaman Poma (1615, p. 581): “como não se despovoar e fugir à montanha, de tanto agravio que existia? ”, recordavam que: “o tempo dourado já tinha passado, que os representantes anteriores: corregedores, alcaldes, etc. tiravam muito ouro e prata, assim se foram a Espanha, ricos” (GUAMÁN POMA, 1615, p. 584). Mentiam (diziam que eram *Apu* ou *Curaca*, e outros títulos sem os ter) (GUAMÁN POMA, 1615, p. 589), querem dinheiro e mais dinheiro (GUAMÁN POMA, 1615, p. 593), jogam naipes com o corregidor (GUAMÁN POMA, 1615, p. 597).

Figura 10 - O intruso não sabe trabalhar



Fonte: Felipe Guaman Poma de Ayala (1615)

Os curas⁹⁷ tinham que falar Runa-Simi para “ensinar” a confessar: “...*suacho canqui* (eres ladrão?), *caucayquipac huchayqyumanta llachicoy* (deste teu pesar arrepende-te), etc.” (GUAMÁN POMA, 1615, p. 601). “Impediram a obediência e humildade que havia neste reino, obedeciam a seu pai, e sua mãe, e aos velhos curacas principais” (GUAMÁN POMA, 1615, p. 602). O doutrinamento (não era precisamente isso, considerando o comportamento dos curas) mediante a religião errou, houve limitação por aprender outra língua, utilizando obrigatoriamente o Runa Simi (língua do Qosqo) e castelhano: “...*mana diosta muchaspa uraman rinqui uraman rinci ucopachaman rinqui* (se não beijas a Deus iras ao inferno)” (GUAMÁN POMA, 1615, p. 605), assim, os sermões eram em língua do Qosqo (GUAMÁN POMA, 1615, p. 611–612). Se bem os processos de doutrinamento foram constantes, houveram várias congregações a cargo, cada um não muito diferente nos seus procedimentos.

⁹⁷ Sacerdotes.

Os *fiscais, sacristães e cantores* (GUAMÁN POMA, 1615, p. 662), ao igual que os mordomos da igreja procuram furtar e roubar aos povoadores naturais: “vão às punas e estancias e ali pegam prata, roupa, carneiros, lã, charque, *sara*, *papa* e fazem trabalhar, tecer roupa, hilar, e pegam outras coisas de muito valor ” (GUAMÁN POMA, 1615, p. 667). Dessa realidade, Guaman Poma propõe pagar pelo labor deles, em dinheiro e alimentos: *sara e papa*. Os *visitadores* têm similar comportamento que as demais autoridades políticas e eclesiásticas (GUAMÁN POMA, 1615, p. 683).

3.2.1.6 O não bom governo: não saber “trabalhar” a chácara

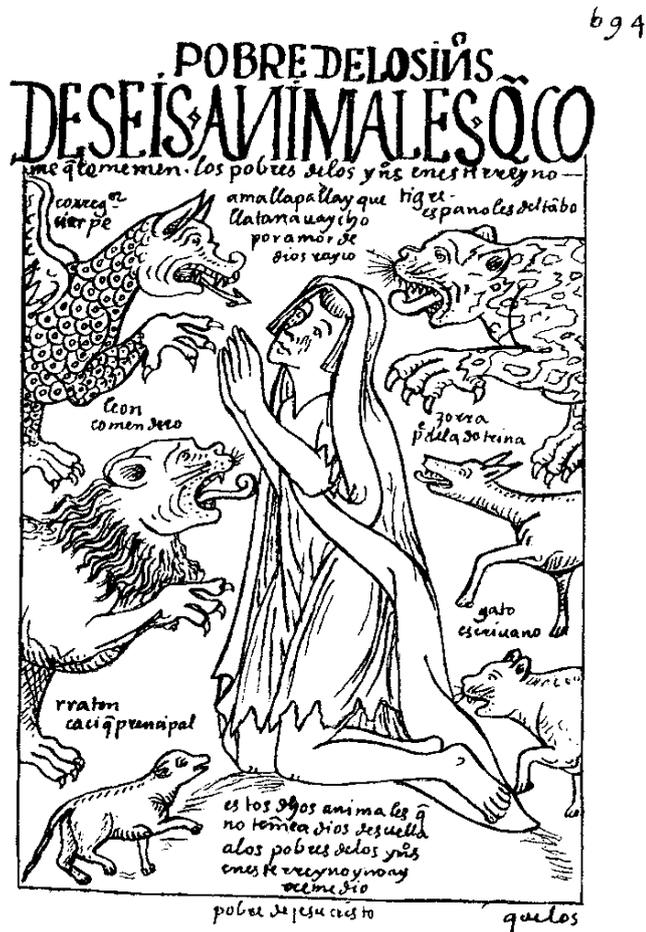
O processo de urbanização de estilo *k'arusuyu*, deu-se num contexto de conflito-encoberta (vigências das *guacas* (GUAMÁN POMA, 1615, p. 676)), o *visitador* decide que os *runakuna* deixem suas sementeiras, e estejam nas “cidades”, para serem adoutrinados, sob castigo de *mita* ou fábrica. A abundancia, dependendo da região: *sara*, *papas* e *alpacas* (GUAMÁN POMA, 1615, p. 691). Um usufrutuário econômico aproveitador surgia dos *corregidores e curas* (compram a um peso a *sara*, e vendem a 3, e *papas* a 4, sem considerar os custos: aluguel de cavalo, *duma* légua de carga 4, a cadeira 2 (GUAMÁN POMA, 1615, p. 692)). O *runa* se ausenta do *Ayni* (GUAMÁN POMA, 1615, p. 692) sendo obrigado a sair do *Ayllu*, nesse processo, se deve custear o aluguel e ainda não receber salário.

Os preços dos alimentos e produtos processados, devem dar-se segundo a região: *sara*, *papa*, *papa seca* (*chuño*, *moraya*), *trigo*, *carneiro de castilla*, *mula*, *cabra*, *cavalo*, *queijo*, *vaca*, *carneiro guacay*, *paco* (*camélidos*), *galinhas*, *ovos*, *lã*, *frazada*, *chuci*, *ojota*, *camarão*, *frango*, *ají*, *lenha*, *erva*, *coles*, *alfaces*, *cebolas*, *alhos*, *rabano*, *culantro*, *perejil*, *hierbabuena*, *vinho*, *vinagre*, *chicha*, *coca*, *mango*, *lã*; e o pago feito ao trabalho segundo o horário e funções: *runa*, *mitayo* (GUAMÁN POMA, 1615, p. 692, 693). Os atores do mal governo que exercem o poder político e eclesiástico se assemelham a alguns animais (Fig. 11).

Os representantes ou autoridades, pretendem aproveitar-se só do trabalho do *runa*, não sabem “trabalhar” a terra (GUAMÁN POMA, 1615, p. 712–717), desejam tudo explorando e querem trabalho de graça: “tomar toda a lã e carneiros da comunidade e dos *runakuna*” (GUAMÁN POMA, 1615, p. 719) sem trabalhar, surgindo novas formas de exploração, como o tributo/imposto: “além das comidas, da *sara* e *galinhas*, roupa e

carneiro, e que tragam demais, e lhes paguem barato, pagar a metade e não pagar aos mitayos” (GUAMÁN POMA, 1615, p. 722).

Figura 11 - O mal governo é comparado com alguns animais



Fonte: Felipe Guaman Poma de Ayala (1615).

3.2.1.7 Bom governo com um bom agro

Guaman Poma desde sua convivência, recorrido de mais de 30 anos, faz a proposta⁹⁸ do que deveria ser um bom governo, baseado na realidade convivida e as memórias: *como em tempo dos Incas*, em contraposição ao mal governo, de falsos curacas⁹⁹ principais (GUAMÁN POMA, 1615, p. 763) que não eram obedientes nem

⁹⁸ Fazemos referência unicamente aos cultivos, não a todas as recomendações ou propostas de Guaman Poma, recomenda-se ao leitor ler o texto completo, para evitar entendimento parcial. Entenda-se que sua função de administrar e governar devia ser paga não pela coroa espanhola senão mediante possessões, bens e serviços recebidos, distinto do caso dos espanhóis que se recebiam salário, mas a pesar disso não sabiam administrar.

⁹⁹ Segundo Rostorowski deveria ser Curaca, era errado indicar como Cacique.

respeitados porque não eram senhores verdadeiros de linhagem nem tinham boas obras (GUAMÁN POMA, 1615, p. 768) que, fazendo amizade com os curas das doutrinas faziam juntar muita comida: até espécies e manteiga, carneiro, galinha, ovos, milho, papas, lenha, yerba, olhas, coles, alfaces, cebolas, alhos, culantro, perejil, yerbabuena, aji, sal, tamos, chochoca, cavi, quinua¹⁰⁰, e outros miúdos, comendo às costas dos runas (GUAMÁN POMA, 1615, p. 765). É dizer, a dedicação a um agro comercial, de sobrevivência ou mercantil, eram dos k'arusuyu, autoridades, representantes, etc., em contraposição ao do Tahuantinsuyo, um agro como parte do conviver.

No bom governo deve (re) surgir o bom agro, articulado a todo o contexto do conviver dentro do espaço como um todo, de relações holísticas. A proposta é relevante, por quanto traz o máximo que direciona a vida (comparando antes e após dos k'arusuyu), um bom governo leva a um bom conviver no Tahuantinsuyo, deve garantir a alimentação¹⁰¹ (lei) mediante boa alocação de funcionários (relação direta ou indireta ao agro), verificação e controle dos campos: sementeira e colheita; etc.), participação ativa e obrigatória da população em todas as atividades agrárias (estiercolar, limpar, aprontar *andenes* e regadios), senão cumprir, castigo (azote) a povoadores e autoridades pelo Ayllu. Obrigatoriedade do Runa Simi (Quechua) (GUAMÁN POMA, 1615, p. 771) para governar, pratica de danças pelos principais¹⁰² (GUAMÁN POMA, 1615, p. 784), vestimenta diferenciadora (GUAMÁN POMA, 1615, p. 787). Tudo isso, porque o conviver e governo do Tahuantinsuyo ainda estava vigente¹⁰³, distinto ao do k'arusuyu (para outra realidade). Duas realidades se manifestam, paralelas e interligadas. O bom governo requer que o falar da língua dos Incas: Runa Simi¹⁰⁴, seja oficial, aceitando alguma mistura (por exemplo, a festa do dia dos mortos (local) com o de todos os santos (cristão), o uso contável do *Qhipu* (para uma boa economia) (Fig. 12) e um livro, após a

¹⁰⁰ A quinua entra agora como parte dos alimentos, paginas atrás não era mencionada.

¹⁰¹ Cultivar *Sara, papa, ocas, ulluco, masua, quinua, frijoles, poroto, habas, arvejas, garbanzos*, e outras comidas e legumes e frutas. Verificar que se tenha alimentos.

¹⁰² *taquies e haylli, uacon, uauco, saynata, llamallama, hayachuco, chimocapac, ayanya, guarimi auca, antisuyo, chipchillanto, uaruro, hahiua, apac, llamaya, harauayo, uaricsa tumipampa, harau, pingollo, quenaquena, catauari (nomes de dancas e canções).*

¹⁰³ Quando morria uma pessoa se mandava matar um carneiro *guacay (Alpaca Huacaya)* e davam aos que choravam, de 5 dias, *pichicanmi*, matam outra *alpaca*, e muita comida e muita chicha, choram e se embebam, em 10 dias fazem *chuncanmi*, gastam e choram, de 6 meses *zoctaquilla*, outra alpaca e muita comida e chicha, ao cabo de 1 ano (*uatachan michaquinmi*) se tira o luto a viúva, (GUAMÁN POMA, 1615, p. 785)

¹⁰⁴ *Sapsis, guaranga, pisca pachaca, Pachacamachicoc, Ayllu, sara, papa, coyas, ñustas, pallas, Capac Apu¹⁰⁴ Mama, taquies e haylli, uacon, uauco, saynata, llamallama, hayachuco, chimocapac, ayanya, guarimi auca, antisuyo, chipchillanto, uaruro, hahiua, apac, llamaya, harauayo, uaricsa tumipampa, harau, pingollo, quenaquena, catauari, etc.*

intrusão, resultava imprescindível segundo Guaman Poma; no entanto, a contabilidade tinha que ser como no Incario, e não como com o k'arusuyu. O bom agro se vê fortificado na diversidade de cultivos (incluídos cultivos do intruso).

Figura 12 - O Quipu: para a boa economia



Fonte: Felipe Guaman Poma de Ayala (1615).

Em geral tudo deve ser feito como fez Capac Apo, “seu irmão” (GUAMÁN POMA, 1615, p. 818). O bom governo era o governo com o agro (Inca), não foi quebrado (a relação com o agro é parte do conviver no Tahuantinsuyo) pois o que veio não tinha relação com o agro como no Tahuantinsuyo, assim, não houve forma de governo melhor que o Inca. O k'arusuyu, estava num contexto comercial-mercantil, aproveitamento, exploração, submissão e marginalização de seus camponeses, concentração em grãos e gado, tendência ao monocultivo, geografia quase homogênea (similitude com algumas das geografias do Tahuantinsuyo), um espaço altamente complexo, heterogêneo, diverso e novo para o k'arusuyu, fauna, flora, etc. tem nome em *Runa Simi*.

Essas realidades, evidenciam a existência dum plano, visão ou “desenvolvimento” outro (sustentável¹⁰⁵) (a sustentabilidade existia já): o conviver com o agro (não separado do ser humano), estava institucionalizado desde uma perspectiva holística, tudo se articulava sem existir um centro (distinta da qualificação de sociedade agrária). Abriria este argumento, uma porta para explicar o porquê o agro andino continuação do agro do Tahuantinsuyo, continuou seu caminho? Sim, uma planificação, visão ou política dum outro “desenvolvimento” estava institucionalizado, somado à forma de “administração” do k’arusuyu (focado no ouro e prata, comercio e evangelização só), referente do “subdesenvolvimento” desde suas próprias concepções, nenhum interesse numa estrutura agrária que melhore a sua.

O não bom governo (des/mal/sem governo), tinha no processo de cristandade, um fator a considerar: promovido pela força (GUAMÁN POMA, 1615, p. 820) tendo que aprender os invasores o *Runa Simi* para fazer orações (GUAMÁN POMA, 1615, p. 830-837), e nesse processo separando a relação “natural” com o agro (pelas doutrinas, se abandonava as chácaras, sementeiras, afetando a disponibilidade de comida e sementes), o bom governo requere retomar as atividades do agro, mediante: “*comúnchacra, sapsi chácara, tasachacara, hatunchacara, lucrichacara, salcamoya, quichiua, moya, salcacanचाqui, chiucanचा, larca, cocha, mayo, malqui, chicta, sayua*, além de mojonés e pastagens, corrais e sementeiras de *sara* e papas, e acequias, pontes e rios de água, que o espanhol destruiu ou modificou num objetivo comercial, não tendo logo com que sustentar-se, despovoando-se” (GUAMÁN POMA, 1615, p. 864). O conviver com os animais se pode exemplificar na relação com a Lhama (GUAMÁN POMA, 1615, p. 878), é referente (Fig. 13).

O bom agro requere filósofos - astrólogos do Tahuantinsuyo- que sabem a data de semear e colher as comidas cada ano¹⁰⁶, olhando ao sol (como *ele caminha*), se vê o *tempo* para semear as sementeiras (cedo ou tarde), plantar e trasquilar o gado, fibra das alpacas *pacos*, e todas as comidas e viandas e frutas, olhar que a lua não fique *doente* (GUAMÁN POMA, 1615, p. 884), cerimónias ao raio (Santiago, *yllapa, curicaccha*) (GUAMÁN POMA, 1615, p. 885). A relação ser – ser com os “astros”, expressa-se em categorias

¹⁰⁵ Aprofundaremos a discussão no ultimo capítulo

¹⁰⁶ Capacraymi camayquilla (janeiro), paucaruaray hatun pocoquilla (fevereiro), pacha pocuy quilla (março), yncauaymi camayquilla (abril), atun cusqui aymoray quilla (maio), haucaycasqui quilla (junho), chacra conacuy quilla (julho), a partir desta data muda a posição do sol e continua, chacra yapuyquilla (agosto), coya raymiquilla (setembro), uma raymiquilla (outubro), ayamaray quilla (novembro), capac ynti raymi quilla (dezembro)

peçoais de referir-se a eles (não objetos ou não seres), que são parte do existir, relações que escapam das puramente sociais, passando a uma etapa de relações holísticas (desde o ocidental se interpretou como relação “cerimonial”, argumento limitado), nessas relações o alimento, pessoas, comida interagem harmonicamente¹⁰⁷ (GUAMÁN POMA, 1615, p. 893).

Figura 13 - A relação com a lhama não é entendida pelo k'arusuyu

377



Fonte: Felipe Guaman Poma de Ayala (1615).

No bom governo os pastores (*llamamiches*), devem guardar os gados das comunidades e *sapsi* e dos *runakuna*: **como no tempo do Inca**¹⁰⁸ (GUAMÁN POMA,

¹⁰⁷ Tinham uso do *uarachico*, até hoje, o primeiro dia repartem a sara, que chamam *hurca*, para a *chicha*, para beber; tiveram e tem o uso do *rutochico*, o dia primeiro se reúnem na praça ou na casa deles, pegam uma criança e cortam o cabelo, e cada um vai oferecendo sua vontade, também o *causaricoc*, e assim várias cerimônias

¹⁰⁸ Guardavam dos principais e *runakuna* particulares, e cada um, tinha obrigação de fazer *soga* e *frezada*, *apa*, e do pescoso do carneiro e do pellejo *ojotas*, dos que se morrem ou de vicuña ou uanaco, devem fazer charque, que chamam *chaura*, e da mata, *misquillucuy chalu puti* (bracos, lomo) outros centos, e *cuchucho* outro cento *mayto* de *cancaua cusuro llullucha capasocchicuro uachiua* (envoltura, de costela, asadas, e outras partes da carne terna do animal, fígado e menudencias) e lenha do pasto, tudo isso para pôr no deposito e comunidade eram obrigados, e dar até *pine*, e *piruro* e *uislla*, *chocchi* (oso, rueca, cucharao, aguja)...

1615, p. 890). Os alimentos¹⁰⁹ (e os chegados com os espanhóis¹¹⁰) (GUAMÁN POMA, 1615, p. 897), tinham relação mais próxima com as mulheres (a preparação por exemplo): existiam tipos de chicha¹¹¹ feitas para trabalhar e na organização para sementar¹¹² (no tempo do Inca), isso afetado pela apropriação constante do k'arusuyu (GUAMÁN POMA, 1615, p. 879), fato crucial na estrutura do agro (apropriação irracional e ilegal), sem regras de comércio nem sua doutrina religiosa (que eles mesmos trouxeram), apropriando-se pela força sem respeito pelo espaço.

No Tahuantinsuyo se identificava ao *runa* dos yungas, dos andes, sierra, da montanha, chunchos, antis e *chiriuanyas*, *arcauallo*, *uarmiauca*, cada uma com sua parcialidade e trajes, gerações com vocábulos de diferentes castas, de *ayllus*, e com cada traje, seus vestidos, diferenciados pela fala, comidas, descanso, danças, músicas, face e talha (GUAMÁN POMA, 1615, p. 901). A leitura que faz da criação utilizando o *Runa Simi*, e em todo o conviver, reveste especial complexidade e consolida a forte presença dessa realidade, à margem duma direção do conviver Tahuantinsuyano. A polícia, lei e justiça, existia com o Inca, não existia código pelo ouro e prata (GUAMÁN POMA, 1615, p. 934), existia lei antes dele (GUAMÁN POMA, 1615, p. 950). O não bom governo veio também com o virrey toledo, quem mandou a despovoar (GUAMÁN POMA, 1615, p. 951).

Segundo Guaman Poma, chega um momento em que se encontram ele e Felipe, e conversam (do que pode levar a maiores detalhamentos para uma consolidação dum melhor governo como foi com o Inca). Guaman Poma relata: “antes dos espanhóis tinha um rei e principais, ele servia, tirava ouro e prata e servia em sementeiras e gados, e

¹⁰⁹ *semillas capsayara, chuchimasara, uanzazara, yuncazara, antizara, chullip/zara, parazara, arauayzara, ancauayzara, oquezara, chochoca, chucllo, quinua, papa, hatunpapa, chauchapapa, mayuapapa, capopapa, siripapa, chuño, moraya, cucupa, pca, ulluco, masua, maca, caui, caya, zapallo, achojoja, cayua, uchu, lucma, sauíndo, pacay, palta, lucma, uzum, plantano, achupa, asipamauca, llacum, racacha, achira, cahua, apisu, chili fruta, challua yucra, chichi, orquena, llachoc, llullucha, morcoto, llamauacay, paco, uanaco, viuña taruco, yuto, viscacha, pichiucuna*

¹¹⁰ Trigo, cevada, uvas, figos, cana doce, sidra, lima, laranja, e outras frutas, dos espanhóis, e vaca, cabra, ovelha, porco, galinha, paloma, e coelhos de Castilla, vinho, aceite, vinagro, pão de sopra

¹¹¹ *hurca, asno, chusna, poronco, pallaca, puyno, raca, sucoyasua, camayasua, tasaazua*; e aos homens se lhes pede os carneiros, lhes chama: *misquillucuy, unacaca, maltacaca, riruchicuy, incallama, cacallama, uiracochallama, sapsillaman, comunllama, curacallama, uacchallama, hatunllama, quipollama, pampallama, matacharqui, misquillucuy, ysanga, mayto, millua, chaura utap, chaulaputi, cucuchoputi, piscoputi, pizacaputi, quiuyoputi.*

¹¹² *Incapchacaran, coyapchacaran, Intipchacaran, quillap chacaran, uacabilca chacaran, acllas chacaran, suyochacaran, comunchacara, sapsi chacara, calpaychacara, manaychacara, tasa chacara, tambo chacara, chasqui chácara, zamaychacara, auca camayocpa chacran, capacapo chácara, curaca chácara, camachicoopa chacran, michipachacran, pachacapchacran, ruco macho chácara, yxmauarmichacran, uaynachacra, mactachacra, uasquechacara, carixma chacra, uacchacchacra, payamachopchacran, tasque chacran, hatunlucric hácara, huchuylucrichacra*

sustentava fortalezas” (GUAMÁN POMA, 1615, p. 962), pergunta Felipe III: “como se faziam *ricos* os naturais, Guaman Poma respondeu: devem ter *fazenda de comunidade* (conviver em comunidade com o agro: *sapsi*), de sementeiras de milho, trigo, papas, aji, mango, algodão, viña, obraje, teñiria, coca, frutais, mulheres, tecido num tercio da comunidade *sapsi*, tenham gados e terra” (GUAMÁN POMA, 1615, p. 963), assim, Guaman Poma propõe políticas, estratégias, ações, porque algumas estavam erradas (como dar salários a um cura), explicando na sua vez, o não bom governo de seus representantes, colocando em risco o crescimento da população e a continuação racial, etc.

A pergunta de **riqueza** leva grande diferença de pensamento (outra racionalidade e realidade), esse outro, tinha seu bom governo (com os Incas), havia diferença de percepção no **valor**, que não é detalhado, nem indicado diretamente por Guaman Poma. O questionamento ao “**valor**”, resulta determinante para delimitar os espaços, relações sociais, econômicas, de poder, etc. que se configuraram de forma diferente em ambos espaços.

3.2.1.8 Sob o Tahuantinsuyo

O território incaico se dividia em 4 regiões: Chinchaysuyo (ao poente do Sol), Andesuyo (à montanha, ao mar do Norte), Collasuyo (onde nasce o sol, em direção a Chile), e Condesuyo (ao mar do Sul) a capital da grande Cidade: *Cuzco/Qosqo*. Tinha uma estrutura organizada do território e gestão dele: *Llaqtas* de diversas categorias (cidades, vilas, aldeias, povos e províncias) todas com caminhos, atalhos, pontes e rios (ordenado por *Capac Apo Topa Inga Yupanqui*). Muitas das cidades e lugares fundados/nomeados pelos *k'arusuyu*, já estavam ali, eram *Llaqtas* dos Incas, a forma de “urbanização” forânea não conseguiu destruí-las, nem de culturas anteriores a ela, “fundando” algumas cidades no lugar, ao redor ou próximas delas, mas, pela arquitetura dentro de várias imagens das cidades (Tucuman, Loja, etc.), se adverte a presença da arquitetura do Tahuantinsuyo e possível geometria da *Chakana* (Fig. 14, 15, 16 e 17), havendo por tanto dúvida, se a maioria foram: novas “fundações”, construções sob a estrutura das cidades Incas, manifestações do Tahuantinsuyo ou conhecimento dos construtores que participavam nela, etc. muitas respostas estão abertas, no entanto nas imagens a presença de *Llaqtas* e, arquitetura e construções do Tahuantinsuyo é real. Muitas construções, entre igrejas, monastérios, moradias, etc. utilizaram as pedras de

edificações Incas e antes do Inca. Exemplo, em Orurillo (cidade), a base da igreja tem pedras da arquitetura incaica.

Ao referenciar às cidades, se acentua a “riqueza” não de ouro ou prata, sim de alimentos (Riobamba: de bastante comida e fruta e pouca prata e ouro, pouco gado (GUAMÁN POMA, 1615, p. 1006)). As cidades próximas ao litoral obedeciam à necessidade de transporte para levar ouro e prata, motivo do assentamento em zonas costeiras. Todas as cidades “fundadas” estavam dentro do Tahuantinsuyo, não era um território “novo” (GUAMÁN POMA, 1615, p. 1073-1074).

Figuras 14, 15, 16 e 17 - Llaqtas e geometria da Chakana

Fig. 14

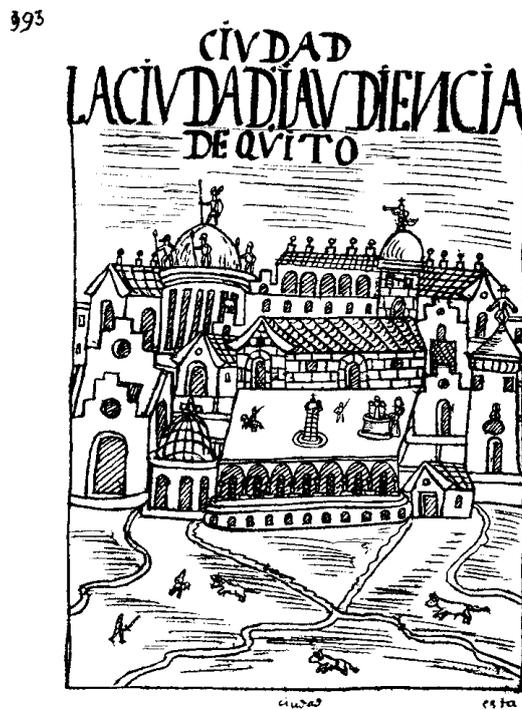
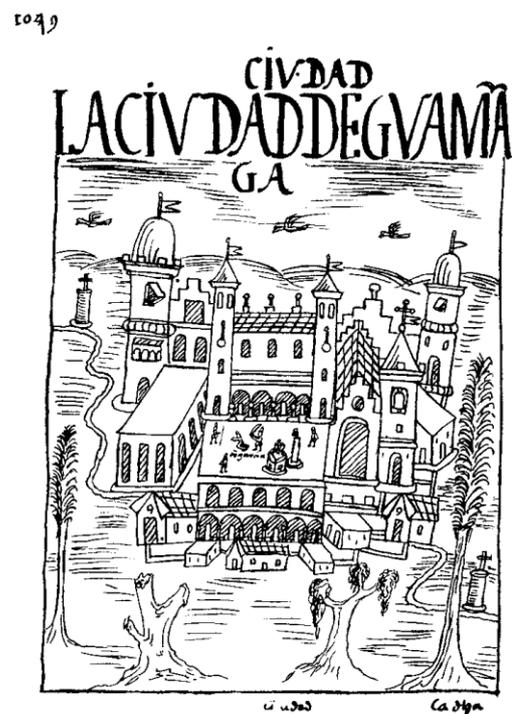


Fig. 15

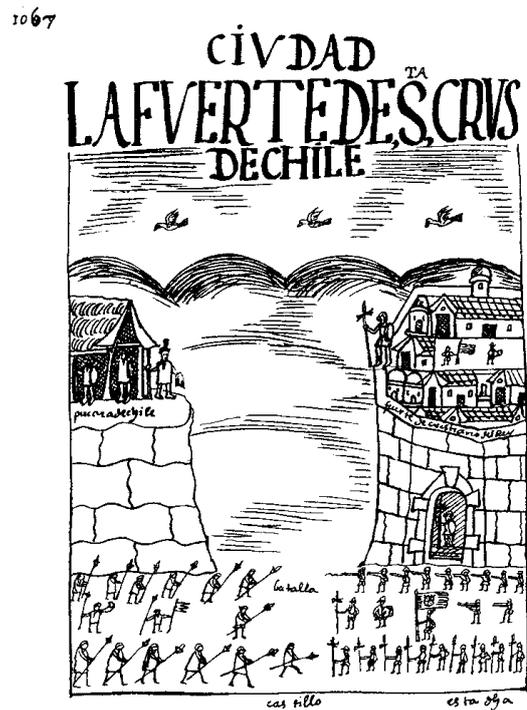


Fonte: Felipe Guaman Poma de Ayala (1615).

Fig. 16



Fig. 17



Fonte: Felipe Guaman Poma de Ayala (1615).

Na parte final da crônica, Guaman Poma indica que seu pai viu e comeu com os últimos Incas (com Tupac Inca Yupanqui), que o documento deve servir para que se continue *semeando e recolhendo comida* (cada/ano). Afirma além disso que: “o trabalho tem custado 30 anos, andando muito, desnudo, as vezes sem encontrar um grão de *sara*, ou encontrar assaltantes” (GUAMÁN POMA, 1615, p. 1081) caminhando pela neve, cansado, sem um grão de *sara*, nem coisa alguma, de ter caminhado tantos anos pelo este mundo (Fig. 18).

Ele viu como multiplicou-se a pobreza a cargo do *k'arusuyu* no dia a dia, a exploração irracional nas minas por exemplo (GUAMÁN POMA, 1615, p. 1094-1111). Neste contexto o relato de 3 velhas senhoras naturais revela a permanência da visão do Tahuantinsuyo nas memórias e vida dos runakuna, elas respondem a Guaman Poma: “os avós antepassados devem ser idolatras como gentis, e como tanto abuso existe, adoraremos aos Apus (montanhas/cerros) e senão fugiremos todos ao monte, tal vez nossa situação doera ao nosso Inca que é o rei que não lembra de tanto chorar” (GUAMÁN POMA, 1615, p. 1112). Assim, as relações sócias dominantes do *k'arusuyu* não representavam equilíbrio, senão desorganização, por tanto, procurar relações mais longe das focadas em sujeitos físicos, à imagem do homem, como relações sociais dominantes,

não estava em consideração, motivo pelo qual, as relações holísticas do Tahuantinsuyo (na presença do *k'arusuyu*, que praticava sua racionalidade) se manifestam. Por tanto, a relação com o *Apu* (montanha) representava uma relação com outro *Ser*, necessário para o bom conviver (que a relação unicamente humana), para o bom governo, essa relação era real, outra racionalidade. Este elemento resulta vital para entender o choque de dois mundos, a multidimensionalidade complexa do Tahuantinsuyo.

Finalmente, na etapa final, Guaman Poma traz a referência o calendário incaico (considerando suas experiências e relatos dos *runakuna*, que a 1615 seguia presente) como condição complementaria para (re) tomar o bom governo, mediante o *bom agro*, distinto do entendimento do *k'arusuyu*.

Figura 18 - Caminhando por muitos anos por este mundo



Fonte: Felipe Guaman Poma de Ayala (1615).

3.2.1.9 O calendário

A diferencia climática e alimentar no Tahuantinsuyo se refletia nas diversas geografias do território: “a diferencia de Castilla (onde tem frio e calor, e seis meses de verão e seis de inverno, seis meses de fome, grande falta de fruta e comida) no

Tahuantinsuyo, onde a prata e ouro abunda, e não tem inverno nem verão, não falta fruta, pão, vinho ou carne, porque se sementa e “trabalho” não falta, mesmo 6 meses chovendo e 6 com seca da água do céu, é terra que jamais vai faltar pão, vinho, carne e prata. As doutrinas e corregedores estorvam, seus representantes sabem comer só, as atividades e não governo trazida pelo k’arusuyu, fazem perder as sementeiras dos runakuna” (GUAMÁN POMA, 1615, p. 1130). Neste contexto o k’arusuyu consolida-se como um simples bandoleiro.

O calendário do Tahuantinsuyo, não reflete a vontade do ser humano, senão a relação complementar com a *Pacha*. A relação holística se manifesta na aceitação dos ciclos e processos que derivam no bom agro, expressado nas inter-relações entre o *Hanaq Pacha*, *Kay Pacha* e *Ukhu Pacha*, o bom agro como condição de convivência e coexistência.

Figura 19 - Aporque



Fonte: Felipe Guaman Poma de Ayala (1615).

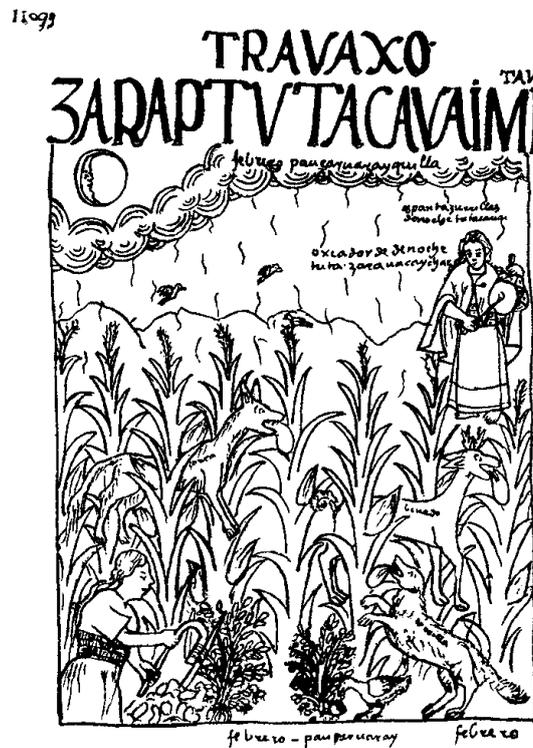
Janeiro: “*Capac Raymi Camayquilla* (aporque), *halmaymita llullo micuy* (tempo de preparar a terra), comem *michiczara* (sara macia) e *papa fresca*, e *chaucha*, trabalhar e limpar chácaras, descansam, fazem minga para hilar a roupa da comunidade, cuidam

(entrar a olhar os cultivos) os alimentos dos animais, tempo de peixe, que não estejam ociosos... Labrador: chácara camayoc” (GUAMÁN POMA, 1615, p. 1131) (Fig. 19).

Fevereiro: “*Paucaruarai hatun pocoy quilla*, mês para abrir a terra virgem para sara, trigo ou papas (chacmamuyquilla), fruta dos lhanos até março, devem guardar e cuidar sara e trigo (piscocamayoc), sabugo da sara tem fruto, caminhantes tem que descansar, os que levam gado à cidade, descansar e fazer minga de hilar e chacma das terras, chacmayquilla tempo de frio, trabalho em casa” (GUAMÁN POMA, 1615, p. 1134) (Fig. 20).

Março: “*Pachapucui quilla* (mês de maturidade), olhar os cultivos dos animais e pessoas, sara cuay mitani (tempo de cuidar o milho). O Inca tinha posto por um juiz em cada povo das sementeiras, para não gastassem, nem guardassem para o ano todo, chaupipucuyquilla (mês para fazer chacama), abrir terras virgens, os rios maduram e enganam aos homens (afogam runas e intrusos). Não falta comida, todos comem, nos lhanos há fúria de semear sara e trigo, poroto, pallares e garbanzos. Começam a guardar e secar comidas e frutas, para ter o ano todo, neste mês muito peixe e outras frutas, começam a parir os carneiros (camélidos) do monte e guanaco, vicuña e gados” (GUAMÁN POMA, 1615, p. 1137) (Fig. 21).

Figura 10 - Paucaruarai hatun pocoy quilla (abrir terra virgem)

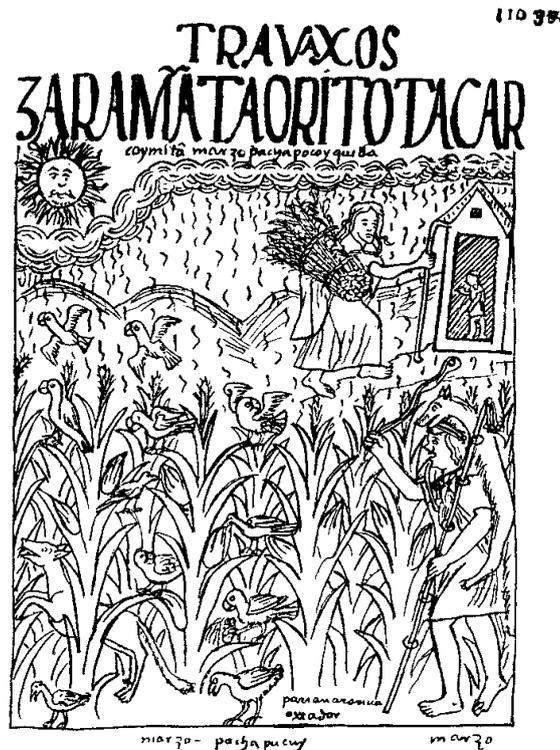


Fonte: Felipe Guaman Poma de Ayala (1615).

Abril: “*Inca raymi camay quilla*, mês de maduração de papa e sara, e outras comidas e frutas, cuidar as comidas de ladrões (*zarasua*, *zaraquiuec*) e animais domésticos, todas as comidas são sanas, todas as pessoas estão saudáveis, o gado engorda, ave e peixe gordo, abundancia de pão, vinho e carne” (GUAMÁN POMA, 1615, p. 1140) (Fig. 22).

Maior: “*Hatun Cusqui Aymoray quilla*, mês de *calchay sara arcuy zara tipi*, *sara muchayquilla*, amontonar *sara* e mondarla e desgranar, separar a semente, a melhor *sara* para comer, o pior para *chicha*, muito *zara allin zara*, *chusuzara*, *hutozara*, cada um colocar nas suas bodegas (*culluna*, *chauay*, *collca*), colher *pauau* e queimar *llipta* para ter cores e colher *yuyos*, verduras e secar, colher *onquena*, *llachoc*, *pinau*, *paconca*, e demais *yuyos* e pôr a secar e guardar para o ano todo. Tecer roupa para a comunidade e *sapsi*, engordar animais, todas as verduras são boas e medicina, muita pastagem e comida barata, caminhos abertos, rios com pouco perigo, se pode caminhar e a venta –corre-, forca do queijo, para os naturais das minas não falta que comer no caminho nem seus animais” (GUAMÁN POMA, 1615, p. 1143) (Fig. 23).

Figura 21 - Maturidade



Fonte: Felipe Guaman Poma de Ayala (1615).

Junho: “*Haucaicusqui quilla*, mês de comer papas, ocas, olluco, e fazer chuño, cocobatanos, caui caya, e semear papas, quillaman chaucha, mês de papa, oca, olluco, masua, allayquilla (abundante colheita de papas), quinuascaoy quilla, chuño, mocaya, zaroy quilla, couicaya, mazay quilla (fazer chuño e moraya). Para comer cedo, semear de forca chaucha, mauay, papa ramos e papa cozido, para trabalho e para comer halpa e lleca o ano todo, e guardar semente dos papas e ocas, ollucos, masua, quinua, e tempo de segar trigo. A comida restante se coloque em piruás (despensas) cullunas, tecer roupa para não estar ociosos, alzar casas e obrillas, derribar madeiras para tabelas e paus, para casas limpar e organizar tudo ” (GUAMÁN POMA, 1615, p. 1146) (Fig. 24).

Figura 22 - Inca raymi camay quilla (maduracao de cultivos)
r 10 41



Fonte: Felipe Guaman Poma de Ayala (1615).

Figura 23 - Hatun Cusqui Aymoray Quilla



Fonte: Felipe Guaman Poma de Ayala (1615).

Julho: “*Chakra conacuy quilla, aymoray quilla*, recolher todas as comidas e frutas passadas e verduras secas, *cochayuyo* e guarda-os nos depósitos e despensas dos naturais, comunidades e caciques principais, mês para comprar comida barata e criar muitas galinhas ponedoras e muitos frangos, porcos para manteiga e guardar queijo amadurecido, mês de levar muito esterco às chácaras e sementeiras e limpar acequias e poços, para começar a regar as sementeiras para *michicazara*, milho cedo, e papas, *chaucha papa, mauay papa* e *zapallos*” (GUAMÁN POMA, 1615, p. 1149) (Fig. 25).

Figura 24 - Haucaicusqui Quilla (comer a colheita)



Fonte: Felipe Guaman Poma de Ayala (1615).

Agosto: “*Chacrayupui quilla*, semear sara e trigo, semear sara cedo (michica), zara-mahuay papa, chaucha papa, entra a primeira sara e até natal, nos lhanos termina em todos os santos, se erra um dia, um mês ou uma semana se dana a sara, pois o cria o sol e ar do céu a comida, machacra apun quilla, nos lhanos vinho, verduras sanas, não tem doenças nem pestilências, comida barata, vinho sobra, carne boa, andam muitos comerciantes, mercachifles, é seguro, muita pastagem” (GUAMÁN POMA, 1615, p. 1152) (Fig. 26).

Figura 25 - Chacra conacuy quilla, aymoray quilla (armazenar alimentos)



Fonte: Felipe Guaman Poma de Ayala (1615).

Setembro: “Coya raymi quilla, pela força semear sara, zara tarpuy quilla, mauay papa tarpuy quilla, trilhar trigo e limpa-o, muito vento e ar, se camina com liberdade, andam pestilências e doenças. Pouca comida, se começa a comer yuyos e frutas secas guardadas, se tem semeado chaucha, papas tem bastante comida, o perezoso quilla, começa a padecer fome até natal, assim as justiças e pais de doutrinas devem ver esta crônica e fazer semear” (GUAMÁN POMA, 1615, p. 1155) (Fig. 27).

Outubro: “Omaraymi quilla, olhar as sementeiras de sara e trigo de regadio, cortar lenha e amontoar para o inverno, palha se guarde, fazer minga para não estar ocioso, hilar e tecer, trabalhar homes e mulheres segundo seu ofício, trasquilar ovelhas de castilla, como da terra, pacos e curar carachis, fazer sogas e chucis, frazadas, arrumar e ordenar, que comam sempre na praça publica se chove no cabildo, ou façam um galpão, cuysumango, façam festa entre todos, menos corregedor nem cura, neste mês comem carne gorda e bom milho, boa chicha de sora” (GUAMÁN POMA, 1615, p. 1158) (Fig. 28).

Figura 26 - Chacrayupui quilla (semeadura)

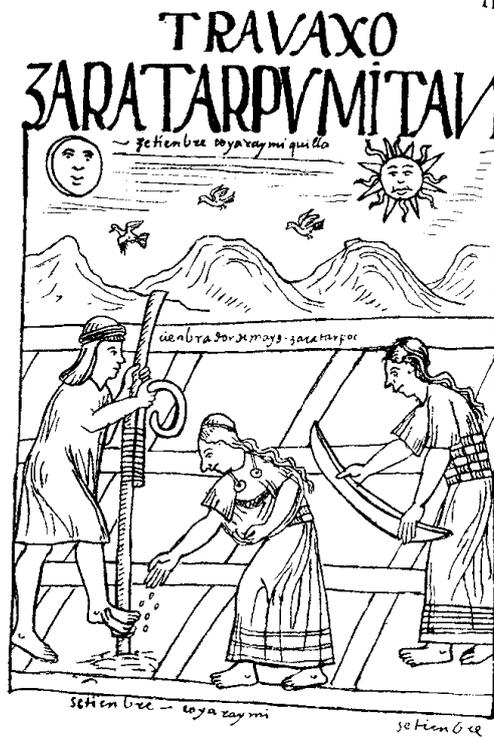
110437



Fonte: Felipe Guaman Poma de Ayala (1615).

Figura 27 - Coya raymi quilla (semeadura)

110564



Fonte: Felipe Guaman Poma de Ayala (1615).

Novembro: “*Ayar marçay quilla*, grande falta de água do céu, muito calor, chacra carpay yaco uanay quilla (irrigar chacras com água de poço ou represas), neste mês os Incas mandavam fazer processões e penitências, pedindo ao criador que mande água desde as neves, tinha juiz das águas (cilquiua) repartia a todos para não faltasse alimento. Repartição justa da água e ter cuidado com as sementeiras, tempo de semear verduras e frutas de todo tipo, que não falte comida” (GUAMÁN POMA, 1615, p. 1161) (Fig. 29).

Figura 28 - Omaraymi quilla (cuidar, regar)

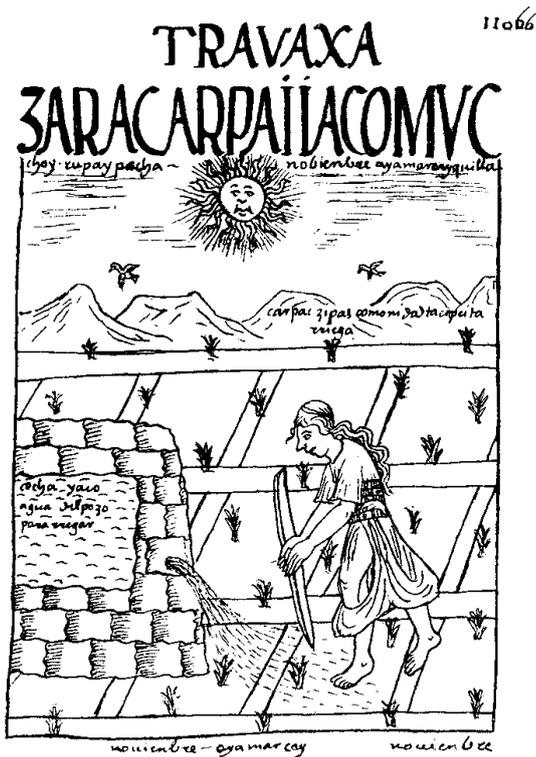
1157



Fonte: Felipe Guaman Poma de Ayala (1615).

Dezembro: “*Capac inti raymi quilla* (pascua solemne do Sol), cultivar papa, oca e quinua, altramuçis, trigo e sara temporal, cochacazara, se passa deste mês se perde a sementeira, porque cai água do céu até março, não pode haver caminhadores, o água corre muito, quem anda trabalha e perde, neste mês não podem entrar aos lhanos os serranos, nem os yungas à sierra, porque morrem por doenças e humidades que cria a terra e o céu” (GUAMÁN POMA, 1615, p. 1164) (Fig. 30).

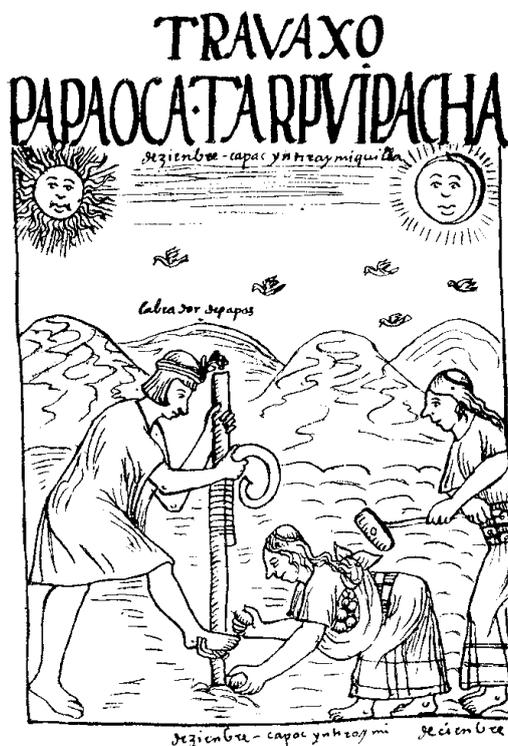
Figura 29 - Ayar marcay quilla (regar e pedir agua)



Fonte: Felipe Guaman Poma de Ayala (1615)

Figura 30 - Capac inti raymi quilla (pascua do inti, cultivar)

11069



Fonte: Felipe Guaman Poma de Ayala (1615)

3.2.1.9.1 Reflexões não conclusivas do calendário

No calendário, consolida-se a transmissão da prática do bom governo: o bom agro, o agro é parte do homem, necessário para a convivência, não uma etapa a superar. Os alimentos de fora se contextualizam no agro do Tahuantinsuyo, sem negar as formas de intercâmbio, como o monetário, direcionado a cultivos e produtos externos, como o vinho ou trigo (ambos sujeitos às necessidades da igreja). Essa continuação (com transformações) do agro (apesar do não governo), está na crônica; nela, Guaman Poma, inclusive reafirma sua formação cristã (camuflagem) como discurso (para chamar a atenção do representante dos k'arusuyu na Espanha), pois no seu conviver reclama a necessidade do governo Inca. Qualifica-o como romanticismo, nostalgia, crença, etc., se opõe à realidade, pois o vivido, o real manifestado, contrasta-se com o não governo do k'arusuyu, em contraposição ao *bom governo do Inca*, latente. Assim, uma realidade (s), considerando a presença do k'arusuyu, se aceita a partir de sua obra, na qual o *real* mantém o primigênio (continuação do agro), por tanto, as realidades se tornam ainda mais complexas, surgindo nesse processo “o” andino, que percorre até hoje.

3.2.1.10 O bom governo: o bom agro?

Boa convivência com o agro, num contexto de relações holísticas (seres e mundos inter-relacionados). O agro no Tahuantinsuyo representava o bom conviver entre todos (existia *sapsi*), não agrocentrada (porque a reduz a uma atividade principal dentro de muitas outras, separando-as implicitamente, convertendo-a numa atividade do homem - sob seu domínio-, não está separada nem centralizada), distinto do enfoque ocidental, reducionista e evolucionista, que separa o agro do homem colocando-a como uma etapa a superar. A lógica da existência no Tahuantinsuyo, direcionada a um equilíbrio, permitiu alcançar esse outro agro (sustentável em termos atuais) permitindo-lhe transformar-se em agro andino, conservando o primigênio num entorno mais complexo.

A realidade contextualizada, discorda de um agro como etapa inferior ou meio de vida/sobrevivência, na qual se o reduz a um conjunto de recursos sob domínio do homem, para satisfazer suas necessidades, nela, o homem é dominante e o agro minimizado. Esse pensar foi o detonante: o choque, o k'arusuyu não entendeu essas realidades *outras*, pois seu agro marginalizado e sumido no domínio do comércio e submissão/abuso dos camponeses, era o mal governo (desde Guaman Poma). Sua realidade em termos atuais,

refletia “subdesenvolvimento”. A intrusão não tinha como objetivo o agro, senão minerais (era sua concepção de riqueza), desde uma condição codiciosa e irracional (preferiam o mineral a pesar que na Europa as pessoas morriam e a iniquidades era evidente, havia doenças, problemas de alimentação, etc.), seu objetivo concreto era extrair o máximo (sem compensar ao morador, fomentando a apropriação derivando em propriedade privada) de minerais.

Neste âmbito, o agro do Tahuantinsuyo foi passando por diversas etapas e níveis, num transitar próprio (sem negar inter-relações), a pesar de situações ameaçadoras e influentes, convivendo num não “governos”, que não acompanharam seu real, rapidamente submetidos ao pensamento k’arusuyu (revolução verde por exemplo), a pesar disso, a estrutura primigênia desse agro persiste num (re) direcionamento ao bom governo. Nesse contexto qualquer política que separa ao agro do conviver, é um mal agro, que deriva num mal conviver, e por tanto um não (des/mal/sem) governo. A partir de Guaman Poma o bom governo é um com bom agro, isso gera o bom conviver. Assim, a realidade e necessidade ao: *como no tempo do Inca*, era pensamento que, Santa Cruz Pachacuti também acompanhou.

3.2.2 El agro desde Santa Cruz Pachacuti Salcamyagua

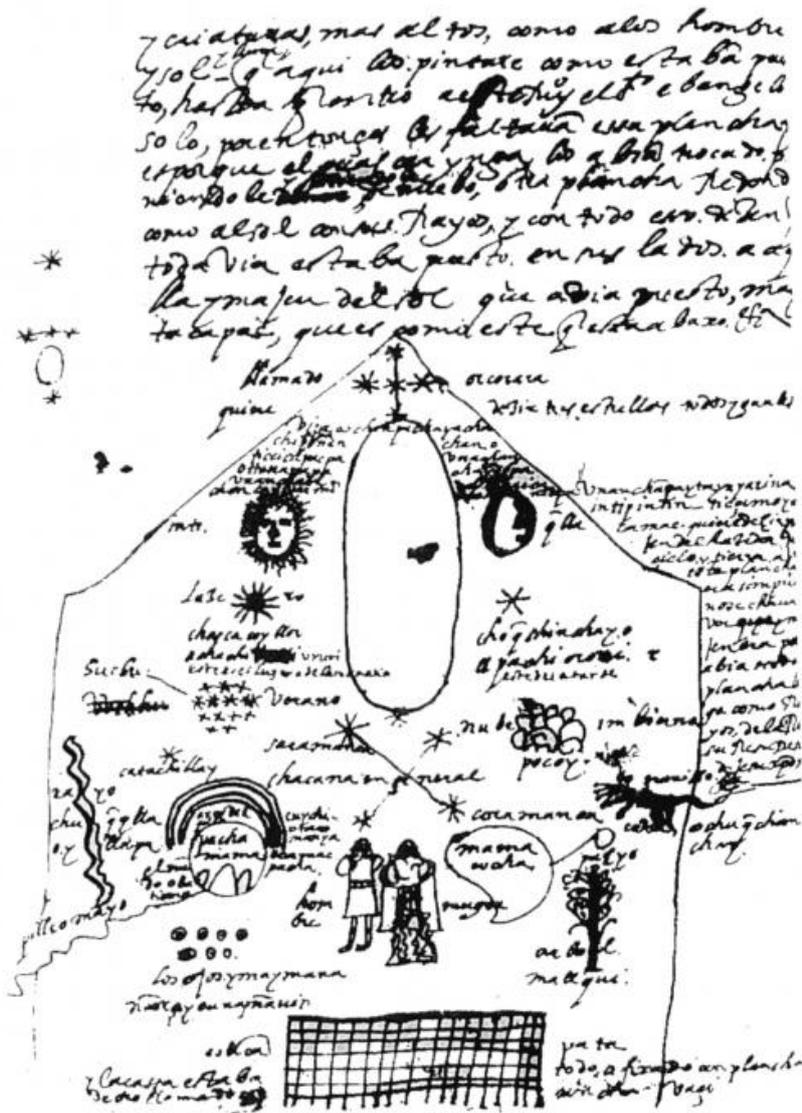
Identifica-se como um *Canchi*¹¹³ natural de Santiago de *Hanan Guaygua* e *Hurin Guaygua* em *Orcosuyu*, entre a província dos *Canas* e dos *Canchis*, territórios no limite norte da área cultural *Qolla*, espaço vinculado historicamente ao Cusco desde sua expansão. Sua obra é motivo de diversas leituras e releituras desde diversos campos do conhecimento, no entanto, é a imagem (Fig. 31) da sua obra, motivo de nossa análise. A imagem segundo Santa Cruz, é o retábulo que existia no templo do *Qoricancha*, (cheia de conjeturas, como indica Sanchez (1990)) nela se expressa uma relação com o agro, a própria imagem comunica isso. Outro elemento da imagem, além da descrição feita por Santa Cruz, é a presença de escritura em *Runa Simi* (Quéchuá).

Na parte inferior está colocada a chácara (cultivares), e aos lados, as palavras *Collca* (deposito, lugar de armazenagem de alimentos) e *Pata* (Anden, piso), que junto à imagem, ressalta a importância do agro, inter-relacionado com os vários mundos, as

¹¹³ Que pertence à nação Canchi, ou aos Canchis. Os Canchis segundo o Museu Inca da cidade do Cusco, surgem há 5000 anos, junto aos K’anas e Chumpiwillkas. O Distrito de Sicuani está localizado na Província de Canchis, uma das províncias da região Cusco.

relações totais são mais específicas. Se complementam com o pensamento de Guamam Poma. A paridade (homem e mulher em horizontalidade), animais e plantas, rios lagunas, astros, etc. amostra a complementariedade, não existe um sem o outro. O agro é parte do conviver.

Figura 31 - O conviver como o agro a partir de Santa Cruz Pachacuti



Fonte: Santa Cruz Pachacuti Yanqui (1613).

Como em Guamam Poma, a imagem, é o recurso comunicativo que consideramos da obra de Santa Cruz Pachacuti. Nela, as relações holísticas do Tahuantinsuyo são visíveis, a inter-relação entre vários mundos, relações paritárias (Inca e a Qoya), a relação com a *Pacha*, relação com o agro. Parte-se duma concepção de mundo, na qual o agro está implícito no conviver e coexistência: é parte da origem, ao igual que em Guamam

Poma (homem e mulher semeando). A imagem revela o delineamento e visão de outra existência estabelecido para os Runakuna, os Ayllus, Panacas, e toda as nações do Tahuantinsuyo: a convivência total, outro “desenvolvimento” próprio. Todos deviam ter consciência dessas relações, pois dela emerge o bom governo: dum bom agro, institucionalizada desde a consciência que se liga com sua ciência (não costume, crença ou habito), a existência mesma do *Runa*, cobrando mais sentido o porquê dos desejos de voltar ao como se convivia no tempo dos Incas.

3.2.3 Agro andino: desde sua origem até a atualidade

A complexidade no agro andino refere-se a sua alta variabilidade heterogeneidade somada a uma outra racionalidade, no fundo outra forma de olhar o mundo, vem desde suas próprias realidades, transformando-se desde antes do Tahuantinsuyo até o Andino.

3.2.3.1 O porquê o *k'arusuyu* não era compatível

Nos sécs. XVIII e XIX, houve mudança da cobertura vegetal pela queima de pastizais e sobre pastoreio. O gado introduzido ocasionou outra forma de extinção de pastagens. As novas relações de produção (DOLLFUS, 1981¹¹⁴ *apud* MINAM, 2016) alteraram a paisagem, a diferença dos ruminantes ocidentais (ovino e bovino), os camélidos, eram animais que podiam alimentar-se de algumas plantas sem destruí-las totalmente (GUTIERREZ, 2015¹¹⁵ *apud* MINAM, 2016, p. 154). A alfafa incrementou-se para o cavalo pelo fortalecimento da mineração. As pragas segundo registros se deram a partir de 1850, principalmente atingindo cultivos da costa, podendo ser tido afetada pela mudança climática, mas também pela ação humana, a deflorestação por exemplo. As pragas de animais se deram a partir de 1867 (GARCIA MERINO, 1878¹¹⁶ *apud* MINAM, 2016).

Diversas pesquisas sinalam que as práticas agrícolas e pecuárias das civilizações do Tahuantinsuyo (e antes), tinham conhecimento profundo dos ecossistemas, como sistemas de manejo e conservação hidráulica, conservação de solos, conhecimento de

¹¹⁴ DOLLFUS, O. *El reto del espacio andino*. Lima: IEP. 1981.

¹¹⁵ GUTIÉRREZ, C. Aportes desde la agrobiodiversidad a la dieta andina: una breve mirada a la historia y el presente. En Ruiz, M., *Agrobiodiversidad, seguridad alimentaria y nutrición: ensayos sobre la realidad peruana*, 53-68. Lima: SPDA. 2015.

¹¹⁶ GARCÍA Y MERINO, M. *Las epidemias de las plantas de la costa del Perú*. Lima: Librería Francesa y Española. 1878

espécies diversas, etc. O k'arusuyu reconfigurou a produção agrária, a partir dos centros mineiros, deixando de lado o agro do Tahuantinsuyo, fomentando um sistema agromercantil, baseado no arado e força dos animais (SEMPAT, 1994¹¹⁷ *apud* MINAM, p. 161). O interesse comercial, levou a considerar os cultivos do Tahuantinsuyo com um afã exportador, a introdução de cultivos com objetivo lucrativo mediante o suprimento aos centros mineiros (MINAM, p. 164). O k'arusuyu trouxe a deflorestação: “Schlaifer, citando a Cobo (1653), indica que “[...] se queima mais combustível num dia na casa dum espanhol, que num mes na casa dum local” (1993, p. 59)” (MINAM, 2016, p. 187). A energia utilizada pelo k'arusuyu baseava-se em lenha e carvão vegetal, trazendo impactos negativos, quase exterminando a “queñua¹¹⁸” e animais nos arredores dos centros mineiros (SERRANO, 2004¹¹⁹ *apud* MINAM, 2016). O mesmo, quase fizeram com o “ichu¹²⁰”, ao vê-o, utilizaram para acelerar a produção de minerais, pois:

Essa gramínea (icho: stipaichu), era a mais adequada, pois essa espécie de esparto, abundante em azufres exaltados e muito nitro, produzia maior número de calorías que outras substancias, acrescentando o rendimento dos fornos de fundição (REY DE CASTRO, 2011, p. 16) (MINAM, 2016, p. 193, tradução nossa).

A pecuária trazida acrescentou a deflorestação e alteração dos ecossistemas. A quina, planta medicinal foi objeto de mercantilização: “El caso de la explotación de la quina durante el periodo 1750-1850, impulso del conocimiento científico enfocado en gran medida en sentar las bases para la explotación intensiva de recursos naturales. De esta manera, se llevó la explotación hasta los límites de la insostenibilidad” (MINAM, 2016, p. 205).

3.2.3.2 **Etapa 1: A origem do agro andino, convivência recíproca de transformação continua num espaço não uniforme**

Desde antes dos Incas, as dinâmicas e transformações do espaço se contextualizaram na sua própria realidade, que se manifestou no espaço-tempo.

¹¹⁷ SEMPAT, C. La economía colonial: la transferencia del sistema productivo europeo en la Nueva España y el Perú. *Journal of Latin American Studies*, 24, 55-68. 1994.

¹¹⁸ Árvore localizado nos Andes, a mais de 4000 metros de altitude.

¹¹⁹ Serrano, C. *Historia de la minería boliviana (siglos XVI-XX)*. Informe final para la UNESCO, París. Recuperado de [http://www2.congreso.gob.pe/sicr/cendocbib/con4_uibd.nsf/6EF6AA-797C1749E905257EFF005C493F/\\$FILE/Historia_de_Miner%C3%ADa_Andina_Boliviana.pdf](http://www2.congreso.gob.pe/sicr/cendocbib/con4_uibd.nsf/6EF6AA-797C1749E905257EFF005C493F/$FILE/Historia_de_Miner%C3%ADa_Andina_Boliviana.pdf). 2004.

¹²⁰ Ichu ou icho.

3.2.3.2.1 Até os Incas

Desde épocas muito antigas existiam nos Andes animais como: o cuy, cão, camelidos, etc. O *Ayllu* era a organização comunitária-familiar por excelência, a *chakitaklla* preparava o solo adequadamente protegendo-a da erosão (CHONCHOL, 1994, p. 27, 38-39). O homem andino pre-k'arusuyu caracterizou-se por desenvolver uma tecnologia agrícola que lhe permitiu entender a diversidade ecológica do espaço convivendo com a complexidade geográfica, reinterpretando as palavras de Chonchol (1994, p. 28): “aproveitando o máximo da diversidade ecológica e diminuição dos riscos duma natureza extremadamente difícil”. No pensamento ocidental, a dominação e a impossibilidade de diálogo e convivência com um ser que não seja humano resulta inacreditável e impossível. Segundo Murra¹²¹:

O universo andino foi concebido por seus habitantes como um conjunto de estratos ordenados verticalmente um acima de outro, formando uma macro adaptação, um sistema de relações ecológicas estritamente andinas. Ao ascender às alturas mais elevadas, os habitantes tinham que enfrentar-se com continuas mudanças de clima, fauna e flora. Ao longo da cordilheira ... sempre haviam procurado controlar o maior número de microclimas. As regiões às quais não era possível chegar numa jornada de caminho, ou mediante migrações estacionais, foram povoadas por grupos de colonos permanentes, dedicadas ao pastoreio a recolher o guano, assim como cultivo de coca, sara ou ají (CHONCHOL, 1994, p. 29, tradução nossa).

A conservação de alimentos para Incas e pre-Incas, refletia a segurança e soberania alimentar de hoje, eram parte das decisões de existência, algumas técnicas de conservação foram:

- a) transformação de papa em *chuño*;
- b) conservação da carne mediante o secado ao sol: o *charqui*. Todos armazenados em *Qollqas* (depósitos).

A terra se distribuía para:

- a) o Sol (*Inti*);
- b) o Estado; e
- c) a comunidade e os *ayllus* (CHONCHOL, 1994, p. 47).

¹²¹ Citado por Morlon *et al.* p. 15.

Não havia propriedade privada do solo no sentido ocidental, havia relação de reciprocidade com a terra, existindo o espaço de domínio a cargo do Estado, num sentido de convivência (o Qhapaq Ñan). A relação com o agro era política de estado, institucionalizada como parte do conviver, difícil extirpa-o do *Ser* andino.

Não uniformidade e relações holísticas recíprocas. Os primeiros homens nos Andes¹²² se remontam há mais de 21,000 anos antes de nossa era, com a denominada 1 fase (Pacaicaca), desde então a descrição e entendimento do mundo andino recai em palavras como “mosaico” de paisagens, “megafauna” de herbívoros, etc. pois o mundo andino é precisamente o contrário à **uniformidade** (LUMBRERAS, 2010, p. 29, 45, 54), o que deu origem à formação de diversas civilizações distintas uma de outra (sendo necessária a convivência com o espaço, animais, flora, fauna, etc.), até o Tahuantinsuyo. Essas sociedades tiveram um ponto em comum, a reciprocidade, num contexto de relações holísticas com o espaço, nelas, desde os primeiros homens começa uma relação com o agro, característica de todos os grupos humanos e civilizações.

3.2.3.2.2 O Tahuantinsuyo

O Tahuantinsuyo (as quatro regiões do Sol) território conformado por grande extensão dos Andes, foi governado por 13 Incas. Se constituiu a partir de 1200 d.c., resultado da união de diversas civilizações, culturas e sociedades do território, um conjunto de nações (estado confederativo) governado pelos Incas. Nesse período se institucionalizou desde o governo, a relação como o agro (20,000 anos de formação). O Tahuantinsuyo não é somente uma extensão territorial (física), senão um espaço no qual o *hanaq*, *ukhu* e *kay pacha* se inter-relacionam. Com suas próprias realidades (diferentes entre elas), e visões de existência próprias, e agros próprios, mas, complementados. Toda essa articulação sem deixar de reconhecer os vários mundos, do qual o runa era parte

¹²² El área andina es un extenso territorio que cubre todo el occidente de Abya Yala (mal denominado América del Sur), comprende el oeste de Venezuela y recorre íntegramente Colombia, Ecuador, Perú, Bolivia, Chile y el frente occidental de Argentina. Por el Oeste, su límite es el océano Pacífico; mientras que por el Este, se pierde en las llanuras del Orinoco (en Colombia-Venezuela), en las tierras bajas del Amazonas (en Ecuador, Perú y Bolivia), en el Chaco (en Bolivia-Argentina) y en las Pampas y Patagonia (también en Argentina). El Perú ocupa el territorio conocido como Andes centrales. Es una región que se extiende entre los 6 y los 15 grados de latitud Sur, aproximadamente, lo cual la ubica dentro del cinturón tropical de la Tierra. Es el territorio de los Andes donde se presentan las más variadas condiciones de existencia, siendo los paisajes más diversos vecinos muy próximos (LUMBRERAS, 2010, p. 34, 35)

O *runa* (homem) devia entender suas condições naturais (convivência), adversas para humanos de outras latitudes como a europeia. A convivência foi possível pelo entendimento do espaço e suas condições (o contrário poderia ter sido desastroso), o que levou (a pesar dos conflitos) à conformação do Tahuantinsuyo, uma constante relação de reciprocidade entre o todo, que a pesar das transformações conseguiu a convivência (civilização, denominada por historiadores (LUMBRERAS, 2010, p. 53)) equilibrada, não como elemento dominador. O processo de convivência deu uma transição dos *runakuna* com diversas funções, não como processo revolucionário nem traumático (LUMBRERAS, 2010, p. 60) senão como processo sustentável (não exclusiva do mundo andino), por exemplo, a criação (melhoramento genético) da alpaca, como espécie nova: genética sustentável.

As “populações neolíticas andinas” reagiram de várias formas às condições de desenvolvimentos agrários prévios, o agro convertia-se em condição de vida, consolidando-se como um modo de conviver, continuado por todas as civilizações/nações/culturas não temporalmente iguais. Esse agro, não tinha indícios de etapa a superar como a condição europeia. Ao longo e extenso território andino e em grande parte das vizinhanças amazônicas (LUMBRERAS, 2010, p. 84) passou a formar parte da vida do *runa*.

Entender o mundo andino é conflituoso, um primeiro problema por exemplo é, saber se é possível aproximar conceitos e modelos construídos em base a outras realidades (como o desenvolvimento *k'arusuyu*): a resposta é não, ele tem seus próprios. Assim como Marx e Engels com os anos concederam um “desenvolvimento” separado para o Oriente (KAULICKE, 2010, p. 153), também o mundo andino tem seu próprio, não é similar ao “Asiático” ou “Amazônicos”, podem ter aspectos comuns, mas não implica igualdade. Quando os “pensadores” do mundo ocidental: Aristóteles, Marx, Engels, Smith, David Ricardo, etc. escrevem suas teorias, o agro lhes era alheio, a *Pacha* lhes era alheia, sua relação com o agro era distante (somado a isso, a geografia no qual estavam inseridos), além do foco mercantil, a terra era objeto, um ser inerte, recurso, posse, propriedade privada, etc., por tanto suas “interpretações” da realidade, ou propostas teóricas, representavam “outras” realidades, distintas ao andino.

A interpretação a partir delas é errada para o mundo andino, pelas relações horizontais: *sujeito-objeto* do ocidental não são compatíveis com relações *sujeito-sujeito* do andino. Assim, no espaço-tempo, o mundo andino tem sua própria interpretação/leitura. A limitação a esse *homogeísmo* se expressa na obra de Engels de

1909, nela admite por exemplo que as instituições econômicas complexas que tentava explicar para Babilônia, não poderiam explicar-se para Mesopotâmia (KAULICKE, 2010, p. 154). As limitações são diversas, atualmente o mundo ocidental conhece muito pouco da origem dos cultivos da Amazônia e dos Andes (KAULICKE, 2010, p. 166), até agora com seus métodos, não conseguem responder categoricamente. Isso reaviva a existência de vários mundos, realidades diversas, “desenvolvimentos” outros, nesse contexto, as agriculturas (MAZOYER, 2001) ou agros do mundo andino, não distantes, mas necessitados de convivência. Desde a origem, não havia lugar para a dominação do espaço se se pretendia conviver em equilíbrio.

A convivência andina tem muitas explicações. Karl Polanyi (1886-1964) comparte a convicção de que a economia antiga ou não ocidental, não existe sem as relações sociais, (ênfasis no domínio social sobre o político) (KAULICKE, 2010, p. 155), mas, não considera que existiam nessa convivência, relações holísticas, não unicamente sociais. Foi o entendimento dessas relações, que levaram aos diversos mundos a relacionar-se com os outros, para conviver (com o mar¹²³): *conviver para viver*. Esse pensamento se reflete: na nivelção dos terrenos, possibilidade de drenagem e ideia de irrigação e de manejo da água como elementos-chaves do “desenvolvimento” (KAULICKE, 2010, p. 170). Assim, a não dominação (convivência recíproca), deu como resultado a aparição de *Caral*¹²⁴. A “residencialidade não fixa”, é outro exemplo, ela parece uma constante nas diversas culturas, como a de *Chavin de Huantar*, sujeita a mudanças constantes num território só (KAULICKE, 2010, p. 219, 220). Existem muitas evidências arqueológicas que reforçam as relações holísticas recíprocas. Elas, segundo determinados investigadores, levaram a não utilizarem a metalurgia com o objeto principal de produzir instrumentos de lavoura, construção ou guerra (LECHTMAN, 1978¹²⁵ *apud* SANTILLANA, 2010, p. 231) senão, para conviver, deixando de lado a ideia do ritual, ornamentação ou costume.

¹²³ Tesis de Fung, presentada en 1967, radica en postular la importancia económica del mar que resulta en un factor importante para la complejización social y la presencia de elites que basan su poder en la predicción del tiempo. Estas ideas fueron retomadas por Moseley y en los trabajos de Lumbreras (KAULICKE, p. 169).

¹²⁴ Civilização com 5000 anos de antiguidade (surgida entre 3000 e 1800 a.c.).

¹²⁵ LECHTMAN, H. “Temas de metalurgia andina”. En: *Tecnología andina*, comp. Roger Ravines, 489-520. Lima: Instituto de Estudios Peruanos. 1978.

3.2.3.2.3 **Outra economia: O Trueque**

A consolidação das relações holísticas, reflete a capacidade intrínseca do *runa* e as civilizações andinas, o que lhes permitiu entender seu rol no espaço. Essas civilizações se desenvolveram em geral com outra economia, alheia à economia do mercado do modelo clássico ou duma economia natural, por que o motivo de intercambio ia além unicamente do consumo. *O trueque*, sistema que não responde simplesmente a uma necessidade de troca de recursos como indica Murra (1975), funcionava de forma paralela ao “sistema de controle vertical de pisos ecológicos” (SANTILLANA, 2010, p. 234), esse ato de troca estabelecia relações de reciprocidade, não satisfação estritamente fisiológica ou utilitarista, esta outra economia funcionava segundo como se relacionava com o espaço. Neste contexto aparece também a descontinuidade, distancia territorial (exemplo, a cria de Camélidos na parte alta e cultivos na parte baixa, sem implicar mudança ou separação das comunidades de origem) (SANTILLANA, 2010, p. 234). Destaca o transporte (acompanhado de Lhamas), armazenagem (*Qollqas*), aspectos astronômicos nos cultivos e pastoreio, etc., elementos que estiveram presentes desde muito antes dos 200 a.c.

3.2.3.2.4 **Diversidade, heterogeneidade e complexidade**

Entre 200 a.c. e 500¹²⁶ d.c. houve 300 anos de estabilidade climática, nesse período surgem diversas culturas regionais com níveis variados de complexidade, que iam desde a estrutura da sociedade, alimentos, atividade, etc. Entre 550 d.c. e 900 d.c.¹²⁷, se desenvolvem sistemas econômicos complexos, bastante diferenciados, alterando-se novamente o espaço com a mudança climática de 1100 d.c., reestruturando-se as sociedades andinas, entre 900 d.c. e 1476 d.c.¹²⁸ (SANTILLANA, 2010. p. 314). Nestes períodos, uma paisagem de diversidade, heterogeneidade e complexidade (nos Andes) era evidente. As sociedades se organizaram em função ao controle vertical de pisos ecológicos, acompanhado do surgimento de *curacazgos* (após disso começam os confrontos), mas com os Incas não houve destruição do feito, houve continuação (SANTILLANA, 2010).

¹²⁶ Intermedio temprano.

¹²⁷ Horizonte medio.

¹²⁸ Período tardío.

No período Inca chega uma etapa de consolidação das relações holísticas, recíprocas e complementares, a convivência se manifesta na comunalidade, nos *ayllus* ou grupos de parentesco. O agro como parte do conviver se consolida no “bom governo”, (GUAMAN POMA, 1615). A complexidade acentuava-se: sob um mesmo terreno existiam distintas pessoas com diferentes direitos, uma “propriedade” familiar-coletiva além de individual (ESPINOZA, 2008, p. 327), os *ayllus*, não deveriam semear campos grandes, e deveriam mobilizar-se a outros campos, pelas contingências do clima e variabilidade do território: “o *runa* tinha cabanas por vários lugares”, com três formas predominantes (além de outras) de tenência formal: estatal, das “divindades”, e coletivas dos *ayllus* (ESPINOZA, 2008, p. 332), é impossível falar de “latifúndios” andinos, tal vez relaciona-os às “fazendas” (ESPINOZA, 2008, p. 337, 343), mas, é outra realidade. Não entendida pelo “ocidental-k’arusuyu”: “

La autosuficiencia de los runakuna andinos en la era pre-k’arusuyu, estuvo apuntalada en cuatro factores fundamentales: la racionalidad en el buen manejo de los pisos y nichos ecológicos, en la reciprocidad o *ayni*, en el colectivismo o *minca* y en el tributo en trabajo o *mita* correctamente retribuido. El primer sistema les permitió cosechar productos de todos los climas; el segundo les facilitaba la reproducción de la familia; el tercero, la reproducción de la comunidad, y el cuarto, la reproducción del estado” (ESPINOZA, 2008, p. 427).

O sistema de governo (consolidado pelo Inca) estava intimamente relacionado à capacidade de governar, tendo por diante uma visão dum “desenvolvimento” outro (ver imagem de *Santa Cruz Pachacuti*). No período Inca, todo mundo tinha uma *parcela* (território para cultivar), todo mundo se relacionava com o agro, não foi uma etapa a superar, na medida que as diversas sociedades/civilizações iam aparecendo (Wari, Chimu, Tiahuanaco, ..., Inca) continuava sendo parte da vida, não era *base*, era necessária para o conviver, um dever e direito, não era uma sociedade agrária, senão sociedades/civilizações “convivenciais” com o agro, consolidando a traves da aprendizagem de suas antecessoras (bola de neve). Os Incas respeitaram e estenderam as diversas manifestações dessas relações, a todas as nações que conformavam o Tahuantinsuyo, resultando logo o *Andino*.

3.2.3.3 Etapa 2: uma intrusão acidental: ouro, prata, mais ouro, mais prata

A códice (como indica Slicher) era uma característica institucionalizada nas sociedades europeias, necessitadas de dominação do seu entorno, o agro não escapava a

essa dominação. Europa (como espaço geográfico) era uma zona de conflitos, resultado das invasões “constantes” entre tribos, grupos humanos e espécie de *curacazgos*¹²⁹, que moravam nesse território, produto da necessidade de dominação, ambição e diferenças religiosas. A escravidão de humanos era uma característica comum, a tração animal era utilizada como energia para a lavoura agrária, o agro (não existem indícios do contrário) era contextualizado como de sobrevivência se não fosse altamente extensiva, o latifúndio era sua característica. A uniformidade é uma condição necessária, principalmente cultivos, assim, pela limitada diversidade geográfica, climas, etc. possivelmente não teve cultivos próprios (salvo com alguns grupos humanos), quase a totalidade deles foi influência árabe e asiática (e do Abya Yala -América central e do Sul-), resultado das intrusões feitas e recebidas, e “viagens” de alguns “aventureiros”. Nessas se trouxeram senão materialmente (como ideia) tecnologias dos lugares “visitados”. Ao não ser um centro de origem de cultivos, surge e se aprofunda nesses espaços (resultado das dinâmicas) um agro comercial, que em vez de reforçar relação com seu entorno, se distancia e intenta domina-la com interesses lucrativos (a moeda só acelerou as diferenças sociais já estabelecidas, por tanto era um mecanismo para alcançar status e dominação), longe da convivência. O agro do Tahuantinsuyo lhes era estranho, de difícil entendimento (seu pensar não entrava num confronto). Essas limitações e visões trouxeram um agro (*k'arusuyu*) de sobrevivência, argumento e “slogan” difundido (erroneamente) logo (a partir dessa realidade) pelos interesses financeiros, políticos e intelectuais da época, para todos os que se dedicaram a um agro que não seja mercantil-comercial.

A dominação (os *vikingos*, são um exemplo) do espaço se traduz em sobrevivência, surgimento de um agro comercial/mercantil, acompanhado de insustentabilidade/instabilidade de outros fatores do espaço (recursos limitados, desorganização na população, migração desproporcionada, ausência de mão de obra, conflitos, contaminação, perda de biodiversidade, etc.), é dizer o agro vinha a ser um meio para sobreviver e dominar (em outro lugar do planeta, no Tahuantinsuyo, acontecia outra realidade, o agro era um modo de conviver). É a partir dessa relação de dominação que surge a troca desigual (comercio) e oportunista, acentuado pela aceleração na utilização do metal¹³⁰ (meio de intercambio), consolidando uma realidade europeia

¹²⁹ Dentro duma leitura andina seria o cargo equivalente aos governantes dos pequenos reinos da Europa.

¹³⁰ Com o uso da moeda já existiam comportamentos oportunistas, sua aplicação para um agro europeu inexistente, levou a acentuar um oportunismo que derivou na formação dum agro comercial/mercantil, requerendo para isso grandes extensões, surgindo a ideia que, se não fosse assim, seria um agro de subsistência, errôneo para outros âmbitos fora do espaço europeu.

desconectada da *pacha*, que não seja exploração desproporcionada dos seus “recursos”, e o aproveitamento um do outro, base para o surgimento da necessidade de controle do comércio de *especias* e produtos vindos da Índia (objetivo lucrativo).

É com essa realidade que Colón, “conhecendo” de “viagens” de alguns “aventureiros” e sabendo dos avanços territoriais no mar da África dos portugueses, também com o mesmo objetivo: dominar o comércio de produtos vindos da Índia, propõe chegar de forma mais rápida por outra via, seguindo em direção ao oeste, segundo ele (se considerava que o planeta era redondo), a distância para chegar à Índia seria muito mais curta do que os portugueses fizeram. Assim, no mar, levado pelas “tempestades” caiu acidentalmente em outro território, na qual logo de várias “viagens” começam a intrusar e/ou migrar ilegalmente motivado pelos metais (prata e ouro), das quais escutaram. Esse fato: **intrusão acidental**, foi resultado do interesse pelo controle do comércio na Europa, e logo pelo controle do meio de intercâmbio desse comércio. Em momento nenhum o agro foi de seu interesse. Nessa intrusão-acidental, o agro de sobrevivência e marginalizado: o comercial, se encontra com um agro de convivência (parte do existir, se encontra com o Tahuantinsuyo). Esse choque de distintas realidades e visões de existência, se encontram, o “subdesenvolvimento” europeu se encontra com o outro desenvolvimento. Chega um agro de fazenda (latifúndio), acidental, pois o objetivo eram os minerais, procuravam unicamente enriquecer as cidades, própria da sua realidade: viver mercantilista (CHONCHOL, 1994, p. 61). A dependência de uma economia mineira derivou no estabelecimento de fazendas pecuárias ou agrícolas: domínio de mão de obra fixa morando no seu território, procurando recrear seu caráter feudal, apropriando-se de solos.

Não existe “documentação oficial” que indique a desapareção do governo do Tahuantinsuyo, não houve capitulação, o Inca não entregou o território, nem o governo. A não oficialidade ou capitulação é reforçada pela ideia que “nenhum não europeu tinha direitos a considerar”, com a qual veio Colón (ASSINOV, 1994, p. 54). Por tanto, a suposta colonização, conquista ou invasão, era só intrusão e assentamentos. O Tahuantinsuyo (não todo) foi saqueado (o choque de dois mundos: o dominante e o dialogante) e desorganizado, por delinquentes e homens tirados das prisões (como os que vieram com Colón da Espanha) (ASSINOV, 1994, p. 52). Não houve submissão às formas ocidentais, “rendição” oficial ou acordo assinado. O Inca Atahuallpa foi envenenado após receber ao *k'arusuyu* (o engano, a mentira o suborno, eram características da sociedade

*k'arusuyu*¹³¹), quem veio como obsessão pelos metais. Após o assassinato de Atahualpa e Huascar, Titu Cusi Yupanqui se estabelece em Vilcabamba e assume a luta contra os *k'arusuyu*, logo de várias lutas assassinaram (mediante enganos) também a Sayri Tupac (2º Inca de Vilcabamba). Assim, o Tahuantinsuyo entra numa etapa de desorganização (não governo), e pela diversidade geográfica (desconhecida) o *k'arusuyu* assentou-se só em determinados lugares, sem controlar o território todo, ingressando a determinados espaços graças ao Qhapaq Ñan, do contrário não houvesse feito nada. Ao ser seu objetivo o ouro, estavam limitados a certos espaços, por isso Machupicchu (entre muitas outras lugares e realidades) lhes foram desconhecidas, mas, pelo quebrantamento da organização estabelecida com os Incas, aconteceram uma serie de dinâmicas que levaram a uma transformação contínua em distinto grau dependendo do espaço, nas quais, as próprias visões, quando o Inca governava, permaneceram no cotidiano e cobertas a pesar das pressões.

3.2.3.3.1 **Continuação e novos confrontos multidimensionais, insustentabilidade, mineração e exploração irracional**

A realidade do *k'arusuyu* contém uma economia da pilhagem (NOEJOVICH, 2009, p. 23), argumento estendido a sua sociedade e atmosfera de seu viver, característica do comportamento no espaço europeu e asiático (Idem). O modo do “local” tem mecanismos de reciprocidade e redistribuição, o local diferenciava entre *unay* para o preço e *kanan* para a “prata”, esse contexto abre espaço à diferença multidimensional entre ambos, por exemplo a territorialidade:

A discontinuidade territorial, señalada por Pease (1983), es generalmente aceptada para el Tahuantinsuyu, de tal manera que la “territorialidad” propiamente dicha era un patrón de asentamiento inexistente, corroborada por el “modelo del archipiélago ecológico”. Sobre esas bases, es evidente que los patrones de asentamiento diferían de los europeos, siendo notoria la ocupación de alturas y valles interandinos, con preferencia de las costas, al menos en el tiempo de la intrusión española” (NOEJOVICH, 2009, p. 26).

Os europeus, proviam duma Idade Meia organizada sob o sistema político feudal, na qual a ideia de Estado, não estava claramente definida, toda vez que se articulava sob uma rede de vasallajes e juramentos de fidelidade

¹³¹ Num memorial dirigido ao Rei Felipe II, um intruso indicava: “quando vieram que nos púnhamos cadeados e chaves a nossas portas, compreenderam que era por temor aos ladrões e ao comprovar que existiam estes entre nós, nos desprezaram” (BINGHAM, 1950, p. 24). As fechaduras com barras e estacas nos telhados põe m evidencia a ciência do Tahuantinsuyo, não encontrado isso nem Asia nem Europa (BINGHAM, 1950, p. 25).

frequentemente violentados. A noção de Estado, em termos hobbesianos (que existe até a atualidade) recém começara a delinear-se a partir do séc. XVII (NOEJOVICH, 2009, tradução nossa).

Essas diferenças, abrem ao argumento da existência dum sistema de governo diferente, um “*sistema dual*” de não prevalência. Ao vir o *k'arusuyu*, o mundo andino manteve no seu interior seus “padrões coletivos”, seguindo regras de reciprocidade e redistribuição, mas, ao mesmo tempo acomodando-se aos sistemas de circulação mercantil com relação ao mundo exterior, aos *ayllus* e comunidades (NOEJOVICH, 2009, p. 27). Grande número de *runakuna*, evitavam os tributos indo longe do intruso (CHONCHOL, 1994, p. 82), se formam “*reducciones*¹³²”, onde runas formam novos centros povoados, espécie de comunidades campesinas, capazes de auto abastecer-se, lhes entregaram terras de resguardo (cultivos para consumir, pastos e para venda), os novos povos (republica de *runakuna*, até o séc. XIX) tinham estrutura aparente ao do intruso, mas, sob administração do curaca (CHONCHOL, 1994, p. 83, 84). O objeto mercantil da intrusão *k'arusuyu*, procurava benefício material e obtenção de prestígio¹³³ (NOEJOVICH, 2009, p. 28) unicamente, nenhum interesse com o agro, era de esperar-se, pois historicamente nunca houve relação que não seja de dominação. Sua definição de “riqueza”, acumulação de bens e status: ostentação, era o móbil; no entanto, desde o início, a necessidade por expulsar e continuar a vida do Tahuantinsuyo se estabelece como um padrão de distintos acontecimentos e comportamentos (Incas de Vilcabamba por exemplo, briga entre os próprios *k'arusuyu*, cultivos, festas, tecnologias, engenharia, caminhos, relações, etc.).

A 1563 o intruso inicia com a exploração de mineiros, utilizando logo amalgama ao frio (em Huancavelica) trazida por eles (NOEJOVICH, 2009, p. 57) com objetivo distinto do Tahuantinsuyo (chega a mineração menos sustentável), movimentado pelo código de ouro e prata, o intruso assim, recorre a suas práticas comuns: exploração e abuso como “[forma]” de “administrar”, nela, a religião católica é coparticipe. Essa forma de viver trazida, faz que a *Mita* fosse utilizada unicamente para suas ambições (oportunismo), consolidando-se a exploração com a malície de Toledo

¹³² Forma de asentamientos dos intrusos.

¹³³ “...el objetivo de los *k'arusuyu*, era asentarse en las nuevas tierras y adquirir el prestigio que no tenían en su terruño natal dado que eran, en su gran mayoría, de origen bastardo y plebeyo (68,44% de los casos identificados según Lockhart (1972: 45)) (Noejovich, 2009, p. 36).

(ASSADOURIAN, 1979¹³⁴, 1989¹³⁵ *apud* NOEJOVICH, 2009), expandindo-se com ele a produção mineira (NOEJOVICH, 2009, p. 85). Tal foi a diferença entre um governo e não (des/mal/sem) governo, que as minas de prata de Potosí conhecidas pelo Inca, tinham uma *Huaca*, mas o intruso apenas teve conhecimento, começou a explora-las sem contemplação:

A documentação colonial sugeriu-nos que na época pre-intruso havia dois tipos de minas e de exploração mineira: as minas do Inca e as minas das comunidades ou ayllus. As minas do Inca eram montanhas que encerravam no seu interior yacimientos auríferos, entanto que as minas das comunidades se encontravam localizadas nas ladeiras dos rios ou em zonas de difícil acesso. As minas-montanhas do Inca eram consideradas huacas e adoradas e veneradas¹³⁶ como tal. Daí que seja possível deduzir que os espanhóis se deram conta muito rapidamente da coincidência entre huaca e mina, e utilizaram as huacas como uma forma de vigilância para descobrir os grandes yacimientos mineiros do Tahuantinsuyo (SALAZAR-SOLER, 2009, p. 110, tradução nossa).

A mineração do Tahuantinsuyo e especificamente com o Inca, diferenciava-se ao do k'arusuyu no objetivo: extração de minerais para satisfazer seus desejos de ostentação e status (destruir seu espaço não tinha a menor importância). No Inca e anterior a eles, a tecnologia utilizada tinha que respeitar o espaço, o que k'arusuyu não fez:

Na época incaica, o trabalho de extração realizava-se por meio de poços e de galerias escavadas diretamente sob os filões mineralizados. Contamos para as minas de Carabaya (sudeste do Perú atual) e, ainda com mais detalhe, para as minas de Chuquiabo (Bolívia atual), com descrições de procedimentos incaicos de extração do ouro. As primeiras eram exploradas por meio de galerias. O cronista López de Caravantes [1630] sinala que uma delas deveu ser abandonada pelos espanhóis a causa da falta de ar e, por tanto, pela impossibilidade de prender velas. Por outro lado, a visita de Carabaya de 1628 sinala a existência em Aporoma duma mina que compreendia sete galerias “que os antigos haviam cessado de trabalhar... (visita que Alonso de Mora [...])”, ANB, Minas 123, ms 1093: f. 455r; Berthelot 1978: 958) (SALAZAR-SOLER, 2009, p. 115, tradução nossa).

Em 1573, as minas de Potosí alcançaram uma profundidade de 200 metros, em tanto que as minas incaicas nunca sobre passaram os 70 metros (SALAZAR-SOLER, 2009, p. 117). A contaminação do intruso como desprezo pelo espaço, foi o processo de

¹³⁴ ASSADOURIAN, C. S. “La producción de la mercancía dinero en la formación del mercado interno colonial”. En: *Ensayos sobre el desarrollo económico de México y América Latina (1500-1975)*, ed., Enrique Florescano. México: Fondo de Cultura Económica. 1979.

¹³⁵ ASSADOURIAN, C. S. “Acerca del cambio en la naturaleza de dominio sobre las Indias: la mit'a minera del virrey Toledo. Documentos de 1568-1571”. *Anuario de Estudios Americanos*, XLVI: 3-70. Sevilla. 1989.

¹³⁶ As palavras adoração e veneração não cabem, entenda-se como respeito pela reciprocidade.

amalgamação na mineração em 1571 (SALAZAR-SOLER, 2009, p. 120). Esse fato, foi característica de sua insustentabilidade. Nas suas atividades e práticas não conseguiram manter um equilíbrio de convivência com seu espaço, a energia requerida sempre era insuficiente:

No caso da madeira, requerida tanto para a construção de infraestrutura ao interior das minas, como para combustível, temos conhecimento que constituiu um dos problemas que deviam enfrentar. Por exemplo, sabemos que a necessidade deste produto modificou em muitos casos a paisagem, pois tanto em Potosí quanto em Huancavelica, ao cabo dum curto tempo de posta em marcha da exploração dos depósitos, desapareceram os arvores que proporcionavam a lenha necessária para a combustão e foi necessário ir a procurar madeira a lugares cada vez mais longes, o que trouxe, indubitavelmente, muitos problemas de transporte e, por tanto, de custo de matéria prima (SALAZAR-SOLER, 2009, p. 139-140, tradução nossa).

A insustentabilidade e nem o bem-estar “humano” parecia-lhe importar. Procurava território (aparecem os desequilíbrios no uso da água) para satisfazer as anciãs de extração e produção sem considerar sua “racionalidade”, constroem represas modificando o caminho da água:

Na preocupação por obter o água necessária para o funcionamento dos engenhos, se agregou à construção das represas a modificação do curso da corrente que atravessava Potosí. Ao princípio estes fornos eram alimentados com lenha; mas, devido à escassez deste elemento, foi substituído por ichu (SALAZAR-SOLER, 2009, p. 141, 142, tradução nossa).

3.2.3.3.2 Queda da mineração e aceleração do agro comercial

Com o declive da mineria no séc. XVII (SALAZAR-SOLER, 2009, p. 153), a destruição do espaço seguia sob a visão de *recursos e dominação do território*. A aceleração da produção mineira foi-se consolidando com a *Mita* (SALAZAR-SOLER, 2009, p. 164), mas, foi tão ineficiente, que, a queda, foi consequência da diminuição da concentração de mineiros que inicialmente se tinha, é dizer: “era fácil extrair”, mas, quando não estava concentrado: era “difícil e custoso”, se tinha que “trabalhar de verdade” (ex. Cerro Rico), pois os “investimentos” (dinheiro metálico) aumentariam, assim, o falso “lucro” revelava incapacidade natural e códice. Mesmo com tais complexidades, os que eram explorados nas minas, mantinham a estrutura estabelecida antes dos k’arusuyu (relação com o agro), por exemplo Oruro, os trabalhadores “voluntarios”: “tinham vínculos com suas comunidades de origem, sendo a mineração

uma atividade complementar à atividade agrícola” (SALAZAR-SOLER, 2009, p. 168), fato que se estende em todo o Tahuantinsuyo, não unicamente com a mineração, antes disso, tinham função militar e também voltar para seu *Ayllu*.

A partir da mineração, surgem outros mercados internos (sendo eixo os centros mineiros), sendo principal impulsor da mercantilização da produção agrária (SALAZAR-SOLER, 2009, p. 175), diga-se o *acelerador*. Sobressai o mercado de cereais, pois os centros mineiros consumiam alimentos: *sara e trigo* (50 e 90 mil fanegas), chuño, papa, oca, peixe fresco (aplicavam-se técnicas andinas para manter fresco o peixe (SALAZAR-SOLER, 2009, p. 179)), etc. Fomentou-se a aceleração da produção em vários lugares próximos (de Lima e Potosi principalmente):

El crecimiento del sector ganadero y agrícola estuvo orientado hacia el interior del espacio peruano y se organizó alrededor del eje de la producción minera de la plata (SALAZAR-SOLER, 2009, p. 179).

A pecuária (bovino e ovino) ia consolidando-se:

Según Contreras, desde el decenio de 1620 hasta fines del siglo XVII, surgieron y se consolidaron muchas haciendas ganaderas, sobre todo de ganado vacuno, en lugares muy cercanos a Huancavelica, como Paucará, Huanta, Pati y Mayamarca (SALAZAR-SOLER, 2009, p. 180).

Esse cenário se expandiu em muitas partes do Tahuantinsuyo, surgiu a especialização produtiva (Idem, p. 180), uma comercialização para cobrir os grandes assentamentos mineiros-urbanos. A mineração não houvesse tido o “auge” sem o “subsídio” da economia local-campesina-originária:

La minería andina contribuyó de manera significativa a la llamada “economía-mundo”, tal como la entendía I. Wallerstein (Langue y Salazar-Soler, 1999) (SALAZAR-SOLER, 2009, p. 186).

Cabe precisar, que outro comercio se desenvolvia no Tahuantinsuyo, que se bem utilizava moedas de metal em alguns lugares, especialmente na Costa, não era comum, o comercio tinha outras características, o *trueque* era o predominante, nele intervia a *folha de coca*, não como meio de intercâmbio comercial ao estilo ocidental, observa-se uma distinção da concepção de “valor”, estabelecimento de relações:

Cuando llegaron los españoles, encontraron que la población utilizaba en sus cambios ciertos productos como medios de pago” (SALAZAR-SOLER, 2009, p. 187).

O *k'arusuyu* relacionava o valor, ao metal (prata e ouro), o outro à reciprocidade (mais ético que moral). Assim, o não governo do espaço, se foi institucionalizando com o agro comercial. O agro de não sobrevivência (o outro agro) seguia seu caminho dentro duma cobertura imperceptível, a “republica paralela, a outra republica” seguiu seu caminho.

3.2.3.4 Etapa 3: Território não governado e interesses privados

Até agora, a transição ou traspasso de governo, administração ou direção no Tahuantinsuyo resulta utópica. É melhor entender a intrusão e seu modo de conduzir como “des/mal/sem”: “sem saber onde ir e que fazer, explorar tudo o que tenha ao redor só, com o único objetivo: comer ouro”. A administração do extenso, complexo e desconhecido território pelo *k'arusuyu*, foi impossível, pois sua “estrutura de administração esteve ligada a uma pesada, corrupta e temível-lenta burocracia, devido a que entregou legitimidade às empresas privadas¹³⁷, que logo ao sentir controle, tentaram rebelar-se” (SUAREZ, 2009, p. 231). Os financistas judeus substituíram aos genoveses, na época de Felipe IV (SUAREZ, 2009, p. 265). O aumento da urbanização na Europa, no final do séc. XVI, acelerou a produção agrícola e liquidez de dinheiro, coberto por Europa central e o Abya Yala. Essa concepção de vida foi trazida substituindo por exemplo técnicas utilizadas (SUAREZ, 2009, p. 233) no governo Inca. Assim, ao chegar dinheiro sobem os preços agrícolas e aumenta a inflação, o *k'arusuyu* tinha um sistema de suficiência alimentar¹³⁸ no Tahuantinsuyo, não o percebeu, pois, o agro comercial estava institucionalizado. O pensamento comercial “oportunista” consolidou-se junto aos novos “peruanos”¹³⁹, acrescentando-se com os mercaderes de Sevilla, passando logo a domínio dos mercaderes de Lima (SUAREZ, 2009, p. 242-243), começando-se a diversificar com o tempo. Aparecem em Lima bancos, na primeira metade do séc. XVII (SUAREZ, 2009, p. 246), estes se aproveitavam ao igual que os mercaderes da débil administração: “a administração ruim e a corrupção dos funcionários coloniais foi um magnífico negócio para mercaderes e financistas” (SUAREZ, 2009, p. 255).

A formação de grandes consórcios mercantis e financeiros, ameaçou o comercio com Espanha, o *boom* da produção vitícola é um exemplo (SUAREZ, 2009, p. 256),

¹³⁷ Atrás das famosas expedições, estavam financistas privados, os quais também solicitavam permissão para invadir: interesse comercial/mercantil.

¹³⁸ Julio Valladolid (2014). Biodiversidad, Agricultura y Suficiencia Alimentaria en la Sociedad Andina. Expositor. Cultura y Ciencia Andina, Enseñanzas del pasado para un nuevo presente.

¹³⁹ Só em teoria. Leia-se: O Perú em teoria (DRINOT, P., 2017). Também surgen os andinos.

conflitos posteriores com Espanha surgem a raiz da comercialização de produtos, dentro deles alimentos: “Segundo Tord e Lazo, o sistema de frotas haveria introduzido ao comerciante peruano dentre dum mecanismo regular de comercio compulsivo; os limenhos deviam obrigatoriamente assistir a Portobelo e adquirir os produtos aos altos preços da feira, incluso se o mercado Abyalense estava saturado” (SUAREZ, 2009, p. 241).

3.2.3.4.1 **Aceleração: apropriação/códice (encomendas e repartições)**

Desde a intrusão, a apropriação foi uma pratica comum, formando uma nova forma de “possessão, propriedade” e exploração do solo e os recursos em mãos dos *k'arusuyu* (GLAVE, 2009), a população foi induzida e forçada a uma forma mercantil, mas, os andinos¹⁴⁰ enfrentaram a embestada por meio dum complexo jogo de aceitação e luta (GLAVE, 2009, p. 313). Antes do *k'arusuyu*, nos Andes havia aproximadamente 14 milhões de pessoas (GLAVE, 2009, p. 315). O afã produtivista levou a uma desordem total. Os runakuna da costa sofreram epidemias e mortandade (trazidas pelo *k'arusuyu*). Na parte alta, a dispersão foi uma característica. A exploração e apropriação aumentou:

Desde cedo, os encomenderos foram proprietários das terras, porém também comerciantes de grãos, coca, vinho e telas. Houve então encomenderos pecuaristas, encomenderos chacareros, encomenderos obrajeros, encomenderos comerciantes e, por suposto, encomenderos mineiros. Pouco a pouco, o primeiro fator da nominação deixou de ser a mais importante para deixar ao segundo, atuar como prioritário. Desde então, como pecuarista, chacarero, obrajero, comerciante ou mineiro, se tinha que entrar à luta frontal para conseguir os recursos: terra, produtos e trabalho” (GLAVE, 2009, p. 317, tradução nossa).

A agricultura comercial se instala paralela à outra realidade, usando o poder para seu benefício (encomendero e corregidor). Logo veio a luta pela apropriação dos recursos monetários procedentes do trabalho comunal, os quais se converteram em insumos financeiros. “[...] a implantação de negócios agrários como forma dominante de produção de mercancias [...]” (GLAVE, 2009, p. 317). Apropriavam-se do lugar sem conhece-o. Os encomenderos que simulavam dividas dos locais as vezes eram condenados, mas, sem muito significado pelos danos feitos. Muitos deles amassaram fortunas. Os mercados nascentes nas cidades e dos assentos mineiros (GLAVE, 2009, p. 327) não eram

¹⁴⁰ Os novos Tahuantinsuyanos

compatíveis, era um consumo desproporcionado, insustentável. A característica empresarial com os jesuítas, tinha orientação econômica de uma exploração agrária, os vinhedos começaram a estender-se. Surge uma legislação da terra a finais de 1500 (GLAVE, 2009, p. 332, 333).

A atmosfera da estrutura anterior, seguía latente:

Si bien adquirir un pedazo de tierra era relativamente fácil, conformar una empresa agraria, es decir, una hacienda, requería de mayores esfuerzos. La producción comunal con sus métodos, grados de cooperación, ritmo, herramientas y organización se mantuvo como forma básica” (GLAVE, 2009, p. 333).

As encomendas se aproveitaram das relações de reciprocidade e trabalho existentes:

No se trataba de la situación generada en el período de la encomienda, en donde las relaciones básicas de producción se mantuvieron inalteradas. La nueva etapa se caracterizó por captar la economía campesina por medio de la organización de la cooperación y la división del trabajo en un punto mayor de desarrollo, de forma que los españoles comenzaron a apropiarse de mayor trabajo excedente, en el contexto de la ampliación de la esfera del intercambio” (GLAVE, 2009, p. 333).

Essa situação manifestou-se nas periferias do Tahuantinsuyo, pois seu *real* era a não uniformidade e heterogeneidade, em contraste da realidade do *k'arusuyu*: alta homogeneidade e pouca diversidade, diferenciada praticamente só por línguas.

A pressão pelos excedentes campesinos levou ao *runa* diminuído numericamente a fomentar a produção:

A necessidade de ampliar seus excedentes, com uma população diminuída, se apresentou paralela à aparição dos chacareros espanhóis e mestiços que migravam ao campo, interessados na terra e o comercio ... com o acaparamento de terras, os espanhóis e mestiços chacareros insertavam novas formas de organizar a produção e o uso de trabalho excedente, com o objetivo de produzir para vender e, desta forma, estabeleceram as bases para a circulação constante de mercadorias e para a valorização do capital. Não se tratava da aparição de fazendas propriamente ditas, porem sob esta nova prática empresarial se assentou logo a empresa agraria colonial com novas relações de produção” (GLAVE, 2009, p. 334, tradução nossa).

Produzir não era distinto no Tahuantinsuyo, a aceleração sim. Foi assim que poderia ter nascido a “hacienda” principalmente no litoral (Costa). Retratando o razoamento *k'arusuyu* interessado pelo comercio com ganhos desproporcionados

(aspecto que a igreja católica, sócio, e dominante na Europa, criticava), utilizava tretas, para convencer ao runa de trabalhar de graça:

Ante o tenente de Canas em Sicuani, a finais de 1591, se apresentou Gonzalo Huachaguanco, cacique¹⁴¹ principal do povoado, e sua segunda pessoa Pedro Chicya, acompanhados pelos caciques dos cinco ayllos que compunham a população. Pediram que se lhes nomeara um curador ou protetor que resultou ser Pedro Rodríguez Santillán. Para que o ato tivera maior força jurídica e puderam formar uma companhia nas terras de Onocora (nome genérico como todos, que implicava uma extensão importante de terras de irrigação) que afirmavam ter baldias e que não podiam beneficiar “por ter outras muitas”. O interessado no negócio era Juan de Salas e Valdés, quem nomearia a um homem encarregado da empresa, um capataz ou maiordomo. Além disso, o contratante colocaria todos os aparelhos necessários: bois, rejas, arados, para cultivar cevada e trigo. Os povoadores originários punham as terras e, desde logo, o trabalho. Esta companhia os beneficiaria no pagamento das taxas e “não teriam que ir a busca-as” aos Andes de Paucartambo, Arequipa e Potosí em trajines que os alheavam de suas terras por muitos meses (GLAVE, 2009, p. 334, tradução nossa).

Para fomentar o cultivo comercial, o k´arusuyu devia apropriar-se do solo e do trabalho, utilizando para não ser questionado, as “terras da comunidade” (GLAVE, 2009, p. 334), um exemplo é o cultivo e consumo de folha de coca (se estendeu pelo território), mal utilizada. Matienzo indicou que: “...tratar de tirar a coca es quer que não existisse Peru...”. É parte do existir. Dado que funcionava como uma moeda, foi um veículo para extrair a prata, era o meio de troca (GLAVE, 2009, p. 338). No caso do Sul “chico”, era utilizado o vinho (GLAVE, 2009, p. 340). Desde a intrusão ia-se acentuando ainda mais a violência e conflito, entre a república com os intrusos e a “republica” dos *runakuna* (GLAVE, 2009, p. 341).

A apropriação de solos foi uma constante desde o primeiro pé no território: “a formação dum mercado de produtos agrários foi paralela à criação dum mercado das próprias terras. Durante este tempo, se sentaram as bases do estabelecimento de propriedades agrarias que chamar-se-iam logo fazendas. O impulso mais grande que receberam foi o momento em que a coroa decidiu dar uma lei de venda de terras em 1591” (GLAVE, 2009, p. 349).

Estava em jogo um afã monopolizador e lucrativo e não só decoro de povoador que haveria de satisfazer necessidades fundamentais ... Rengifo foi um terratenente “pioneiro” e paradigmático. A trajetória do terratenente deste funcionário colonial (fiscal) resulta contraditória com a função que tenderia, em 1593, na junta criada para vigiar que não se defraude à fazenda real e para evitar a pilhagem das terras dos locais. O fiscal foi um dos “pioneiros” na acumulação pessoal de terras e um adiantado na consolidação de propriedades

¹⁴¹ Segundo Rowstorowski, é curaca.

rurais que dariam lugar à aparição de fazendas” (GLAVE, 2009, p. 350, tradução nossa).

O acúmulo de solos era característica do *k'arusuyu*, logo dos mestiços (maioria). O agro (mercantil-privado) chegou nas mãos dos que dariam o impulso nos Andes, na medida em que se formaram mercados agrários, também se ampliou o interesse pela posse de solo (GLAVE, 2009, p. 352). A apropriação ilícita coberta sob uma suposta “venda” foi prática, do *k'arusuyu*. O solo¹⁴² vai adquirindo um caráter de mercancia (GLAVE, 2009, p. 353), pois o processo de formação de mercados agrícolas do séc. XVI foi paralelo à expansão do capital mineiro, e decadência da produção da economia camponesa, exausta pela perda de gente e recursos. Apesar de tudo, a terra comunal persistia: “... *Maras e Quispicanchis*, tinham enormes terras de comunidade...”. (GLAVE, 2009, p. 353, 367): “Não tem existido gesta mais heroica na história andina que da população local que, dizimada e acossada crescentemente, tanto econômica quanto culturalmente, alcanço manter-se viva... física pura e dura, como na resistência de seus núcleos sociais e suas formas de vida” (GLAVE, 2009, p. 369). “As funções da terra tinham uma hierarquia superposta... muitas funções que foram parte do controle estatal, religioso e particular da nobreza Inca entraram numa nebulosa... surgem as fazendas de comunidade” (GLAVE, 2009, p. 382). A 1606 o *quipu* estava vigente: “se ordenou que mordomos de comunidade e *miches* deram também o *quipu* e contas a seu pedido e que Bergara cumpra com entregar os bens” (GLAVE, 2009, p. 377).

Nestes cenários os *k'arusuyu* não entendiam a relação com o agro, eram uns “zanganos” (GLAVE, 2009, p. 377), pior que o “subdesenvolvimento”, uma realidade próxima à miséria, exploração do homem pelo homem. Seu oportunismo era constante e quase natural: “as chácaras de comunidade se converteram em pastagem do fogo da avarícia dos novos proprietários agrários interessados em ampliar suas posses, a tona com a necessidade crescente de suprimentos nas cidades pela carestia dos mesmos” (GLAVE, 2009, p. 384). O sistema de reciprocidade se misturou dentro do sistema de mercado, porém não desapareceu. A comunalidade logo praticada como “faena”, resultou dum aproveitamento e reconhecimento do *k'arusuyu*, durante o ciclo agrícola (GLAVE, 2009, p. 436, 438), isso pela sua própria ineficiência e incapacidade e seus métodos. A *Mita* resulta um exemplo, frequentemente utilizada (*mita* agrícola e mineira). As relações laborais se acrescentaram em detrimento das relações holísticas. O agro comercial-

¹⁴² Resulta uma questão aberta, pois sob o pensamento ocidental se apropriaram do solo, mais não da terra.

mercantil, seguia numa intensidade variável segundo o lugar (influencia em diferente grau), forte em alguns lugares e débil em outras, dependendo das dinâmicas.

3.2.3.4.2 Um “ar” de comunalidade e reciprocidade: Camélidos

Entre os sécs. XVI e XVII, o “Perú” entra numa etapa manufatureira de caráter “invasivo” concentrada principalmente na Costa¹⁴³. Cevada e trigo se instalam. Pela expansão têxtil, se fundam *obrajes* em zonas a mais de 4,000 metros de altitude, para aproveitar a produção *lanar*, mas, foi na zona Quechua onde mais instalações houveram. Nesse contexto, misturou-se cultivos e pecuária ao serviço da manufatura têxtil (SALAS, 2009, p. 455-456). As ovelhas (invadem o território dos Camélidos) entram no Tahuantinsuyo após 4 ou 6 anos da intrusão, antes utilizava-se unicamente a fibra de Camélidos andinos e continuava sendo utilizada. A lã de ovelha segundo Jose de Acosta, não se aproveitou após a aparição dos obrajes, mesmo assim os Camélidos se mantiveram no espaço (SALAS, 2009, p. 459-460): “até finais do séc. XVI, quando olhamos que a propriedade de estancias é já múltipla. Estas podiam pertencer-lhe aos proprietários de obrajes, a encomenderos, a espanhóis em geral, à igreja, comunidades, *kurakas*, mulheres locais e demais”. Muitos dos que trabalhavam nos obrajes tinham habilidades em atividades no governo Inca, além disso eram obrigados a trabalhar como parte de pago de seu tributo (SALAS, 2009, p. 464). Os encomenderos não entendiam a *reciprocidade andina*, estavam embutidos na imagem medieval da sua sociedade (tinham rol definido por Deús).

A *Llama* continuava transportando alimentos e fazendo companhia. No séc. XVI o transporte era a lhama, cavalo, mula, e os locais. Era muito mais efetiva para as montanhas (SALAS, 2009, p. 465). “Comem ao amanhecer e anoitecer as ervas que lhes oferece a natureza ao longo do caminho e podem permanecer viajando 8 horas diárias, com uma média de 2 a 3 arrobas de carga. Além disso, as lhamas e seus condutores estavam acostumados uns a outros” (SALAS, 2009, p. 466). Pelo indicado não tinham característica dum animal dominado com o pensamento *k’arusuyu* como com o cavalo, mula e outros, motivo pelo qual, o *k’arusuyu* trouxe “seus” animais, para maior exploração dos “recursos”.

¹⁴³ Os tecidos, técnicas e desenhos existiam muito antes, tinham sua própria forma de processamento.

Ao cair a produção mineira, os obrajes tinham maiores investimentos de novos donos. O trabalho produto da mineração incentivou e forçou a separação da presença nas comunidades, pois muitas dos solos do “obraje” eram terras da sua comunidade (muitos casos), tinham que trabalhar, deixando em “descanso”; por tanto, se a produção baixava, tinham que cultivar dentro dos obrajes para alimentar essa população (o pensamento comunal manifestava-se, se mantinham na formação de coletividade dentro dos obrajes). Os obrajes procuravam autossuficiência, focaram-se na produção de sara e trigo para seus trabalhadores, era a ampliação da fazenda (se produziam segundo os pisos ecológicos). A criação de ovelhas se expandiu afincadas em grandes lhanuras altiplanicas e grandes “bolsones” laneros do Bombom, Quito e El Collao (SALAS, 2009, p. 521). As mulas substituíram às lhamas e aos homens (runakuna) os quais transitavam pelo Qhapaq Ñan (SALAS, 2009, p. 515, 520). No séc. XVIII, a lhama e alpaca tiveram grande importância, no séc. XVII estavam com os locais (CHOCANO, 2010, p. 74).

3.2.3.4.3 População, produção e mercado interno

Várias realidades paralelas transitavam no Tahuantinsuyo, com distintas dinâmicas. Em 1689 a porcentagem de *runakuna* de *Canas* e *Canchis*, era 98.2%, em 1786: 89.7% (MÖRNER, 1978, p. 19¹⁴⁴ *apud* CHOCANO, 2010, p. 28), a 1786 havia 39 fazendas (MÖRNER, 1978¹⁴⁵ *apud* CHOCANO, 2010, p. 29). No séc. XVIII, a diversificação da paisagem agraria se mantinha constante: “no entorno das cidades *serranas* (regiões de orografia variável e altitude a mais de 500 metros), a variedade produtiva estava ditada pelo terreno quebrado e suas diferentes altitudes, mas não era raro encontrar cultivos de cana de açúcar, hortaliças, legumes e frutas em certos vales abrigados e próximos a essas urbes... além, a geografia agraria não era estática, pois estava influída pela demanda e pelas mudanças do meio ambiente” (CHOCANO, 2010, p. 36, 38). O condicionamento à mudança climática impedia a formação da monocultura (CHOCANO, 2010, p. 37) de maior tendência na costa.

A propriedade rural no séc. XVIII caracterizava-se por:

¹⁴⁴ MÖRNER, M. *Perfil de la sociedad rural del Cuzco a fines de la colonia*. Lima: Universidad del Pacífico. 1978.

¹⁴⁵ MÖRNER, M. *Perfil de la sociedad rural del Cuzco a fines de la colonia*. Lima: Universidad del Pacífico. 1978.

A propriedade rural adquiria-se por merced real, doação, herança ou compra, e sua exploração se realizava a través da gestão direta do proprietário ou bem indiretamente mediante arrendamentos, atribuições, empiteusis, etc. Existiam proprietários comuns corporativos: igreja, confradias, ordens religiosas e, em certo sentido, o comuns... o comum dos naturais era um ente jurídico ao qual assignava-se lhe uma extensão de terra, acorde à quantidade de seus membros, para que estes pudessem receber parcelas de cultivo com as quais sustentam a suas famílias. Em sentido estrito, os proprietários privados eram os fazendeiros, chacareros, estancieros, etc. Também é possível distinguir entre proprietários laicos e religiosos: os primeiros deviam assumir uma serie de cargas fiscais que aos segundos lhes era mais fácil eludir (o dizimo, por exemplo) (CHOCANO, 2010, p. 40, tradução nossa).

A regularização de acceso à propriedade: *composición de terras*, existia desde o séc. XVI, seguindo os alinhamentos do invasor desde 1692. No séc. XVIII, houve resistência das comunidades locais contra os fazendeiros que pretendiam obter mais solo. O estado operante tinha como objetivo: “não só obter recursos, senão também promover a iniciativa privada na agricultura” (CHOCANO, 2010, p. 41, 42). A existência e continuação do viver antes do *k'arusuyu* era visível (denominado comum de naturais) assim, no acceso ao solo por exemplo: “o comum de locais era uma entidade com multiplicidade de funções: políticas, jurídicas, fiscais, económicas. O comum podia compreender várias subdivisões ou parcialidades (*pachacas, ayllus*). A coroa garantia à comunidade o acesso à terra como ente coletivo, com o fim expresso de que seja útil para o pagamento do tributo e para a manutenção de seus membros. Esta terra era distribuída às unidades domésticas para seu usufruto particular, na sua vez, que se reservavam áreas de uso comum e terras para sua distribuição a novos integrantes” (SALAS, 2009, p. 46).

A comunidade como expressão própria do Tahuantinsuyo, conseguiu-se manter (não se submeteu à reorganização de 1570, fato que nega a continuação dos *Ayllus*). A capacidade de comunidade/comunalidade do *k'arusuyu* era uma falácia (era individualista), salvo para o proveito em benefício próprio, a formação de comunidades é uma consolidação do *Ayllu*. Todos os mecanismos de pressão do *k'arusuyu* fortaleciam a existência das duas (ou mais) realidades. O credito por exemplo, utilizavam-se para financiar atividades exploratórias do campo (financiadas pela igreja), introduzindo nessa roda ao *runa*, para ele puder pagar seus tributos (CHOCANO, 2010, p. 47-50). Tinham impostos à propriedade rural e produção agrícola (alcavala, dízimo e outros). A cana e fabricação de açúcar estava unida a uma agroindústria, os vinhedos (disseminadas pelos jesuítas), a coca nos vales, o tabaco em pouca quantidade (consumido pela população neo-*k'arusuyu* de Lima). A pecuária, se desenvolveu com fins comerciais, geralmente em

propriedades chamadas estancias (CHOCANO, 2010, p. 59, 62, 65, 73). Fenômenos como: sismo, sequias, etc., levaram à perda de cultivos, junto a isso ia surgindo uma agricultura focada na exportação (CHOCANO, 2010, p. 82, 83).

3.2.3.4.4 O Tahuantinsuyo: outra realidade “urbana – rural”

Após a recessão mineira (que dinamizou outras atividades comerciais, cultivos locais, pecuária, comercio local e transatlântico) vem o auge da manufatureira urbana e rural (desde meados do séc. XVII até a segunda metade do séc. XVIII) (QUIROZ, 2010, p. 170).

A produção urbana dependeu do internamento de matérias primas e produtos semielaborados desde o exterior e o campo. Em contraste, a indústria rural esteve muito estreitamente ligada à produção agropecuária local e, inclusive, boa parte se desenvolveu no interior de fazendas e estancias pecuaristas. Desde um início, a produção rural foi o sustento da produção transformadora urbana na moagem, panificação, mantequería, camais e curtumes, mas não nos têxteis, pois o algodão foi erradicado dos vales da costa central” (QUIROZ, 2010, p. 174, tradução nossa).

As rebeliões de 1780 (Túpac Amaru) e de 1814-1815 (irmãos Angulo e Mateo Pumacahua) (QUIROZ, 2010, p. 187), dão continuação da queda e/ou fracasso do não governo do *k'arusuyu*. “A *yanaconización* foi um processo que se consolidou com as medidas tomadas pelo virrei toledo no séc. XVI. A população local alheia às comunidades foi atribuída a fazendas a través da distribuição de parcelas de terreno em troca de prestações de trabalho que incluíam ao campesino *yanaconizado* e a sua família” (QUIROZ, 2010, p. 208).

3.2.3.5 Etapa 4: No não governo: o agro andino segue seu rumo

Parte do não governo foi a presença dos árabes (vindos com os *k'arusuyu*), eles geraram um comercio minorista desordenado, acentuado a 1900. Comerciantes árabes se assentam no Sul, aprendem Quechua e fomentam o ingresso dos campesinos à economia monetária. Em Sicuani pelo *regateo*, se lhes queria expulsar (COSAMÁLON, 2011, p. 70).

3.2.3.5.1 **Política agraria?**

A negação do *k'arusuyu* para entender a realidade andina, levou ao agro andino a continuar segundo sua realidade dentro dum não governo, pois o Inca não estava para governar. O *k'arusuyu* não sabia “trabalhar” a terra, recompensava a seus sequazes e fomentava a apropriação do território por simples ostentação, e por outro, cobrir suas irracionalidades com uma suposta proteção, ou garantir a exploração de mão obra só. A noção de política agraria como direcionamento, se orientava ao agro comercial/mercantil, por encima disso, estava a necessidade de metais, “necessidade” de alimentos (se não fosse comercial, não era de seu interesse) era suprida: “trazida de outros lugares” ou utilizados da produção local. No fomento do comercio, a realidade agraria andina transitava de forma paralela não isolada, seguindo a estrutura agraria do Tahuantinsuyo, salvo a Costa (periferia) por ser território mais “familiar” para o *k'arusuyu*, mantendo-se na Sierra a presença de comunidades, as quais tiveram o agro como seu assunto (COTLEAR, 2010, p. 41). Se a política responde à uma realidade, o do *k'arusuyu* era o ouro e o comercio.

3.2.3.5.2 **Terra, mercado e poder no agro na primeira centúria “republicana”**

A realidade após a migração *k'arusuyu*, teve dinâmicas que transitavam entre várias realidades, segundo o lugar onde se assentavam os migrantes *k'arusuyu*. Nela a diferença de agro comercial para sobreviver e o agro como convivência, se confrontavam.

3.2.3.5.2.1 **Comunidade, propriedade e a outra republica**

No séc. XX a comunidade existe. “Nos inicios do séc. XX se desenvolveu um setor agrário baseado na preponderância duma moderna propriedade laica e costenha, agroexportadora e oligárquica, em meio dum panorama dominado por uma atividade agraria comunal muito debilitada, a quase ausência de presença eclesiástica e, em geral, com condições de terra, propriedade, mão de obra, crédito, produtos e mercados qualitativamente distintas às de cem anos atrás” (ARMAS, 2011). Em 1820 o setor agrário (agrícola pecuário, florestal) mostrava características próprias duma transição a um agro comercial- mercantil por um lado, e por outro um agro andino se fortalecia. As

comunidades da zona andina a diferencia da costa (grande parte), mantinham seu próprio ritmo de vida:

O predomínio das comunidades originárias na sierra e em diversos vales da costa era ainda uma realidade a inícios do séc. XIX. As comunidades, integradas por dezenas ou centenas de famílias encabeçadas por suas autoridades tradicionais, controlavam grandes extensões agrícolas e abundantes pastagens naturais, particularmente nas zonas andinas. Se vivia como em mundos fechados, porém, as comunidades da costa, localizadas próximo dos povoados e rotas de comércio interno, se haviam mestiçado culturalmente e mostravam um interesse crescente por participar no abastecimento das cidades e na produção de artesanatos e outros produtos manufaturados...na sua grande parte, as comunidades, sob todo alto-andinas, viviam numa situação periférica aos mercados, com escassa vinculação com as fazendas, terras e povoados próximos, habitados por mestiços, espanhóis ou crioulos. Com mecanismos de produção e comércio de bens... produziam cereais—trigo ou milho—, tubérculos —como a papa— ou outros produtos, segundo a condição dos solos. Igualmente, dedicavam-se à pecuária, principalmente centrada na cria de camélidos nas zonas altas do Sul, em Puno ou em certos lugares do Cuzco. (ARMAS, 2011, p. 94, tradução nossa).

Em geral existia intercâmbio de produtos (como em tempos do Inca) e uso de moedas (Idem, p. 94) porém, predominava o intercâmbio recíproco. A outra paisagem estava caracterizada por fazendas e chácaras:

Em mãos de grandes e pequenos proprietários: aristocratas crioulos e espanhóis, ordens religiosas, grandes comerciantes e muitos mestiços e originários pequeno-proprietários. Neste âmbito, a hegemonia da fazenda como unidade de produção era mais que evidente, dada a quantidade de terras por ela dominada. As fazendas eram unidades produtivas formadas por algumas centenas de hectares, localizadas nos vales da costa central e sul, ou nos vales cálidos de Huanta ou Huánuco, nos limites com a selva alta, de apenas dezenas ou pouco mais duma centena de hectares no Vale Sagrado do Cuzco, mas formada por várias centenas e até milhares de hectares em outras zonas do país, particularmente, aquelas que possuíam pastagens naturais nas *jalcas* e *punas* andinas (ARMAS, 2011, p. 95, tradução nossa).

Destaca-se que com Bolívar, se considerou a “devolução” de terra dos *runakuna*:

O 4 de julho de 1825, outro decreto de Bolívar dispôs que as terras de curacas e as que haviam usurpado junto com os arrecadadores de tributos, também se incluíram na massa repartível; e que a cada originário se lhe entregara um topo em terras regadas e dois em terras de segundo ordem. Também se declarou que a “propriedade absoluta” dos originários não podia ser sujeita a alienação, é dizer, estava impedida de ser livremente comprada ou vendida até 1850 e nunca para mãos mortas, para que não pudesse voltar a ser vinculada. A data de 1850 estava baseada na crença de, que para esta data, os programas de alfabetização governamental já haveriam alcançado seus frutos e eles poderiam defender plenamente seus direitos para então. Em tempos do governo liberal de La Mar, se promulgou o decreto de 31 de março de 1828 que reafirmou a condição de proprietário e concedeu ao Congresso liberal de aquele ano faculdades para alienar as terras originárias sempre que soubessem ler e escrever. Até o dia de hoje, não existem estudos sólidos que determinem o real impacto destas medidas, mas é consenso entre os estudiosos que, ao longo do

séc. XIX, permitiram um maior avanço da propriedade individual e, particularmente, da grande propriedade terratenente, na sierra e a costa, antes que uma subdivisão do solo e o surgimento dum próspero setor de pequenos agricultores individuais, como foi o desejo do liberalismo primigênio (ARMAS, 2011, p. 111, tradução nossa).

Com a modernização *guanera* (1840 - 1879), surge um marco jurídico para o mercado de solos, consolidação da noção moderna de propriedade individual, a 1855 e 1879, se exportava fibra de alpaca, além da ovelha. O agro comercial estava vinculado ao crédito, a migração temporal entre regiões se mantinha. A 1820, o Perú caracterizava-se por ter seus solos ocupados por fazendas e comunidades (ARMAS, 2011, p. 115, 123, 128, 129).

3.2.3.5.2.2 Entre a guerra do pacífico e a crise de 1929

Após desse período, o agro k'arusuyu ficou devastado, grandes fazendas foram destruídas (ARMAS, 2011, p. 131). A 1895:

La sociedad rural andina en la sierra central y sur que, además del dinamismo del mercado limeño o externo según los casos, estaba viviendo una fuerte presión de la hacienda sobre la comunidad, muestra de la consolidación del régimen de latifundios y del gamonalismo serrano (ARMAS, 2011, p. 132).

Em 1895, Nicolas de Pierola, tira o direito a sufragar dos *runakuna* (Idem, p. 132). Na costa se produz constante mudança de proprietários da terra. O Sul andino apresentava outro cenário:

As exportações de lã¹⁴⁶ de alpaca e ovelha aumentaram até níveis acima das 3 mil toneladas a fins do séc. XIX, em tanto que as vendas de terras dos originários ou de velhos proprietários aumentaram, igualmente, em Puno e Cuzco. Tal incremento foi consequência da atitude dos fazendeiros que, também nesta região, usaram do sistema de colonato ou yanaconaje —termos intercambiáveis em Puno—, como mecanismo para manter e aumentar o pastoreio e a produção de ovelhas e, em menor proporção, de camélidos. Muitos originários, ao vender suas estancias, passavam a converter-se em colonos... dito sistema lhes brindava terras onde cultivar e pastagem onde ter seu gado *huaccho* ou chusco, em troca da entrega das colheitas ou lãs, além de trabalhos servis para o fazendeiro e de pastoreio de seu gado. Por esta última atividade recebiam um salário em espécies: em papa, charqui, coca, álcool. Em muitos poucos casos algumas fazendas pagavam em dinheiro...os fazendeiros não se preocuparam por melhorar a raça de seus animais, cercar as pastagens ou deixar de depender das pastagens naturais. Formas tradicionais de proceder e pouco investimento de capital lhes levaram a acreditar no mecanismo de colonos como o mais adequado para manter e aumentar sua presença no

¹⁴⁶ O termo na época, era erroneamente utilizada para camélidos, o correto é fibra de Alpaca e lã de ovelha.

mercado...o gamonal andino, com suas doses de violência, paternalismo e autoritarismo, terminou por configurar-se na sociedade andina de inícios do séc. XX (BURGA y FLORES-GALINDO, 1991: 19-32; JACOBSEN 1981: 103-115). (ARMAS, 2011, p. 146, tradução nossa).

A crise de 1929 afetou gravemente o setor moderno (a agricultura mercantil), gerando-se tensão social a qual:

Fue menor en las zonas tradicionales andinas, lo que ha sido definido como un silencio campesino, síntoma de la naturaleza moderna de la crisis desatada (ARMAS, 2010, p. 159).

O agro andino, segue paralelo à “nova” república. Nela o agro convencional é instável e em caminho a converter-se em altamente dependente de fatores artificiais externos e condicionada aos contextos locais e globais, como o caso da crise de 1929.

3.2.3.5.2.3 **Entre 1820 – 1930: Guano, Salitre, Mineração e Petróleo, Corrupção, e o outro agro**

O guano, era utilizado pelas civilizações do Tahuantinsuyo e antes dela, tinham suas próprias ilhas definidas, utilizando também posterior à chegada do *k'arusuyu*, os fazendeiros ao tomar conta da sua importância tentaram tirar dos naturais (ROSTWOROWSKI, 1981¹⁴⁷ *apud* MINAM, 2016, p. 176). A exploração convencional como foco mercantil do guano, levou a drásticos impactos aos ecossistemas. Após as guerras de “independência”, os estragos se sentiram no setor agrícola e pecuário convencional (*k'arusuyu*). A mineração recuperou-se a 1830. Em 1840 se desenvolve uma ênfase exportadora, que definia à economia peruana: mineração de prata (DEUSTUA, 2011, p. 165). O guano utilizado no Tahuantinsuyo, foi recentemente considerado num foco mercantil, o *k'arusuyu* não entendia seu uso e fomentou seu abandono junto com outras técnicas agrícolas:

O cronista Pedro Cieza de León em 1558, encontrava-se “próximo do mar na comarca destes vales [de Tarapacá, onde] existem algumas ilhas bem povoadas de lobos marinhos. Os locais vão a elas em balsas: e das rocas que estão nos seus altos trazem grande quantidade de estrume das aves para seus campos de milho e manutenção (ARMAS, 2011, p. 72, tradução nossa).

¹⁴⁷ ROSTWOROWSKI, M. *Recursos naturales renovables y pesca, siglos XVI y XVII*. Lima: IEP. 1981.

Antes do *boom* do guano, a prata e o ouro eram a base da economia mercantil peruana (ARMAS, 2011, p. 169), junto ao salitre, era um abono natural essencial para o desenvolvimento agrícola das economias europeias e norte-americana (ARMAS, 2011, p. 173). Enfatizou um agro de exportação. Nessa, fomentou-se a corrupção e peculado:

Como sostiene Basadre—, la era del guano fue una época de “sultanismo y corrupción”, en la cual desempeñaron un rol central dos —como él los llama— *condottieri* en el mundo de los negocios: el francés Auguste Dreyffus y el estadounidense Henry Meiggs; el primero iba a controlar casi totalmente el negocio del guano, desde 1869 hasta 1874, y el segundo fue el mayor constructor de ferrocarriles en el Perú (ARMAS, 2011, p. 181).

A “nova república” ia mostrando suas deficiências, manteve características primigênicas a cargo do *k'arusuyu*, onde as pré-vendas e proximidade ao Estado outorgavam privilégios sob a competência impessoal dentro do mercado (ARMAS, 2011, p. 181). No séc. XIX o campesino/runa continuava comunicando-se com suas línguas de origem (variantes do quéchua, aimará, etc.), não queriam nem tinham disposição a trabalhar na costa. Após do guano (1860s), veio sem muito impacto o salitre (1870s), para logo retornar à mineração (extração e metais industriais).

A corrupção, surgida da ênfase mercantil, foi difundido e possivelmente originada pelas transnacionais: a “casa de W.R. Grace”. Grace veio a Perú fugindo da crise e fome da papa de 1845 – 1852 (não conseguiram fazer melhorias com a papa, limitando-se a consumi-a), veio ao Perú a trabalhar no abastecimento de barcos guaneros ((ARMAS, 2011, p. 205 - 206). Em quanto a decadência mercantil-capitalista-comercial se apoderava de Lima, o mundo andino seguia seu próprio curso, com ligeiras relações de trabalho temporal ou vendendo lãs (ARMAS, 2011, p. 219), esta última, característica de cuzqueños e puneños a comerciantes arequipeños. A 1900 surge na Costa e empresas, um sonho de “proletarização” (ARMAS, 2011).

3.2.3.5.2.4 1821 – 1930: agro-exportação e agro andino

O comercio no Peru do Tahuantinsuyo, tinha: “feiras regionais e o sistema de aporte doméstico. Os campesinos preferiam as feiras comerciais porque lhes permitiam obter melhores preços por seus produtos e, na sua vez, adquirir outros bens de consumo. A mais famosa de todas as feiras do Sul foi o de Vilque” (MONSALVE, 2011, p. 247).

A *transformação continua encoberta* do Tahuantinsuyo, seguia a partir de seu agro com suas próprias dinâmicas de intercambio, do lado do agro do códice, que veio com a mineração convencional, a aguardente era seu símbolo (MONSALVE, 2011, p. 295) que, distinto da *chicha* (bebida dos Incas) e a *coca*, teve um rol prejudicial. Nas fábricas surgidas em fazendas de produção têxtil: “aos redores da fazenda, os trabalhadores eram campesinos que combinavam ou complementavam suas tarefas agrícolas com o trabalho nas fabricas” (MONSALVE, 2011, p. 271), a relação com o agro distinta do mercantil dominante persiste, destacando que, se bem tinham que produzir para pagar tributos também produziam para consumir. Nessa visão oportunista e codiciosa, surge a cocaína, produto que foi *olhado* como nova oportunidade de industrialização pelos “governantes” de turno (MONSALVE, 2011, p. 273), época do não governo.

No período da dominação da agro exportação, os agroexportadores preferiram em adiante, investir seus ganhos no setor financeiro, não só por considera-o mais rentável, senão também como um mecanismo para influenciar às políticas monetárias (MONSALVE, 2011, p. 283). A nova república (GLAVE, 2009) manteve um total desinteresse, desconhecimento e incapacidade de entender o mundo andino, institucionalizando-se ainda mais, com governos que procuraram refúgio na costa, acentuando o distanciamento e negação dum agro mais sustentável.

3.2.3.5.2.5 A relação com as finanças publicas

Desde a irreal “independência” o tributo dos *runakuna* continuava, o pagava o chefe da família em cada região, o abuso dos novos administradores continuava (SALINAS, 2011, p. 308), posteriormente, em 1847 e 1848, o governo procurou encontrar um justo meio entre taxas tributarias de castas e runakuna: rebaixou as taxas (SALINAS, 2011, p. 310), assim a finais de 1854 a população *rural* é suprimida de tributos. O imposto foi suprimido pela não adequação ao modelo econômico emergente, pois não conseguiam pagar tributos, a outra realidade, seguia sendo desconhecida. O guano, antes utilizado para o agro do Tahuantinsuyo, logo tentado ser apropriado pelos fazendeiros, hoje representava uma nova fonte de ingresso (outra fonte era o salitre), que pela corrupção e péssima administração se desvaneceram.

A crítica como “administração hacendistica” feita por Luis Carranza em 1883 (SALINAS, 2011, p. 398), é o que acontecia. A 1886, Federico More, lamentava o estado

paupérrimo da produção agrícola convencional e decadência da exportação lanera em Puno, reclamando o prefeito de Junin, um tratado de agricultura adequado para a *Sierra* (SALINAS, 2011, p. 399). Se começava a reconhecer e exigir a existência do agro andino em outros termos. Em tanto, na Costa e a sociedade limenha, não capacitada para governar (sociedade isolada e periférica de realidade andina), intentava influir com suas ideias sob o agro comercial/mercantil, mas não conseguiu.

3.2.3.5.3 Agricultura/Agro peruana ou andina?

O agro peruano está contextualizado dentro dum estruturalismo cartesiano, se analisa a partir dum divisão política. Ao contrário do agro andino, resultado dum contínua encoberta aos olhos do *k'arusuyu*, que no período republicano, é a transformação continuada do agro do Tahuantinsuyo, carregando um agro com mais de 20,000 anos a.c., na qual, as relações holísticas de reciprocidade complementar: a convivência total, foram elemento diferenciador, carregando toda uma estrutura de dinâmicas complexas multidimensionais, que a diferença dum enfoque peruano, o andino se estende pelo território do Tahuantinsuyo, que continua sendo alimentado pelo mar e a Amazônia.

No transcurso de 1930 a 1980, as diferenças entre os dois agros se acentuam, não isoladamente, o andino prevalece sob o agro comercial/mercantil, surgindo outro cenário logo da reforma agrária. 1930 – 1956, acelerada migração fomentada pela exportação agropecuária (algodão, açúcar e lã superaram ao cobre), fortalecendo o modelo terratenente (MANRIQUE, 2014, p. 159). Entre 1956-1968, uma crise e agitação no campo e generalização das demandas pela reforma agrária (1956-1964, mobilização campesina cuzqueña e 1965, estalido de guerrilhas e sua repressão). 1969, reforma agrária e luta campesina pela divisão (*parcelacion*) das terras (MANRIQUE, 2014, p. 160).

1920, surge o mal denominado “indigenismo” derivando deste a questão agrária: problema do local e da terra, contradição do campo e sociedade peruana, oposta às fazendas e comunidades campesinas (MANRIQUE, 2014, p. 162). Desde 1910 até 1924 as mobilizações “campesinas” (runakuna e minoria de mestiços) foram reprimidas pelos fazendeiros utilizando aos próprios colonos, polícia e exército. A repressão foi com cumplicidade do “estado”. No Sul, era frequente os campesinos organizados, assim como o *gamonalismo*, também a presença de migrações temporais ou espontâneas produto da modernização de certa agricultura (MANRIQUE, 2014, p. 163).

1930, forte concentração do solo em mãos da “oligarquia” limenha. O crédito era utilizado para fomentar grandes explorações agropecuárias convencionais. 1928, se cria o banco de crédito agrícola, orientado a grandes barões do açúcar e algodão e não orientado aos “outros” produtores da “sierra” (ORREGO, 19--¹⁴⁸ *apud* MANRIQUE, 2014, p. 168). A banca favoreceu a concentração rural e aprofundou as diferenças no campo. 1931: junta de fomento agrícola, mas, pela improvisação fracassou. A desatenção de outros agros foi constante, inclusive no Velasquismo (MANRIQUE, 2014, p. 171). Surge posteriormente o banco agrário, repetindo os problemas anteriores. Os créditos sempre estavam orientados a grandes cultivos, administrados por cooperativas agrárias de produção (CAP) e sociedades agrícolas de interesse social (SAIS) (MANRIQUE, 2014, p. 172).

Os fazendeiros e complexos agroindustriais foram o motivo do impulso da reforma agrária (MANRIQUE, 2014, p. 173), somado à decadência do agro convencional (codicioso) e o acelerado crescimento urbano. A importação de alimentos se orientava a uma sociedade urbanizada e concentrada na costa (MANRIQUE, 2014, p. 176), a *nova república*, seguia paralela à *outra república*, assim com a importação de alimentos pretendia-se competir com as tecnologias dessa (MANRIQUE, 2014, p. 177): não o conseguiram, o reconhecimento dos cultivos andinos foram o primeiro retrato do fracasso da nova república, mesmo com acontecimentos naturais fortes (1957: migração produto da seca em Puno).

Os “políticos” da *nova república*, acreditavam que para “solucionar” os “problemas” agrários tinham que fazer irrigações, procuravam o cooperativismo, sem entender o comunitarismo: “sobre todo aplicando a las comunidades locales que son por su espíritu cooperativas en posibilidad de perfeccionar con la ayuda de la técnica (PRIALÉ, 1960: 65)” (MANRIQUE, 2014, p. 181). O colono (servil) se diferenciava do campesino. Havia uma proletarização limitada na Sierra e mais notória na costa. A capacidade organizativa do “campesino” estava vigente, não tinha nenhum apoio jamais, sempre sob pressão. “Hugo Blanco¹⁴⁹ demostró que los campesinos podían organizar sus propias escuelas y postas médicas... a él le debemos todo, dicen los campesinos” (NEIRA 1964: 97)” (MANRIQUE, 2014, p. 184).

Os gamonales e terratenentes iam abandonando o campo pela falta de rentabilidade do agro comercial/mercantil, e porque já não tinham nas suas mãos a terra

¹⁴⁸ ORREGO P., J.L. *Breve historia de la banca en Lima hasta 1950*. 19--.

¹⁴⁹ Revolucionario peruano, líder campesino e político

(MANRIQUE, 2014, p. 184), houve ênfase no produtivismo e na exportação. Constante migração de capitais do agro para outras atividades. A massiva migração acentuou o abandono do campo. As ideias comunistas ou socialistas tampouco funcionaram, pela centralização no ser humano, com claro ênfase no urbano. Para conviver bem se precisava da terra, estar em relação como a *Pacha*. O pensamento do Tahuantinsuyo estava no ar/atmosfera, pressionado por ideias de esquerda e/ou direita, que não funcionavam: “o campesinado no estava disposto a empreender uma guerra contra o Estado para construir uma sociedade socialista, pois tinha objetivos muito mais concretos” (MANRIQUE, 2014, p. 192).

A cúpula corrupta da sociedade mestiça e crioula, e de terratenentes: *padrinazgo*, era uma trava constante. Foi o próprio campesino (*runa*), quem começou a recuperar as terras no sul andino, abandonadas pelos terratenentes (MANRIQUE, 2014, p. 193, 196).

3.2.3.5.4 Reforma agraria: durante e após

A reforma agraria não beneficiou às comunidades campesinas, apenas a 9% (MANRIQUE, 2014, p. 196), a maioria foi entregue a grupos de campesinos e proprietários individuais. Havia interesses campesinos por parcelar, porém, entregou-se na forma de organizações associativas (SAIS, CAP, EPS) (Ibid). O modelo não funcionou, pela corrupção e péssima administração, que em muitos casos vinham da costa, de cidades, ou eram trabalhadores que estavam antes na direção. As comunidades campesinas, em 1920 tiveram reconhecimento legal só. A partir daí, perseguiam seu reconhecimento, resistido pela estrutura gamonal (MANRIQUE, 2014, p. 205). Em 1972 o número de fazendas e fundos se concentravam em: Cusco (1732), Puno (1417), Lima (1139) e San Martín (1885). Em 1980, 460 comunidades campesinas eram reconhecidas em Puno (15,2%) e 565 em Cusco (18.6%), as mais altas (MANRIQUE, 2014, p. 206).

Posteriormente com as mobilizações campesinas e parcelarias, se deu a base da diversificação produtiva, na costa não mudou muito. O campo a partir de 1980 ainda tinha problemas sem resolver (MANRIQUE, 2014, p. 208, 209). As comunidades campesinas andinas, após a reforma agraria, têm sido protagonistas do desenvolvimento da via campesina antes da via terratenente, sendo dirigidas pelos próprios comuneros. Em nenhum caso tem tido sucesso quando foram dirigidas desde fora: por exemplo o Estado. O regime comunal ainda estava no espaço. Assim, antes e após da reforma agraria, no seio das comunidades existe uma forte presença da noção de defesa da propriedade

comunal, não sendo alheia à mistura da privatização parcial das terras comunais entre os comuneros e o enforcamento associativo do solo. A comunidade campesina por um lado recorre à cooperação para cuidar e reproduzir os bens comunais e do outro lado recorre à competência para levar a cabo produção individual (PALOMINO, 2005, p. 147, 149, 150). A comunidade campesina requiere dum estado que a reconheça e não utilize modelos vindos de fora (MANRIQUE, 2014, p. 153)

3.2.3.5.5 Desde os inícios de 1990 até a atualidade

A partir de 1990, as exportações “não tradicionais”: não comuns, aumentaram; se entra num processo de diversificação produtiva orientada à exportação, acentuada principalmente na Costa, impulsada por medidas neoliberais, se enrola o desenvolvimento agrário no desenvolvimento econômico neoliberal. No entanto, este setor não tradicional agroexportador é minoritário. A orientação ao autoconsumo e mercados locais e regionais ainda é predominante, especialmente na Sierra. O campesinado, ao qual não se reconhece seu agro (da outra república), tem sido objeto de programas sociais assistencialistas e condicionadores a formar consumidores urbanos futuros. Nesse contexto, houve aumento da concentração de solo na costa, em prejuízo dos outros agricultores (EGUREN, 2006, p. 17, 18). A constante pressão de não reconhecer o agro andino que não fosse o comercial/mercantil continua vigente, diversos mecanismos via programas de intervenção são utilizados pelos distintos governos (PETT, SIERRA e SELVA EXPORTADORA, AGROIDEAS, AGRORURAL, convênios com instituições de “cooperação internacional”, etc.). Uma visão produtivista focada em mercados externos ou locais novamente se coloca em tapete. A esse novamente se soma, o fomento da atividade mineira (da nova república), oposto ao agro andino.

4. Considerações finais

Entender o espaço andino resulta desde sua convivência um desafio quando se pensa desde o convencionalismo. Neste tempo, de mudanças constantes e necessidades de apontar ao desenvolvimento sustentável produto da emergência do “desenvolvimento” dominante, as visões de desenvolvimento devem estende-se e sair do convencionalismo aceitando outras visões institucionalizadas segundo o espaço entrando em inter-relações e diálogos, o agro andino contextualiza uma dessa outras visões.

Como foi manifestado nos debates o agro andino continuamente tem inumeráveis intentos para entende-o, sendo focalizado seu análise num espaço disciplinar, sendo que uma característica dela é o interdisciplinar e o transdisciplinar, resultando isso no reconhecimento da heterogeneidade e diversidade do espaço que leva a um entendimento complexo requerendo partir das bases epistemológicas do mundo andino, saindo do espaço convencional. No capítulo 2 complementa-se as ideias ao analisar a agricultura do migrante ao Tahuantinsuyo, focado estritamente numa visão produtivista o que limita o entendimento do agro andino. Esse choque de dois mundos mante-se até agora, (re) manifestando-se hoje com maior interesse produto das emergências do desenvolvimento convencional.

As políticas agrarias no contexto do desenvolvimento sustentável no mundo exigem uma visão não produtivista nem centralizando ao ser humano. Exigem recorrer a outros agros para encontrar resultados de longo prazo. Pensar um agro como política pública saindo duma política agraria focada numa agricultura e entrando num agro, exige entrar a realidades concretas que podem levar a uma continuação, fortalecimento ou substituição de visões de desenvolvimento.

Entender o Andino implica entender o Tahuantinsuyo, e entrar nesse espaço-tempo continuo com suas próprias dinâmicas que continua e se confronta com a visão do migrante k'arusuyu, ambos em um cenário de complexidades, onde as relações de produção em estrito e relações de convivência se confrontam, tanto dentro do espaço andino e fora dele, pois, o andino tem transitado fora, por tanto, requiere um melhor entendimento.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. El buen vivir, una oportunidad para construir. **Ecuador Debate**. n. 75, p. 33-48, 2008. Disponível em: <<http://repositorio.flacsoandes.edu.ec/bitstream/10469/4162/1/RFLACSO-ED75-03-Acosta.pdf>>. Acesso em 20 set. 2016.

AGREDA, Victor. Criterio de la tipificación de pequeños productores de finca. In: SEMINARIO DE AGRICULTURA ANDINA; UNIDAD Y SISTEMAS DE PRODUCCIÓN: dialogo entre ciencias agrarias y ciencias sociales, 220., 1990, Lima. **Conferencias...**Lima: IFEA, UNALM. Ed. HORIZONTE, 1990. Disponível em: <http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_7/b_fdi_03_01/31596.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2016

AGUIRRE A. Francisco. Tipologías campesinas para la intervención técnica. In: SEMINARIO DE AGRICULTURA ANDINA; UNIDAD Y SISTEMAS DE PRODUCCIÓN: dialogo entre ciencias agrarias y ciencias sociales, 247., 1990, Lima. **Ponencias...**Lima: IFEA, UNALM. Ed. HORIZONTE, 1990. Disponível em: <http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_7/b_fdi_03_01/31596.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2016

ALBÓ, Xavier (2011). Suma Qamaña = convivir bien. ¿Cómo medirlo?. In: FARAH, H I.; VASAPOLLO, L. **Vivir bien: ¿Paradigma no capitalista?**. CIDES – UMSA. OXFAM. Plural Editores, 2016. La Paz. Disponível em: <<http://www.bivica.org/upload/vivir-bien-paradigma.pdf#page=125>>. Acesso em: 20 set. 2016

ALZA ARAUJO, Miguel. Una visión sistémica de la situación de la pequeña parcela en la crisis económica: El caso del Valle del Chíncha - La Molina. In: SEMINARIO DE AGRICULTURA ANDINA; UNIDAD Y SISTEMAS DE PRODUCCIÓN: dialogo entre ciencias agrarias y ciencias sociales, 404., 1990, Lima. **Ponencias...**Lima: IFEA, UNALM. Ed. HORIZONTE, 1990. Disponível em: <http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_7/b_fdi_03_01/31596.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2016

ALCANTARA SANTILLAN, Miguel Angel; DIEZ MATA LLANA, Ramon. Las unidades productivas de los parceleros del valle de cañete (1). In: SEMINARIO DE AGRICULTURA ANDINA; UNIDAD Y SISTEMAS DE PRODUCCIÓN: dialogo entre ciencias agrarias y ciencias sociales, 298., 1990, Lima. **Ponencias...**Lima: IFEA, UNALM. Ed. HORIZONTE, 1990. Disponível em: <http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_7/b_fdi_03_01/31596.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2016

ARANA, Efrain (1990). Un sistema de producción andino predominantemente de autoconsumo. Evolución y crisis. In: SEMINARIO DE AGRICULTURA ANDINA; UNIDAD Y SISTEMAS DE PRODUCCIÓN: dialogo entre ciencias agrarias y ciencias sociales, 132., 1990, Lima. **Ponencias...**Lima: IFEA, UNALM. Ed. HORIZONTE, 1990. Disponível em: <http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_7/b_fdi_03_01/31596.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2016

ARIÉ, Rachel. España Musulmana (Siglos VIII - XV). In: **Historia de España**: 1 ed. Barcelona: Labor, 1983. p. 553.

ARMAS, Asín Fernando. Tierras, mercados y poder: el sector agrario en la primera centuria republicana. In: _____. **Compendio de historia economía del Perú: Economía de la primera centuria independiente** (Tomo IV). 1 ed. Lima: BCRP, IEP, 2011. p: 94-164.

ASSADOURIAN, Carlos Sempat (2005). Agricultura y tenência de la tierra antes y después de la conquista. **Población & Sociedad**, Argentina, v. 12-13, n. 1, p. 3-56, 2005. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=386939739001>>. Acesso em: 14 jun. 2016

CIEZA DE LEON. **La crónica del Perú**. Editora Espasa-Calpe, Buenos Aires. 1945.

ASSIMOV, Issac. **La formación de Inglaterra**. Editorial Alianza, Madrid. 1994.

BACA, Epifanio. Las transformaciones de las economías campesinas de la sierra sur del Perú. CBC. In: SEMINARIO DE AGRICULTURA ANDINA; UNIDAD Y SISTEMAS DE PRODUCCIÓN: diálogo entre ciencias agrarias y ciencias sociales, 371., 1990, Lima. **Ponencias...**Lima: IFEA, UNALM. Ed. HORIZONTE, 1990. Disponível em: <http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_7/b_fdi_03_01/31596.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2016

BANDELIER, Adolfo F.; CLAROS, Arispe Edwin (2011). La Cruz de Carabuco en Bolivia (1897). Universidad Católica Boliviana. **Ciencia y Cultura**, La Paz, n. 27, p. 165-188, 2011. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/4258/425839840008.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

BARIÉ, Cletus Gregor (2014). Nuevas Narrativas constitucionales en Ecuador y Bolivia: el buen vivir y los derechos de la naturaleza. **Latinoamerica: Revista de estudios latino-americanos**, n. 59, p. 9-40, 2014. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1665857414717247>>. Acesso em: 23 jul. 2016

BAUDIN, Louis. **El imperio socialista de los Incas**. Ed. Zig-Zag. Universidad de Virginia, 1962.

BEY, Marguerite. La dinámica del cambio comunal: un enfoque desde las estrategias familiares de reproducción. Interamerican Foundation, c/o GREDES. In: SEMINARIO DE AGRICULTURA ANDINA; UNIDAD Y SISTEMAS DE PRODUCCIÓN: diálogo entre ciencias agrarias y ciencias sociales, 101., 1990, Lima. **Ponencias...**Lima: IFEA, UNALM. Ed. HORIZONTE, 1990. Disponível em: <http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_7/b_fdi_03_01/31596.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2016

BIZARRIA, Maria Teresa Braga. **Bem-viver (Suma-Qamaña) e o neoextrativismo na Bolívia: o caso TIPNIS**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em

Relações Internacionais, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/72755>>. Acesso em: 29 de out. 2016.

BONFILL, B. Guillermo. Etnodesarrollo: sus premisas jurídicas, políticas y de organización. In: **Obras escogidas de Guillermo Batalla** (Tomo 2). México: INAH/INI, 1982. 464-480. Disponível em: <http://recursos.udgvirtual.udg.mx/biblioteca/bitstream/20050101/1269/2/El_etnode_sarrollo.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2016.

BONFILL, Guillermo. La teoría del control cultural en el estudio de procesos étnicos. **Estudios sobre las Culturas Contemporáneas**, Universidad de Colima. México, v. 4, n. 12, p. 165-204, 1991. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/316/31641209.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2016

BROWITT, Jeff. La teoría decolonial: buscando la identidad en el mercado académico. **Cuadernos de Literatura**, Colombia, v. XVIII, n. 36, p. 25-46, 2014. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/4398/439843033003.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

CALAGUA CHEVEZ, Martha; CALAGUA CHEVEZ, Daniel. Análisis de la evolución de la tenencia de tierra en el Perú: una aproximación para entender la unidad de producción y el sistema de producción. In: SEMINARIO DE AGRICULTURA ANDINA; UNIDAD Y SISTEMAS DE PRODUCCIÓN: diálogo entre ciencias agrarias y ciencias sociales, 402., 1990, Lima. **Ponencias...**Lima: IFEA, UNALM. Ed. HORIZONTE, 1990. Disponível em: <http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_7/b_fdi_03_01/31596.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2016

CALAGUA CHEVEZ, Daniel; CALAGUA CHEVEZ, Martha (1990). Evolución y Modernización de las Unidades de Producción. In: SEMINARIO DE AGRICULTURA ANDINA; UNIDAD Y SISTEMAS DE PRODUCCIÓN: diálogo entre ciencias agrarias y ciencias sociales, 431., 1990, Lima. **Taller e Debates...**Lima: IFEA, UNALM. Ed. HORIZONTE, 1990. Disponível em: < http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_7/b_fdi_03_01/31596.pdf >. Acesso em: 15 jun. 2016

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón. **Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterarquico**. Siglo del Hombre Editores, 2007.

CHOCANO, Magdalena. Población, Producción Agraria y Mercado Interno, 1700-1824. In: _____. **Compendio de historia economía del Perú: Economía del periodo Colonial tardío** (Tomo III). 1 ed. Lima: BCRP, IEP, 2010. p: 19 - 101.

CHONCHOL, Jacques. **Sistemas Agrarios en America Latina. De la etapa prehispánica a la modernización conservadora**. Fondo de Cultura Economica. 1994.

CLARCK, George. **La Europa moderna 1450 – 1720**. Fondo de Cultura Economica. México. 1954.

CONDOR, Carlos (1990). Lo social y lo cultural: variación de la composición familiar en las comunidades campesinas de Tongos Yanacancha y Huarista. In: SEMINARIO DE AGRICULTURA ANDINA; UNIDAD Y SISTEMAS DE PRODUCCIÓN: diálogo entre ciencias agrarias y ciencias sociales, 130., 1990, Lima. **Ponencias...**Lima: IFEA,

UNALM. Ed. HORIZONTE, 1990. Disponível em: <http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_7/b_fdi_03_01/31596.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2016

COSAMALÓN AGUILAR, Jesús A. Población y mercado laboral, 1827-1940. In: _____. **Compendio de historia economía del Perú: Economía de la primera centuria independiente** (Tomo IV). 1 ed. Lima: BCRP, IEP, 2010. p: 19 – 91.

COMISION DE LA VERDAD – CVR (Peru). **Informe Final**. Lima, 2003. Disponível em: <<http://www.cverdad.org.pe/ifinal>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

DALE, Carroll; GASTELLU, Jean-Marc; VALER, Luis (1990). Familia, Comunidad Campesina y Unidad de Producción en el Peru. In: SEMINARIO DE AGRICULTURA ANDINA; UNIDAD Y SISTEMAS DE PRODUCCIÓN: dialogo entre ciencias agrarias y ciencias sociales, 440., 1990, Lima. **Elementos de reflexão...**Lima: IFEA, UNALM. Ed. HORIZONTE, 1990. Disponível em: <http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_7/b_fdi_03_01/31596.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2016

DÁVALOS, Pablo. Comentario: El Sumak Kawsay (buen vivir) y la crítica a la teoría económica como ideología. **Polémika**, Ecuador, v. 7, n. 11, p. 17-31, 2011. Disponível em: <<http://revistas.usfq.edu.ec/index.php/polemika/article/view/395>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

DE HERRERA, Gabriel Alonso. **Agricultura General**. Corregida según el texto original de la primera edición publicada en 1513 por el mismo autor y adicionada por la Real Sociedad Económica Matritense. Tomo I. Madrid - Imprenta Real. 1818.

DE HERRERA, Gabriel Alonso. **Agricultura General**. Corregida según el texto original de la primera edición publicada en 1513 por el mismo autor y adicionada por la Real Sociedad Económica Matritense. Tomo III. Madrid - Imprenta Real. 1819.

DE SOUSA, Boaventura Santos. **Descolonizar el saber, reinventar el poder**. Universidad de la Republica. Ediciones Trilce, 2010. Disponível em: http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Descolonizar%20el%20saber_final%20-%20C3%B3pia.pdf>. Acesso em: 24 set. 2016.

DEUSTUA C., José R. Guano, salitre, minería y petróleo en la economía peruana, 1820-1930. In: _____. **Compendio de historia economía del Perú: Economía de la primera centuria independiente** (Tomo IV). 1 ed. Lima: BCRP, IEP, 2011. p: 165 - 237.

EGUREN, Fernando. Reforma Agraria y Desarrollo rural en el Perú. **CEPES**: Centro Peruano de Estudios Sociales. p. 11 – 32, 2006. Disponível em: <http://www.ruralfinanceandinvestment.org/sites/default/files/1248203802936_01_eguren_peru.pdf>. Acesso em: 30 set. 2016.

ERESUE, Michel; HERVE Dominique. Diversidad y sus Percepciones. In: SEMINARIO DE AGRICULTURA ANDINA; UNIDAD Y SISTEMAS DE PRODUCCIÓN: dialogo entre ciencias agrarias y ciencias sociales, 457., 1990, Lima. **Elementos de**

reflexão...Lima: IFEA, UNALM. Ed. HORIZONTE, 1990. Disponível em: <http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_7/b_fdi_03_01/31596.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2016

ESCOBARI DE QUEREJAZU, Laura. **Caciques, Yanaconas y Extravagantes, la sociedad colonial en charcas en S. XVI-XVIII**. Instituto Frances de Estudios Andinos (IFEA). 1995.

ESPINOZA, Oscanoa Jesus. “Turpui-Chasqui”: Un estilo de comunicación agraria. In: SEMINARIO DE AGRICULTURA ANDINA; UNIDAD Y SISTEMAS DE PRODUCCIÓN: dialogo entre ciencias agrarias y ciencias sociales, 279., 1990, Lima. **Ponencias...**Lima: IFEA, UNALM. Ed. HORIZONTE, 1990. Disponível em: <http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_7/b_fdi_03_01/31596.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2016

ESPONIZA SORIANO, Waldemar. Migraciones internas en el Reino Qolla, Tejedores, Plumereros y Alfaferos del Estado Imperial Inca. **Revista Chungará**, Universidad de Tarapaca – Chile, n.19, p. 243 – 289, 1987. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/27801933>>. Acesso em: 10 jun. 2016

ESPINOZA SORIANO, Waldemar. Economía Política y doméstica del Tahuantinsuyo. In: _____. **Compendio de historia economía del Perú: Economía prehispánica** (Tomo I). 1 ed. Lima: BCRP, IEP, 2008. p: 315-427.

ETESSE, Grégoire. Primera aproximación a la problemática del desarrollo en la micro región andino central de Piura. In: SEMINARIO DE AGRICULTURA ANDINA; UNIDAD Y SISTEMAS DE PRODUCCIÓN: dialogo entre ciencias agrarias y ciencias sociales, 170., 1990, Lima. **Conferencias...**Lima: IFEA, UNALM. Ed. HORIZONTE, 1990. Disponível em: <http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_7/b_fdi_03_01/31596.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2016

FERNANDEZ, Maria E. La organización de la producción en sistemas de producción de comunidades campesinas altoandinas. In: SEMINARIO DE AGRICULTURA ANDINA; UNIDAD Y SISTEMAS DE PRODUCCIÓN: dialogo entre ciencias agrarias y ciencias sociales, 117., 1990, Lima. **Ponencias...**Lima: IFEA, UNALM. Ed. HORIZONTE, 1990. Disponível em: <http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_7/b_fdi_03_01/31596.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2016

FIELD, Leonard. Optimización de Recursos en los Andes. Ecuador. In: SEMINARIO DE AGRICULTURA ANDINA; UNIDAD Y SISTEMAS DE PRODUCCIÓN: dialogo entre ciencias agrarias y ciencias sociales, 256., 1990, Lima. **Ponencias...**Lima: IFEA, UNALM. Ed. HORIZONTE, 1990. Disponível em: <http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_7/b_fdi_03_01/31596.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2016

FRANCO TEMPLE, Eduardo. Cambios microregionales, cambios en los sistemas y unidades de producción: La Sierra Central De Piura. CIPCA. In: SEMINARIO DE AGRICULTURA ANDINA; UNIDAD Y SISTEMAS DE PRODUCCIÓN: dialogo entre ciencias agrarias y ciencias sociales, 318., 1990, Lima. **Ponencias...**Lima: IFEA, UNALM. Ed. HORIZONTE, 1990. Disponível em: <

http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_7/b_fdi_03_01/31596.pdf >. Acesso em: 15 jun. 2016

GARCIA SANZ, Angel; SANZ FERNANDEZ, Jesús. **Reformas políticas y agrarias em la historia de España; de la ilustración al primer franquismo**. Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación. Secretaria general técnica. Madrid. 1996.

GONZALES DE OLARTE, Efrain. Familia comunera y comunidad campesina. Unidades económicas complementarias (1). In: SEMINARIO DE AGRICULTURA ANDINA; UNIDAD Y SISTEMAS DE PRODUCCIÓN: dialogo entre ciencias agrarias y ciencias sociales, 95., 1990, Lima. **Conferencias...**Lima: IFEA, UNALM. Ed. HORIZONTE, 1990. Disponível em: < http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_7/b_fdi_03_01/31596.pdf >. Acesso em: 30 jun. 2016

GIL DELGADO, Jose Miguel; CABALLERO ARMAS, Wilfredo. La diversificación de las unidades agropecuarias en la definición de estrategias de generación y transferencia de tecnología. In: SEMINARIO DE AGRICULTURA ANDINA; UNIDAD Y SISTEMAS DE PRODUCCIÓN: dialogo entre ciencias agrarias y ciencias sociales, 193., 1990, Lima. **Conferencias...**Lima: IFEA, UNALM. Ed. HORIZONTE, 1990. Disponível em: < http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_7/b_fdi_03_01/31596.pdf >. Acesso em: 15 jun. 2016

GIRÓN, Alicia. Editorial: “Sumak Kawsay” una lección de desarrollo para los espacios marginados de nuestra América Latina. **Revista de Problemas del Desarrollo**, n. 176, v. 45, 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.unam.mx/index.php/pde/article/view/43804/39684>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

GLICK, Thomas F. **Cristianos y Musulmanes en la España Medieval (711-1250)**. Serie: Historia. Editorial Alianza Madrid. Título original: Islamic and Christian Spain in the Early Middle Ages. 1991.

GLAVE, Luis Miguel (2010). Propiedad de la tierra, agricultura y comercio, 1570-1700: el gran despojo. In: _____. **Compendio de historia economía del Perú: Economía del periodo colonial temprano** (Tomo II). 1 ed. Lima: BCRP, IEP, 2009. p. 313-446.

GUARDIOLA, Jorge; GARCÍA-QUERO, Fernando. Buen Vivir (living well) in Ecuador: Community and environmental satisfaction without household material prosperity?: *Methodological and Ideological Options*. **Ecological Economics**, v. 107, p. 177–184, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.ecolecon.2014.07.032>>. Acesso em 12 jun. 2016.

GUAMAN POMA, F. Nueva coronica y buen gobierno. 1613. Editorial Biblioteca Ayacucho. Transicao, prologo, notas e cronologia: Franklin Pease García. Tomo I - II Disponível em: <http://www.bibliotecayacucho.gob.pe/index.php?id=97&backPID=96&swords=poma&tt_products=75>. Acesso em 10 jan. 2016.

GUDYNASS, Eduardo; ACOSTA, Alberto. **El buen vivir, más allá del desarrollo**. DESCO. QUEHACER, 2008. p: 70-81. Disponível em:

<http://www.desco.org.pe/sites/default/files/quehacer_articulos/files/11_Gudynas_181.pdf>. Acesso em: 24 dez. 2015.

GUANDINANGO VINUEZA, Yuri Amaya. **Sumak Kawsay – buen vivir: comprensión teórica y práctica vivencial comunitaria, aportes para el ranti ranti de conocimientos**. 2013. Dissertação (Mestrado em estudos socio-ambientales). Faculdade Latinoamericana de Ciencias Sociais, Quito. 2013.

GROSGOUEL, Ramon; MIGNOLO, Walter. Intervenciones Descoloniales: una breve introducción. **Tabula Rasa**, n. 9, p. 29-37, 2008. Disponível em: <www.scielo.org.co/pdf/tara/n9/n9a03.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2016.

GROSGOUEL, Ramon. Hacia un pluriversalismo transmoderno decolonial. **Tabula Rasa**, n. 9, p. 199-215, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-24892008000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 jul. 2016.

HERNANDEZ, Temistocles; LALAMA, Agustin. Aspectos de Tecnología Agrícola Andina. In: Serrano V; Gordillo, R.; Guerra, S.; Naranjo, M.; Costales, P. e A.; Paredes, I.; Astudillo, L. **Ciencia Andina**, CEDECO - Abya Yala. 2 ed. Quito, 1997. p. 331 – 350. Disponível em: <https://books.google.com.pe/books?id=SaIXHM6vR1wC&pg=PA355&lpg=PA355&dq=Aspectos+de+Tecnolog%C3%ADa+Agr%C3%ADcola+Andina&source=bl&ots=g0pMBQqN9T&sig=5B5byVioqp4Ct--820UduevcxHI&hl=es-419&sa=X&ved=0ahUKEwj-6fz7jZLZAhUtrVkkHfKwAosQ6AEIPTAG#v=onepage&q=Aspectos%20de%20Tecnolog%C3%ADa%20Agr%C3%ADcola%20Andina&f=false>. Acesso em: 24 jun. 2016.

HIDALGO-CAPITÁN, Antonio Luis; CUBILLO-GUEVARA, Ana Patricia. Seis debates abiertos sobre el Sumak Kawsay. **ÍCONOS**, n. 48, p. 25-40, 2013. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=50929704002>>. Acesso em: 19 jun. 2016.

HUACARPUMA CARDENAS, Delfín. Estudio del sistema pastoril de camélidos en condoroma: tras casos de manejo de un distrito – Cusco. In: SEMINARIO DE AGRICULTURA ANDINA; UNIDAD Y SISTEMAS DE PRODUCCIÓN: dialogo entre ciencias agrarias y ciencias sociales, 261., 1990, Lima. **Ponencias...** Lima: IFEA, UNALM. Ed. HORIZONTE, 1990. Disponível em: <http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_7/b_fdi_03_01/31596.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2016

HURTADO, Isabel; MESCLIER, Évelyne; PUERTA, Mauricio; DELER, Jean-Paul. **Atlas de la Región Cusco: Dinámicas del espacio en el sur peruano**. 1997. Documento do IFEA (Instituto Frances de Estudios Andinos). Disponível em: <<http://books.openedition.org/ifea/7022>>. Acesso em: 20 out. 2016.

KAULICKE, Peter. La economía en el período formativo. In: _____. **Compendio de historia economía del Perú: Economía prehispánica** (Tomo IV). 2 ed. Lima: BCRP, IEP, 2010. p: 137 - 232.

LUMBRERAS, Luis Guillermo. Los orígenes de la sociedad andina. In: _____. **Compendio de historia economía del Perú: Economía prehispánica** (Tomo I). 1 ed. Lima: BCRP, IEP, 2010. p: 23-136.

MANRIQUE, Nelson. Historia de la agricultura peruana, 1930-1980. In: _____. **Compendio de historia economía del Perú: La economía peruana entre la gran depresión y el reformismo militar** (Tomo V). 1 ed. Lima: BCRP, IEP, 2014. p: 159-215

MOLAS RIBALTA, Pere. **Edad Moderna (1474-1808): Manual de Historia de España 3**. 2 ed. 20 - XII. Editorial Espasa-Calpre. Madrid. 1989.

MONSALVE, Marti. Industria y mercado interno, 1821-1930. In: _____. **Compendio de historia economía del Perú: Economía de la primera centuria independiente** (Tomo IV). 1 ed. Lima: BCRP, IEP, 2011. p: 241 - 301

MORLON, P.; BOURLIAUD, J.; RÉAU, R.; HERVÉ, D. Una herramienta, un simbolo, un debate: la "chaquitacla" y su persistencia en la agricultura andina. In: _____. **Comprender la agricultura campesina en los Andes Centrales** (Tomo 96 de la serie Travaux de l'Institut Français d'Études Andines) y al número 6004-Ecología y Desarrollo del Centro de Estudios Regionales Andinos «Bartolomé de las Casas». CBC – IFEA. 1996. Cap. 1, p. 38 - 83.

MURO, ELSA. **CONICET**. Agricultura Sostenible, 19--. Disponible em: <<https://www.mendoza-conicet.gob.ar/portal/enciclopedia/terminos/AgriSos.htm>>. Acceso em: 23 jun. 2016.

NAVARRO, José A. **Propiedad y reforma agraria**. Prólogo de Pietro Barcellona. Al Estado de la cuestión, Editorial Comares. 1 ed. 1996.

NOEJOVICH, Héctor O. La transición del sistema prehispánico al sistema económico colonial. In: _____. **Compendio de historia economía del Perú: Economía del periodo colonial temprano** (Tomo II). 1 ed. Lima: BCRP, IEP, 2009. p: 13-108.

PACHACUTI, Y. S., S. C. **Relación de las antigüedades deste reyno del Pirú**. 1613. Disponible em: <<http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000087346&page=1>>. Acceso em: 23 abr. 2016.

PALOMINO MOLINA, Alberto. La cuestión agraria después de la reforma agraria de 1969. **Pensamiento Crítico**, v. 4, p. 129 – 153, 2005. Disponible em: <http://sisbib.unmsm.edu.pe/bibvirtualdata/publicaciones/pensa_critico/2005_n4/a08.pdf>. Acceso em: 23 mai. 2016.

PEREZ ZAVALA, Carlos. Arturo Andres Roig y el pensamiento decolonial. **Utopia y Praxis Latinoamericana**, v. 17, n. 59, 2012.

POZO, Katherine. **Comunidades Campesinas en la región Cusco**. Asociación SER, 2010.

QUESADA CASTILLO, Félix. Lenguaje y cognición en la cosmovisión andina. **Letras**. Año LXXV, p. 107 – 108, 2004.

QUIJANO, Aníbal. “Bien vivir”: entre el “desarrollo” e la des/colonialidad del poder. In: _____, Pensamiento y prácticas de(s)/coloniales. **Viento Sur**, n. 122, p. 1 – 11, 2012. Disponível em: <https://www.vientosur.info/IMG/pdf/VS122_A_QUIJANO_BIENVIVIR---.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2016.

QUIROZ, Francisco. Industria urbana y rural en el Perú colonial tardío. In: _____. **Compendio de historia economía del Perú: Economía del periodo colonial tardío** (Tomo III). 1 ed. Lima: BCRP, IEP, 2010. p: 169 - 222.

RADCLIFFE, Sarah A. Development for a postneoliberal era? Sumak kawsay, living well and the limits to decolonisation in Ecuador. **Geoforum**, v. 43, n. 2, p. 240–249, 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.geoforum.2011.09.003>>. Acesso em: 07 abr. 2016.

RENARD, CASEVITZ F.M.; SAIGNES, TH.; TAYLOR, A. C. **Al Este de los Andes: Relaciones entre las sociedades amazónicas y andinas entre los siglos XV y XVII**. Ed. Abya Yala y IFEA (Instituto de Estudios Andinos), 1988.

REA RODRIGUEZ, Carlos R. Repensando la relación entre decolonialidad y hegemonía. Instituto de Ciencias Sociales y Administración. **Noesis**, v. 24, p. 39-53, 2015.

REVISTA NOMADAS. **El giro decolonial, reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Editorial Universidad Central-IESCO-Pontificia universidad Javeriana-Instituto PENSAR e siglo del Hombre editores. p. 207, 2007.

RIU RIU, Manuel. **Edad Media (711 - 1500): Manual de historia de España 2**. Editorial ESPASA-CALPE, S.A. 1989.

ROMERO, Hugo. Llamas, mitos y ciencia en el mundo andino. **Revista de Ciencias Sociales**, n. 13, p. 74-98, 2003. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/708/70801307.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

ROMUALDO, Alejandro. **Canto coral a Tupac Amaru, que es la libertad**. Edición extraordinaria. 1958. Disponível em: <https://es.wikipedia.org/wiki/Canto_coral_a_T%C3%BApac_Amaru,_que_es_la_libertad>. Acesso em: 23 set. 2016

RÖSING, Ina. La fiesta de todos los santos en una región Andina: El caso de los “médicos Callawayas”. **Allpanchis: Religiosidad Andina**, v. 32, p. 43-72, 1988.

ROSTOROWSKI, Maria. **Pachacutec, Inca Yupanqui**. Instituto de Estudios Peruanos. 2017.

ROUX, Jean-Claude. Nuevos terratenientes y campesinado informal en la sierra central de Piura. In: SEMINARIO DE AGRICULTURA ANDINA; UNIDAD Y SISTEMAS DE PRODUCCIÓN: dialogo entre ciencias agrarias y ciencias sociales, 292., 1990, Lima. **Ponencias...**Lima: IFEA, UNALM. Ed. HORIZONTE, 1990. Disponível em: <

http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_7/b_fdi_03_01/31596.pdf >. Acesso em: 15 jun. 2016

SAIGNES, Thierry. **Los Andes orientales: historia de um olvido**. CERES - IFEA (Instituto Frances de Estudios Andinos. 1985.

SAINTENOY, Thibault. Arqueología de las Llaqtas del valle del Apurímac: contribución al estudio de la territorialidad de las comunidades aldeanas serranas en los andes prehispánicos. **Chungara**, v. 48, n. 2, p. 147-172, 2016.

SAMUDIO, Azucena. Economía campesina frente al cambio climático. Colombia. In: SEMINARIO DE AGRICULTURA ANDINA; UNIDAD Y SISTEMAS DE PRODUCCIÓN: dialogo entre ciencias agrarias y ciencias sociales, 353., 1990, Lima. **Ponencias...**Lima: IFEA, UNALM. Ed. HORIZONTE, 1990. Disponível em: <http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_7/b_fdi_03_01/31596.pdf >. Acesso em: 15 jun. 2016

SANCHEZ-ALBORNOZ, Nicolas. **Territorio y etnia**. La comunidad indígena de Santa Cruz, de Oruro (Collao) en 1604, 1989. New York University. *Historia Mexicana*. Vol. 39 (1): 167-179.

SANCHEZ ENRIQUEZ, Rodrigo. Evolución de los sistemas de producción en las comunidades andinas. In: SEMINARIO DE AGRICULTURA ANDINA; UNIDAD Y SISTEMAS DE PRODUCCIÓN: dialogo entre ciencias agrarias y ciencias sociales, 339., 1990, Lima. **Conferencias...**Lima: IFEA, UNALM. Ed. HORIZONTE, 1990. Disponível em: <http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_7/b_fdi_03_01/31596.pdf >. Acesso em: 15 jun. 2016

SANDOVAL, Rodrigo. La experiencia de SEMTA en el apoyo a sistemas de producción y en los sistemas de información sobre actividades productivas a nivel comunal y familiar. In: SEMINARIO DE AGRICULTURA ANDINA; UNIDAD Y SISTEMAS DE PRODUCCIÓN: dialogo entre ciencias agrarias y ciencias sociales, 163., 1990, Lima. **Ponencias...**Lima: IFEA, UNALM. Ed. HORIZONTE, 1990. Disponível em: <http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_7/b_fdi_03_01/31596.pdf >. Acesso em: 14 jun. 2016

SANTILLANA, Julián I. Economía prehispánica en el área andina (período intermedio temprano, horizonte medio y período intermedio tardío). In: _____. **Compendio de historia economía del Perú: Economía prehispánica** (Tomo I). 2 ed. Lima: BCRP, IEP, 2010. p: 213-314.

SALAS OLIVARI, Miriam. Manufacturas y precios en el Perú colonial, la producción textil y el mercado interno, siglos XVI y XVII. In: _____. **Compendio de historia economía del Perú: Economía del periodo colonial temprano** (Tomo II). 1 ed. Lima: BCRP, IEP, 2009. p: 447 – 538.

SALAZAR-SOLER, Carmen (2009). Minería y moneda en la época colonial temprana. In: _____. **Compendio de historia economía del Perú: Economía del periodo colonial temprano** (Tomo II). 1 ed. Lima: BCRP, IEP, 2010. p: 109-228.

SALINAS, Alejandro (2010). Finanzas públicas. In: _____. **Compendio de historia economía del Perú: Economía de la primera centuria independiente** (Tomo IV). 1 ed. Lima: BCRP, IEP, 2011. p: 302-420.

SCURRAH, Martin; CARAVEDO, Baltazar; SIFUENTES, Eudosio; BEDOYA, Cesar. Una propuesta de innovación tecnológica en comunidades campesinas: posibilidades y límites. In: SEMINARIO DE AGRICULTURA ANDINA; UNIDAD Y SISTEMAS DE PRODUCCIÓN: dialogo entre ciencias agrarias y ciencias sociales, 310., 1990, Lima. **Ponencias...**Lima: IFEA, UNALM. Ed. HORIZONTE, 1990. Disponível em: <http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_7/b_fdi_03_01/31596.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2016

SENDON, Pablo F. La tierra emparentada. Acerca de los muyu o “suertes” (sistema de barbecho sectorial) en Marcapata, Perú. **Estudios Atacameños Arqueología y Antropología Surandinas**, n. 40, p. 63 – 84, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.cl/pdf/eatacam/n40/art05.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2016.

SLICHER VAN BATH, B. H. **História Agraria de Europa Occidental /500-1850/**. Ediciones Península, Serie Universitaria. Edición en Castellano 1974, 1959.

SOLIS, Maria; PENAFIEL, Patricio; ROBERT, Olivier. De la unidad de producción agropecuaria a la estrategia familiar. CICDA – Ecuador. In: SEMINARIO DE AGRICULTURA ANDINA; UNIDAD Y SISTEMAS DE PRODUCCIÓN: dialogo entre ciencias agrarias y ciencias sociales, 120., 1990, Lima. **Ponencias...**Lima: IFEA, UNALM. Ed. HORIZONTE, 1990. Disponível em: <http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_7/b_fdi_03_01/31596.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2016

SOTO, Cesar. Problemas, Experiencias y Proyecciones del PRACA en el Sector Rural Boliviano. In: SEMINARIO DE AGRICULTURA ANDINA; UNIDAD Y SISTEMAS DE PRODUCCIÓN: dialogo entre ciencias agrarias y ciencias sociales, 422., 1990, Lima. **Ponencias...**Lima: IFEA, UNALM. Ed. HORIZONTE, 1990. Disponível em: <http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_7/b_fdi_03_01/31596.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2016

SOTO PIMENTEL, Veronica. El concepto de matriz de pensamiento: una propuesta epistemológica decolonial para el escenario actual latinoamericano. FLACSO. **ICONOS**, n. 57, p. 21 - 40, 2017. Disponível em: <http://politicaspUBLICAS.flacso.org.ar/files/produccion_academica/1486390485_veronica-soto-2.pdf>. Acesso em: 30 set. 2016.

STAVENHAGEN, Rodolfo. **El problema de los derechos culturales**. [19--]. Disponível em: <<http://biblio.juridicas.unam.mx/libros/5/2043/30.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2016

SUARÉZ ESPINOSA, Margarita. El Perú en el Mundo Atlántico (1520-1739). In: _____. **Compendio de historia economía del Perú: Economía del periodo colonial temprano** (Tomo II). 1 ed. Lima: BCRP, IEP, 2009. p: 229 - 311.

SUAREZ-KRABBER, Julia. Pasar por Quijano, salvar a Foucault. Protección de identidades blancas y decolonización. **Tabula Rasa**, n. 16, p. 39-57, 2012.

TANTALEÁN, Henry. Regresar para construir: prácticas funerarias e ideología(s) durante la ocupación Inka en Cutimbo, Puno-Perú. **Chungara**, Revista de Antropología Chilena, v. 38, n. 1, p. 129-143, 2006. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.4067/S0717-73562006000100010>>. Acesso em: 14 jul. 2016.

TAPIA N., Mario E. Unidades y sistemas de producción agropecuaria en el Perú. Caso de Puno, proyecto PISA, Convenio INIA/CIID/ACDI. In: SEMINARIO DE AGRICULTURA ANDINA; UNIDAD Y SISTEMAS DE PRODUCCIÓN: dialogo entre ciencias agrarias y ciencias sociales, 85., 1990, Lima. **Conferencias...** Lima: IFEA, UNALM. Ed. HORIZONTE, 1990. Disponível em: <http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_7/b_fdi_03_01/31596.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2016

GLICK, Thomas F. **Cristianos Y Musulmanes En La España Medieval (711 - 1250)**. Serie: Historia. Editorial Alianza Madrid. Título original: Islamic and Christian Spain in the Early Middle Ages. 1991.

UNCETA SATRÚSTEGUI, Koldo. Desarrollo, Subdesarrollo, Maldesarrollo y Postdesarrollo. Una mirada transdisciplinar sobre el debate y sus implicaciones. **Carta Latinoamericana**. Contribuciones en desarrollo y sociedad en America Latina, n. 7, p. 1-34, 2009. Disponível em: <<http://www.otrodesarrollo.com/critica/CartaLatinoAmericana07Unceta09.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2016

URBANO, HENRIQUE. En nombre del Dios Wiracocha... Apuntes para la definición de una espacio simbólico pre-hispanico. **Allpanchis: Religiosidad Andina**, v. 32, p. 135-154, 1988.

VALCARCEL, Marcel. **Génesis y evolución del concepto y enfoques sobre el desarrollo**. PUCP. CISEPA. 2006. Disponível em: http://cisepa.pucp.edu.pe/wp-content/uploads/2016/07/Desarrollo-y-Desarrollo-Rural_Enfoques-y-reflexiones_Marcel-Valc%C3%A1rcel.pdf. Acesso em: 28 jun. 2016.

VALDIVIEZO, Pedro. Perspectivas de los campesinos de escasos recursos económicos sobre el proceso de toma de decisiones en sus unidades agrícolas familiares. In: SEMINARIO DE AGRICULTURA ANDINA; UNIDAD Y SISTEMAS DE PRODUCCIÓN: dialogo entre ciencias agrarias y ciencias sociales, 229., 1990, Lima. **Ponencias...** Lima: IFEA, UNALM. Ed. HORIZONTE, 1990. Disponível em: <http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_7/b_fdi_03_01/31596.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2016

VALENCIA, Enrique. Etnicidad y Etnodesarrollo: La experiencia en México. In: ORDOÑEZ C., J.E.R. (Coord.). **Pueblos indígenas y derechos étnicos. VII Jornadas Lascasianas**. UNAM, Mexico, 1999. Disponível em: <<https://archivos.juridicas.unam.mx/www/bjv/libros/1/98/9.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2016

VALENZUELA LOVÓN, Armando. **Civilización Andina: Nuevo enfoque científico, Filosófico y Tecnológico**. Academia de la Lengua Quechua, 2006.

VARESE, Stefano. **América Latina Etnodesarrollo e Etnocidio**. Límites y posibilidades del desarrollo de las etnias indias en el marco del estado nacional. ed. FLACSO, p. 147 – 160, 1982. Disponível em: <http://www.flacsoandes.edu.ec/biblio/shared/exist_view.php?bibid=9985©id=14018&tab=opac>. Acesso em: 10 dez. 2016.

VAZQUEZ, Rolando; BARRERA CONTRERAS, Miriam. Aesthesis decolonial y los tiempos relacionales. Entrevista a Rolando Vazquez. Calle 14. **Revista de investigación en el campo del arte**, v. 11, n. 18, p. 76-93, 2016. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/2790/279047494001.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2016.

WALSH, Catherine. (Re) Pensamiento Crítico y (de) colonialidad. In: Catherine Walsh (Ed.). **Pensamiento crítico y matriz decolonial Reflexiones Latinoamericanas: Introducción**, Universidad Andina Simón Bolívar, Editorial Abya-Yala, Quito, 2005, p. 13-35.

YATES, Julian S. Historicizing ‘ethnodevelopment’: Kamayoq and political-economic integration across governance regimes in the Peruvian Andes. **Journal of Historical Geography**, v. 46, p. 53-65, 2014. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305748814001327>>. Acesso em: 19 set. 2016.

SAUL OLARTE CALSINA

Engenheiro Economista,
formado na
FIE/UNA/PUNO, Mestre em
Administração pela
UNAP/PUNO e MBA em
Agronegocios pela
ESALQ/USP/PIRACICABA
Doutor em Desenvolvimento
Rural pela UFRGS/PORTO
ALEGRE com estancia
Doctoral na
UPV/VALENCIA. É
professor de universidades
públicas e privadas a nível de
bacharelato e pós-graduação.
Lecciona disciplinas de
Desenvolvimento Rural,
Desenvolvimento
Sustentável, Economia
Agraria, Projetos de
Investimento Sustentáveis,
desde 2009.